



Ministério da  
Cultura



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
MINISTÉRIO DA CULTURA  
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES CULTURAIS DOS ESTADOS DO  
NORDESTE**

**BRUNO JOSÉ DE S. B. MACHADO**

**“ECOS DO ÃO”**

**Colaborações para a formação e consolidação de uma rede de Comunicação  
para a Cultura no Portal do Sertão**

Olinda  
2014

**BRUNO JOSÉ DE S. B. MACHADO**

**“ECOS DO ãO”**

**Colaborações para a formação e consolidação de uma rede de Comunicação  
para a Cultura no Portal do Sertão**

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste, promovido pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia, em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco e o Ministério da Cultura, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Isaura Botelho

Olinda  
2014

**BRUNO JOSÉ DE S. B. MACHADO**

**“ECOS DO ÃO”**

**Colaborações para a formação e consolidação de uma rede de Comunicação  
para a Cultura no Portal do Sertão**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Cultural pela Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 26 de novembro de 2014.

### **Banca examinadora**

Profa. Dra. Isaura Botelho

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Cibele Rodrigues

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco

Dedico esta monografia a Junia Leite, parceira em qualquer situação, companheira de todas as horas, apoiadora e incentivadora deste e de tantos outros projetos, de vida, de viagens, de loucuras...

Sua presença traz sentido e segurança para o meu caminho. Obrigado por abrir veredas e ser essa parceria incansável, firme, crítica e fiel.

Eu posso mais porque estou a seu lado.

## AGRADECIMENTOS

Há sempre tanto a agradecer... Esta monografia é uma daquelas construções que se fazem no multiplicar de mãos, união de pensamentos e muitos abraços, a começar pelas torcidas tantas para que eu participasse do processo renovador – em sentido amplo – que foi esse curso de Formação para Gestores Culturais dos Estados do Nordeste. Minha gratidão a:

Armando Augusto e Mara Machado, a torcida mais fiel sempre, desde muito antes desse curso. Em muitos momentos foi pensando em vocês que teci este trabalho, como quem compartilha uma coisa boa que traz consigo com os melhores amigos;

Maria Gonçalves, Dione Moraes, Sônia “Terríssima”, Fernanda Matos e Iris Pereira – as *bazuãs* mais chegadas, integrantes da primeira turma que torceram e comemoraram comigo o ingresso no curso, mas antes disso me inspiraram a querer participar e me fizeram entender como é preciso amor para fazer qualquer coisa crescer;

Gustavo e Nicolás – meus Guguinha e Nicó – meus amores, meus sabores mais gostosos, meus catalisadores... Não terei linhas para agradecer a paciência “implacável” de vocês para com a ausência (mesmo que de corpo presente) e as chatices do pai. Vocês me fazem mais feliz e mais forte, vida minha;

Taiane Fernandes – obrigado pela liberação para o curso e pela compreensão dos momentos difíceis ao longo do ano. Você foi uma amiga mesmo;

À querida Isaura Botelho, com graça e ousadia - “*se essa mulher fosse minha, eu tirava do samba já já...*” – agradeço primeiro por ter me empolgado dois anos antes ao dizer que já me queria neste curso, depois por uma convivência que por si só é um privilégio. Muitas saudades da sua presença carinhosa;

Ao amigo José Marcio Barros, exemplo inspirador e convivência sempre positiva, agradeço as esclarecedoras luzes no momento mais embrionário deste trabalho. Pensando em você também eu bordei esse texto;

Super-Jeilson, amigo da turma, apoio verdadeiro, boa-vontade em forma de gente – você é progresso na humanidade! Obrigado por tudo;

Agradeço formal e informalmente aos entrevistados que muito contribuíram para o engrandecimento desta pesquisa, ao situar o mundo de ideias e considerações que fui produzindo no plano do real e me trazer dados importantíssimos para que ela pudesse chegar ao seu resultado. Espero ter contribuído para esta nossa luta incansável e necessária em prol da cultura e que as informações aqui também lhes sirvam. Contem comigo! Meu muito obrigado, de coração, e – há-braços;

A todos aqueles que durante o processo, direta e indiretamente, me ajudaram a entender melhor essas questões e foram, pelo conformar dos passos, confirmando o caminho. Jacson Santo, você está aqui com um monte de gente boa igual a você!;

Aos colegas de Secult, amigos e irmãos de cabeça, Daniel Pita e Thiago Conceição, pelas colaborações com o desenho dos diagramas e o empréstimo de sua beleza ao trabalho;

Saúdo aos maravilhosos nove meses de convivência durante esta “gestação cultural”, agradeço profunda e imensamente ao colegas de turma por terem tornado os dias mais leves, ajudado a aliviar a saudade de casa e feito o ano de 2014 incontestavelmente inesquecível. Quero citar dois companheiros nesta jornada, representativos dessa relação com todos: Jane me lembra como podemos descobrir o quanto são especiais as pessoas; Vagner – meu primeiro *partner* nesse curso – me faz pensar como é importante acolher e ser acolhido quando estamos longe. Espero encontrar vocês muitas vezes mais!;

As tiradas mais rápidas e sagazes do nordeste e o pão de queijo mais baiano da história: Flávia “Muluc” Fernandes e Claudinha “Mineira” Houara – que falta que vocês fazem aos nossos dias!;

E como não amar ter a vida invadida por Marcos, Lina, Nilton, Denizá, Tião e Bel?! Faltam-me as palavras para dizer como foi importante “topar” com vocês por este caminho. Vocês são a pós da pós, antes durante e após, o outro título que a academia não pode dar – vocês são a escola da vida! Obrigado pela companhia irrefutável, pelos novos parâmetros, por todo o carinho, pela alegria, pela guarida... E vamos em frente.



*“pra transcender a densa dimensão  
da mágoa imensa então, somente então  
passar além da dor da condição  
de inferno e céu nossa contradição  
nós temos que fazer com precisão  
entre projeto e sonho a distinção  
(...)*

*porque não somos só intuição  
nem só pé-de-chinelo, pé no chão  
nós temos violência e perversão  
mas temos o talento e a invenção”*

*(LENINE, Ecos do Æo)*

MACHADO, Bruno José. “**Ecos do ão**”: Colaborações para a Formação e Consolidação de uma Rede de Comunicação para a Cultura no Território Portal do Sertão. 121 páginas p. il. 2014. Monografia (Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

## RESUMO

O presente estudo visa dar contribuições, sobretudo do ponto de vista prático, para a criação de Redes de Comunicação para a Cultura nos territórios de identidade baianos. Para o trabalho, tomamos como exemplo o território Portal do Sertão, pela diversidade de contextos que apresenta. A pesquisa parte do pressuposto que a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia já realiza uma série de ações de abertura ao diálogo e de empoderamento social, mas que elas não estão bem coordenadas entre si. Nossa hipótese é de que a Secretaria precisa de uma política que norteie suas ações de comunicação e que a formação de redes para o compartilhamento de informações, experiências e tecnologias culturais são um meio interessante para o estabelecimento de um fluxo mais proveitoso de trocas entre o poder público e a sociedade civil e dos membros desta última entre si.

**Palavras-chave:** Comunicação. Cultura. Redes. Territórios de Identidade. Governança. Pontos de Cultura. Institucionalização da Cultura. Portal do Sertão.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>2</b>	<b>COMUNICAÇÃO E CULTURA</b>	
2.1	COMUNICAÇÃO É CULTURA	
2.2	COMUNICAÇÃO PARA A CULTURA	
2.3	COMO COMUNICAR A CULTURA	
2.3.1	<b>Redes Colaborativas de Cultura</b>	
<b>3</b>	<b>CULTURA, GOVERNANÇA E TERRITÓRIOS</b>	
3.1	A SECULTBA E A GOVERNANÇA PÚBLICA EM CULTURA	
3.2	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA CULTURA	
.1	A Superintendência do Desenvolvimento Territorial de Cultura	
.2	A Representação Territorial de Cultura	
3.3	O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PORTAL DO SERTÃO (TPS)	
.1	Feira de Santana	
.2	Infraestrutura Cultural	
.3	Caminhos para a Cultura no TPS	
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	
	<b>REFERÊNCIAS</b>	
	<b>ANEXOS</b>	

## 1. INTRODUÇÃO

*Nós temos violência e perversão  
Mas temos o talento e a invenção  
Desejos de beleza em profusão  
E idéias na cabeça coração  
A singeleza e a sofisticação  
O choro, a bossa, o samba e o violão  
Mas se nós temos planos, e eles são  
O fim da fome e da difamação  
Por que não pô-los logo em ação?*

Introdução também rima com ão. E a provocação da letra de Lenine, cheia de ecos como o título da monografia, embora tenha chegado a este trabalho quando ele já caminhava avançado, casou-se cabal e poeticamente com suas considerações e com a inquietação do autor em busca de alternativas que possam sugerir uma mudança de rumo social e político nesta nação.

É de uma crença muito forte na abertura de canais de diálogo na sociedade a partir de ações com e na cultura que surge a inspiração para este trabalho. E digo inspiração porque com esta diretriz de pensamento é possível chegar a lugares muito diferentes entre si. O universo de “ações com e na cultura” é tão diverso quanto a própria fauna humana e a sensação de que este seria o caminho mais plausível para a transformação social está, para este pesquisador, antes mesmo de um primeiro passo em direção à pesquisa.

Mas para o jornalista, crente do poder da comunicação, mas crítico dos principais formatos como suas manifestações de massa têm-se orientado, o primeiro grito de *eureka* só saiu quando as leituras e reflexões sobre Cultura e Comunicação conduziram a um entendimento de que ambas se tratam da mesma matéria, se observarmos mais amplamente, por um viés

antropológico. Perceber que Cultura é Comunicação e Comunicação é Cultura, conforme comprovamos no primeiro capítulo deste trabalho, é fundamental para a compreensão da imensa necessidade de construção de políticas conjuntas nestas áreas.

O passo seguinte foi pensar as melhores formas de associá-las na prática, inclusive porque a condução desta pesquisa esteve sempre ligada à atuação frente ao setor de comunicação da Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura (Sudecult), na Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA). A necessidade e real possibilidade de converter esses estudos em benefícios para o dia a dia de trabalho levou a questionamentos sobre qual o lugar que a comunicação exercia naquele contexto de gestão pública e com que objetivos era pensada e planejada e, principalmente, por que havia a percepção dos resultados era tão negativa. A constatação reforçou a relevância do estudo: apesar de reconhecer a importância da comunicação para a cultura, não existe uma tradição por parte das instituições culturais – nem da SecultBA – de elaborar uma política de comunicação para a cultura na gestão, sequer de alçá-la a um lugar mais apropriado que o de mera assessoria.

Com todo o respeito ao trabalho desenvolvido ali, no qual me insiro, e pelo colegas que se dedicam a noticiar da melhor forma possível as ações, projetos e programas da Secretaria, percebemos que os resultados alcançados são pífios – em relação ao tamanho do esforço que se depreende nesse sentido – porque a atividade dá um peso muito forte à simples distribuição de informação. O que acontece, via de regra, de modo unidirecional e até, a despeito de todo o esforço do governo e das duas gestões da Secretaria de Cultura desde 2007 em contrário, de maneira autoritária, porque não participativa no que tange à comunicação.

Esta pesquisa defende que se criem canais para o tráfego de informações não apenas da Secretaria, mas de todo o cenário da cultura no estado nas suas diversas conjunturas. Neste ponto abraçamos a ideia da formação e consolidação de redes como opção para a pretendida abertura de diálogo e fortalecimento da comunicação para a cultura, a partir da gestão pública do estado. Tomamos por base a unidade territorial, advinda da divisão política da Bahia em 27 territórios de identidade, inicialmente pela conveniência de estar vinculado à Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura, mas depois pela constatação de que se trata realmente do melhor modelo para a organização de redes. Considere-se o tamanho

do estado, mas também o fato desta divisão levar em conta critérios de identidade cultural e consultas populares para o seu estabelecimento, a partir do ano de 2007.

Chegamos assim à pergunta que norteou todo o estudo: qual deve ser o papel de um Núcleo de Comunicação na construção de políticas para a Cultura dentro de uma Secretaria de Estado? Ao longo do texto, vamos compreender que sua principal função é justamente de articulador e mediador dessa rede e como é possível fazê-lo. Mais do que isso, porque é tão importante que isso seja feito à luz de uma política de Comunicação para a Cultura, elaborada no âmbito cultural.

Organizamos o trabalho de modo a dar contribuições, sobretudo do ponto de vista prático, para a criação de Redes de Comunicação para a Cultura nos territórios de identidade baianos, mas que também oferecesse um bom referencial de reflexões sobre o assunto. A monografia usa como exemplo material a realidade do território Portal do Sertão, pela diversidade de contextos que apresenta, podendo mais facilmente refletir o cenário do estado. A pesquisa parte do pressuposto que a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia já realiza uma série de ações de abertura ao diálogo e de empoderamento social, mas que elas não estão bem coordenadas entre si. Nossa hipótese é de que a Secretaria precisa de uma política que norteie suas ações de comunicação e que a formação de redes para o compartilhamento de informações, experiências e tecnologias culturais são um meio interessante para o estabelecimento de um fluxo mais proveitoso de trocas entre o poder público e a sociedade civil e dos membros desta última entre si.

Estabelecemos como objetivo principal a criação de alternativas para a expansão do acesso e da troca de conteúdos diversos, informações e notícias, conhecimento e tecnologias, produtos e serviços culturais entre os agentes da cultura nos territórios de identidade baianos. Visamos paralelamente refletir sobre a rede latente que há no território Portal do Sertão e de que maneira ela pode ser ativada para favorecer a troca entre os agentes. Por fim, pretendemos pontuar a necessidade urgente de construção de políticas de Comunicação para a Cultura no estado.

Como metodologia, este trabalho buscou inicialmente a revisão de leitura sobre temas como Comunicação e Mobilização Social, Diversidade Cultural, Direito à Comunicação, Redes

Colaborativas, Territórios e Identidades, Desenvolvimento Territorial, Governança Pública, Cultura e Comunicação, Participação social etc. Partimos então para a análise de dados primários em entrevistas semi-estruturadas com Coordenadores de Pontos de Cultura, Dirigentes Municipais de Cultura, Representantes Territoriais, Assessora Chefe de Comunicação da SecultBA, Diretoria de Espaços Culturais. Queríamos saber de quem lida diretamente com a deficiência de canais para a troca de informações, produtos e serviços culturais quais as oportunidades que a realidade deles oferece para a geração de vínculos, bem como suas observações sobre o campo e necessidades de comunicação. E já na altura da produção dos primeiros escritos, apoiamos o que já havia sido levantado até ali na análise de dados secundários, obtidos de relatórios, cartilhas, documentos finais de conferências e seminários, legislação, Planos Nacional e Estadual, Perfil dos Municípios, Perfil dos Territórios e Lei Orgânica da Cultura do Estado da Bahia.

Os leitores perceberão que os dois capítulos em que se divide a monografia tratam de questões bem distintas, mas caminham juntos para a construção de um entendimento sobre a importância de conectar os agentes culturais de um determinado território entre si (considerando o poder público na mesma condição) e a utilidade da formação de redes para tal fim. O primeiro capítulo, intitulado “Comunicação e Cultura”, apresenta as similaridades e relação de interdependência dos dois campos (“Comunicação é Cultura”), fala da importância das ações de “Comunicação para a Cultura”, e chega ao tópico sobre “Como comunicar a Cultura”. É neste último subcapítulo que inserimos a discussão sobre “Redes Colaborativas de Cultura”, por entender que apesar da independência do tema das redes, ele se apresenta como uma solução em termos metodológicos para o nosso problema, como a comunicação pode servir à cultura na prática.

Em nosso estudo, a formação e consolidação de redes aparece como um meio – e não fim – para a construção de políticas mais eficazes, com maior participação popular, e fortalecimento daquelas já existentes. Percebemos que, em geral, esse movimento consiste mais especialmente na mobilização dos públicos para a ativação de uma rede já latente e identificamos que a SecultBA pode coordenar melhor suas ações para produzir efeitos nesse sentido.

O segundo capítulo fala de “Cultura, Governança e Territórios”, para explicar o contexto ao qual nos referimos e abordar a gestão pública de cultura do ponto de vista da eficiência. Deste modo, abrimos com um subcapítulo sobre a própria Secretaria e a Governança Pública em Cultura; seguimos para analisar o Desenvolvimento Territorial de Cultura como proposto pela Secult; e avaliamos as características do Território de Identidade Portal do Sertão, a fim de delimitar as reais possibilidades de ação no campo da cultura por lá.

Serviu como importante fonte de orientação e direcionamento do olhar em todo o projeto a leitura do Relatório Final do Seminário e Oficina de Políticas Públicas para a Cultura e Comunicação. Esse texto, citado muitas vezes, reúne o apanhado de toda a discussão realizada em 2012 por iniciativa do Ministério da Cultura e traz o registro de cada uma das ações propostas pelo Grupo de Trabalho realizado durante o seminário para a área, baseadas na análise das metas do Plano Nacional de Cultura.

O Relatório prova como este é ainda um momento inicial (apesar de tantos caminhos já trilhados) e promissor na busca pelo estabelecimento de políticas mais eficientes para a Cultura e a Comunicação, de maneira conjunta. E é ainda mais importante para mostrar como há um discurso nesse sentido em processo de construção e legitimação. A uma observação atenta, o relatório apresenta o *status* dessa discussão e aponta as diretrizes sob as quais os temas podem ser pensados.

Avaliamos também no decorrer deste trabalho questões concernentes à governança pública em cultura, porque são reveladoras do papel que a forma como está organizado o estado possui para a efetivação das políticas. Não basta que os planos com suas metas, programas, ações e projetos estejam bem arranjados se o próprio Estado não estiver disposto de modo a entendê-los e atendê-los. E para isso, é necessário considerar não apenas a máquina pública, mas todos os contextos sociais, todos os “*players*” e agentes que interagem (ou deveriam interagir) com ela de modo sistemático. É mais um argumento que ratifica a qualidade do trabalho em rede. A implementação de estratégias de governança pública baseadas na abertura de diálogo com a sociedade seria a melhor maneira de um governo considerar a participação social como mecanismo permanente e ativo da sua gestão. E o entendimento sobre o funcionamento e a mobilização de redes é a chave para operar essa estrutura na prática.

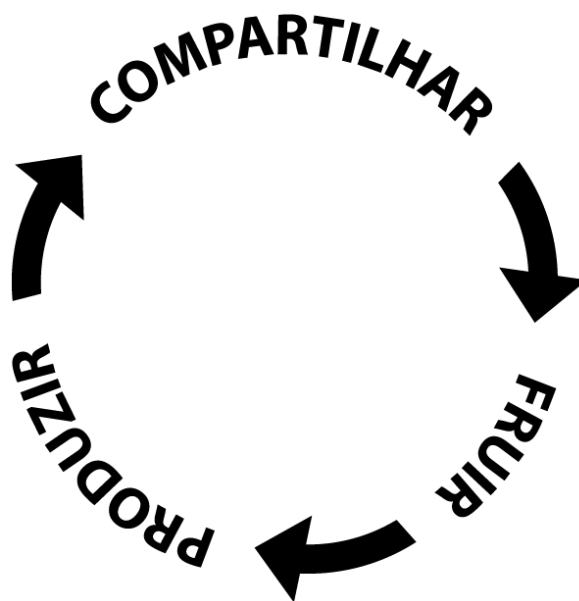


Este trabalho chega ao fim considerando 1) os avanços obtidos pela SecultBA na institucionalização da Cultura no estado; 2) a importância de se reconhecer quais são os atores no cenário cultural onde se quer promover mudanças e, no caso presente, dos agentes que comporiam de modo mais ativo uma Rede de Comunicação para a Cultura no Portal do Sertão; 3) a necessidade da criação de espaços para que ocorra esse diálogo entre a sociedade e o estado enquanto elos de uma mesma cadeia, sabendo-se serem esses espaços o primeiro foco de ação da rede; 4) que todas as ações precisam ser consequência do estabelecimento de uma Política de Comunicação para a Cultura; 5) que é importante dedicar a atenção dos mediadores das redes em estratégias que promovam o sentimento de Coesão e um fluxo de Continuidade das ações e trocas entre seus entes; e 6) que é fundamental aumentar a destinação de recursos para a Secretaria de Cultura a fim de proporcionar condições reais de trabalho e de execução de políticas públicas a esta pasta.

A monografia levanta uma série de possíveis “players” com os quais é possível estabelecer de imediato um contato em forma de rede e dar início a esse trabalho, aproveitando melhor iniciativas já postas em curso pela Secretaria para a consolidação de vínculos entre os membros. Visando manter um caráter prático, a pesquisa lista quais são essas ações e uma maneira de coordená-las em busca dessa otimização. A maior das lições aqui, no entanto, é sobre a necessidade de buscar no próprio tecido social as soluções para as questões que se apresentam à sociedade e seus governantes. O papel de um Núcleo de Comunicação no estabelecimento de políticas públicas para a Cultura dentro de uma Secretaria de Estado é o de mediador ativo desses processos.

## 2. COMUNICAÇÃO E CULTURA

### 2.1 COMUNICAÇÃO É CULTURA



Produzir – compartilhar – fruir. Tal qual “Nascer – Crescer – Morrer”, ou “Semear – Cultivar – Colher”, estes esquemas representam “ciclos vitais”, de maneira elementar e resumida. De organismos vivos à cadeia produtiva da Cultura, o sistema que aqui nos interessa trata de como surgem, circulam, permanecem e são ressignificados uma informação ou um valor na sociedade. Nós produzimos, compartilhamos e fruímos informações, notícias, conhecimento, experiências, vivências, histórias, objetos, valores, gostos, padrões; enfim, cultura.

Dentro de uma perspectiva antropológica, este conjunto de princípios, normas e costumes humanos, suas formas de ser e estar no mundo a que chamamos especialmente de Cultura, podem ser sintetizados na sequência apresentada pelos verbos citados ou seus sinônimos. Sendo assim, se entendemos a comunicação como um processo de transmissão de valores e informações, tal como a cultura é e a dinâmica “Produzir – Compartilhar – Fruir” expressa, podemos dizer que Comunicação é Cultura tanto quanto Cultura é Comunicação. Mais que isso: que o imbricamento é tão forte que, para além da similitude, se as pensarmos de maneira separada, ainda assim uma não existe sem a outra.

O professor e antropólogo José Márcio Barros, em sua fala no Seminário de Indicação de Políticas Públicas para Cultura e Comunicação – Comunica Diversidade, atenta que

“Quando a gente fala de comunicação e cultura, nós estamos falando de processos que são similares: de produção, de circulação, de consumo, de ressignificação e de disputas que criam sentidos. (...) De formas de olhar para o mundo, de atribuir sentidos, de transformar a vida em algo inteligível, compreensível, que nos oferece identidade, conhecimento, participação e pertencimento” (MINC, 2012, p.31).

A problemática da Comunicação e da Cultura torna-se ainda mais central hoje em dia, pois informação tornou-se, mais do que em qualquer outro período histórico, questão capital. O “capitalismo cognitivo”<sup>1</sup>, surgido a meados do século XX como modo de produção calcado na evolução tecnológica e em especial da tecnologia da informação que impactaram diretamente a forma como os “valores” circulam em todo o mundo, recrudescer à medida em que estas tecnologias avançam de forma cada vez mais acelerada.

A comunicação, fato tão naturalmente intrínseco ao ser humano, cresce em importância e isso se reflete no desenvolvimento de novos e mais aprimorados mecanismos produtores, difusores, armazenadores e reprodutores de informação e a sua incorporação cada vez maior na rotina das pessoas. É por isso que investir neste complexo e poderoso elo entre arte, expressão, práticas culturais e comunicação mostra-se cada vez mais fundamental para a soberania, aquisição de conhecimento e desenvolvimento de um povo.

“Para tanto, nada como incitar, promover e apoiar as políticas que englobam tecnologias, meios de comunicação, produção e difusão de conteúdo cultural, infraestrutura de comunicação e fortalecimento do protagonismo de nossas expressões”, aponta o Relatório Final do Seminário e Oficina de Indicação de Políticas Públicas para Cultura e Comunicação,

---

1

O termo aqui é usado para referenciar o modo de produção capitalista em sua fase atual, em que predomina um paradigma pós-fordista, onde há maior geração de riqueza, comparativamente às fases anteriores, e o conhecimento e informação (competências cognitivas e relacionais) seriam as principais fontes de geração de valor. Ver: Wikipédia ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Capitalismo\\_cognitivo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Capitalismo_cognitivo)).

realizado em 2012 pelo Ministério da Cultura<sup>2</sup>. Percebe-se aí que podemos tratar sobre dois modos de comunicar: o primeiro refere-se à difusão, aos meios e mecanismos, à comunicação em seu caráter mais instrumental; o segundo fala da comunicação em sentido antropológico, na qualidade desta ser uma manifestação inerente à expressão cultural. A Expressão ocupando o lugar da “produção” no esquema *Produzir – Compartilhar – Fruir*, a Difusão como “compartilhamento”, seguindo a mesma lógica.

As políticas públicas, desejosas sobretudo de garantir a Recepção ou Ressignificação (tidas como “fruição” naquele esquema), etapa em que a sociedade participa de modo mais ampliado e em que o processo todo se completa, devem ter em conta que os três momentos deste “ciclo vital” da cultura são complementares. No processo político, a Comunicação Expressão, que levanta questões de cunho antropológico, e a Comunicação Difusão, que trata das atribuições instrumentais da comunicação, assumem papéis distintos, mas dentro de um mesmo contexto. O indicado e salientado no Relatório é que os investimentos sejam feitos em cada uma das etapas, em uma política cultural de visão sistêmica que fortaleça a livre circulação de ideias e o direito à comunicação.

“É preciso pensar seriamente que a diversidade cultural se fortalece mediante a livre circulação de ideias e se nutre das trocas constantes e da interação entre culturas. [...] Políticas de comunicação e cultura integradas são modos de proteção e promoção da diversidade Cultural e terão consequências se estiverem garantidos os direitos humanos e as liberdades fundamentais, tais como a **liberdade de expressão, informação e comunicação**”(MINC, 2012, p. 16).

Está na constituição federal<sup>3</sup> a “Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para consolidação de uma cultura em Direitos Humanos”. Podemos observar, dentro de uma perspectiva sociológica da cultura, que à medida em que se estabelecem políticas para a comunicação, como preza o direito constitucional, conjugadas com a política

---

<sup>2</sup> Evento promovido pela Diretoria de Educação e Comunicação da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura em setembro de 2012, no Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Diretriz 22 do Eixo Orientador V, [Decreto Nº 7.037, de 21 de Dezembro de 2009](#) que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3.

cultural (e vice-versa) maior a diversidade e a quantidade de informação, mais conteúdo se tem para pensar e comunicar. É um sistema que se realimenta e que permite a uma sociedade enxergar-se melhor, conhecer-se e analisar-se conforme seus próprios entendimentos.

Investir em políticas para a comunicação e para a cultura é empoderar o povo. Facilitar à sociedade o acesso a meios e condições para exercer práticas culturais e comunicacionais, bem como fomentar trocas, colabora para ampliar o espectro de escolhas que tanto o indivíduo como um grupo podem fazer. Aprimorar repertórios é dar autonomia para que as comunidades se expressem conforme suas próprias decisões éticas, estéticas e diversidade simbólica. E assim os entes de uma sociedade podem construir da maneira mais legítima os seus sistemas de valores. Isso rebate no próprio potencial comunicativo, que tende a aumentar.

Esse olhar para a cultura como um vetor de transformações, filia-se à proposta do economista Celso Furtado, grande defensor da cultura como um dos eixos propulsores do desenvolvimento. Ele foi crítico ao modelo de progresso estritamente economicista, que não considera os aspectos simbólicos da sociedade.

Em um país como o nosso, em que os que detêm o poder parecem obsessos pela mais estreita lógica economicista ditada pelos interesses de grupos privilegiados e empresas transnacionais, falar de desenvolvimento como o reencontro com o gênio criativo da nossa cultura pode parecer simples fuga na utopia. Mas que é a utopia senão fruto da percepção de dimensões secretas da realidade, um afloramento de energias contidas que antecipa a ampliação do horizonte de potencialidades aberto ao homem? Esta ação de vanguarda constitui uma das ações mais nobres a serem cumpridas pelos intelectuais nas épocas de crise<sup>4</sup>

No Brasil contemporâneo, o crescimento do poder aquisitivo, junto com a alta do consumo, aumento do nível de emprego e da qualificação profissional, reafirmar o vínculo entre cultura e comunicação e incentivá-lo por meio de políticas públicas adequadas representa o fortalecimento do processo crítico da sociedade, indício do seu amadurecimento e da qualificação do desenvolvimento do país. A inclusão social deve, junto com o aumento da capacidade de consumo dos grupos excluídos, aumentar a sua capacidade de expressão, informação e comunicação. Somente assim é possível ter melhoria verdadeira na qualidade de

---

<sup>4</sup> FURTADO, Celso (1984, pág 30)

vida geral, bem como garantir sustentabilidade à expansão do desenvolvimento, quer seja econômico, político, ou social.

## **2.2 COMUNICAÇÃO PARA A CULTURA**

Pela própria natureza da cultura, calcada em fluxos, o estado não pode nem deve ser o único provedor dos canais sobre os quais informações e valores trafeguem. Uma política de comunicação para a cultura deve basear-se na construção e viabilização de meios que favoreçam a despolarização e desconcentração das falas e ampliação da diversidade de vozes presentes nos contextos sociais. Isso promove uma aproximação verdadeira com a livre circulação de ideias e o direito à comunicação, o que fortalece a diversidade de expressões e manifestações e a própria cultura.

De acordo com a “Carta Cultural Ibero Americana” (2006), entre os elementos imprescindíveis para alçar a cultura ao patamar de vetor de desenvolvimento, está a comunicação, entendida como importante instrumento na promoção das múltiplas manifestações culturais – o que demanda o fomento ao desenvolvimento da “mídia cidadã e comunitária que estimule o diálogo entre as comunidades locais e enriqueça a presença da diversidade na esfera pública”. Para isso, é preciso “promover o acesso plural das comunidades e dos grupos sociais às tecnologias e aos meios de comunicação”.

Está posto o caráter determinante da comunicação para a manifestação das expressões culturais em sua diversidade. Objetivamente é ela quem serve de canal para a cultura se manifestar: precisamos de Comunicação para a Cultura.

Virá o tempo em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos terá de abarcar um direito mais amplo que o direito humano à informação, estabelecido pela primeira vez vinte e um anos atrás no Artigo 19. Trata-se do direito do homem de se comunicar (FISHER, 1984, p. 26, Apud DE LIMA).

O marco legal que aborda a comunicação como um dos direitos humanos essenciais está estabelecido a partir do ideal de liberdade de expressão, informação e comunicação e abre caminhos para a construção de políticas que beneficiem esses direitos. Dentre os documentos mais conhecidos no Brasil estão:

- *A Declaração Universal dos Direitos Humanos*, que em seu Artigo 19 informa que todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e de expressão;
- *A Convenção Americana dos Direitos Humanos*, também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, sob responsabilidade da Organização dos Estados Americanos. Em seu Artigo 13 preconiza a liberdade de pensamento e de expressão;
- *A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, é também um marco expressivo em favor da diversidade cultural por compreender que para protegê-la e promovê-la é preciso garantir os direitos humanos e as liberdades fundamentais, tais como a liberdade de expressão, informação e comunicação;
- E a própria *Constituição Brasileira*, onde há uma série de artigos que tratam do tema. Nela afirma-se a garantia à livre manifestação do pensamento e livre expressão da atividade artística (Art 5); que essas manifestações associadas à criação e à informação não sofrerão qualquer restrição, sob qualquer forma, processo ou veículo (Art 220); que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão devem atender a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas e preconizar pela regionalização da produção cultural, artística e jornalística (Art 221); que a propriedade dos meios de comunicação deve ser dos brasileiros ou sob regras brasileiras, no caso de ser uma pessoa jurídica (Art 222). Na Constituição estão também garantias de exercício dos direitos culturais, do acesso às fontes da cultura nacional, e de incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais (Art 215); por fim, ela compreende as formas de expressão, modos de criar, fazer e viver e as criações científicas, artísticas e tecnológicas como patrimônio cultural brasileiro (Art 216).

Os documentos listados acima foram constituídos em circunstâncias macropolíticas e nos casos em que abordam a cultura mais diretamente o fazem de maneira genérica. No âmbito mais específico, em que pese orientar exatamente a construção de políticas, o Plano Nacional de Cultura (Lei Federal Nº 12.343/ 2010) é o documento mais relevante hoje no país, assim

como a Lei Orgânica da Cultura do Estado (Nº 12.365/2011) e o Plano Estadual da Cultura (recém instituído pela Lei Nº 20.864, em 05 de novembro de 2014) o são para a Bahia.

O Plano Nacional destaca o papel do Estado e da sociedade na gestão das políticas culturais e tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo. Ele está estruturado em torno de 53 metas, previstas para serem atingidas até 2020 com o objetivo de assegurar o direito constitucional à cultura. Voltada às ações de Comunicação para a Cultura, a sua Meta 45 – a única que trata exclusivamente da questão da comunicação – prevê:

Atender 450 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de Comunicação para a Cultura. O objetivo desta meta é promover a comunicação como um aspecto que diz respeito à cultura, além de fortalecer as redes, os coletivos e os produtores de comunicação alternativa já existentes. É pela rádio, pela TV, pela internet, pelas revistas e pelos jornais que a sociedade constrói e circula alguns dos valores que simbolizam a cultura de um povo. Nem sempre as expressões da diversidade cultural são veiculadas nesses meios de comunicação. Por meio da mídia e dos meios de comunicação, pode-se conhecer a variedade de modos de ser do brasileiro. Por isso, é importante fomentar iniciativas que ampliem o exercício do direito humano à liberdade de expressão cultural e do direito à comunicação. \*O público desta meta são: as comunidades e povos tradicionais, grupos de culturas populares, LGBT, mulheres, pessoas com deficiência, negros e negras, cultura de rua (hip hop, grafite, etc.), população de favelas e outros grupos em situação de vulnerabilidade social.

Esta meta objetiva incentivar e fomentar a comunicação para a cultura bem como sua diversidade, com a utilização de variados meios e mídias. São ações que visam a ampliação do exercício do direito à liberdade de expressão cultural e de comunicação, promovendo redes e consórcios para sua implementação. É desejada a ampliação da recepção pública e o reconhecimento das produções comunicacionais, artísticas e culturais alternativas não inseridas na indústria cultural.

Segundo o Relatório com Indicação de Políticas Públicas para a Cultura e Comunicação (MINC, 2012), “a agenda da comunicação é transversal e necessita de aportes reflexivos para a orientação de uma macropolítica de comunicação para a cultura”. Até porque, não basta a uma sociedade manter uma produção cultural dinâmica e de qualidade e construir os caminhos para o acesso a essa produção. É preciso despertar e mediar o desejo de interação nos diversos públicos (tema por si só tão abrangente que não será examinado neste trabalho),



o que exige um conjunto de políticas próprio, mas também abre espaço a se pensar o lugar da comunicação nessas políticas.

Nos marcos estaduais, a questão da comunicação também aparece de modo transversal na maior parte do tempo. A Lei Orgânica é o documento de base de toda a política cultural do estado. Nela estão presentes princípios orientadores que já viemos discutindo aqui, como respeito aos Direitos Humanos; liberdade de criação, expressão e fruição; valorização da identidade, da diversidade, da interculturalidade e da pluralidade; reconhecimento do direito à memória e às tradições; e democratização, descentralização e desburocratização no incentivo à pesquisa, à criação, à produção e à fruição de bens e serviços culturais.

É também a Lei Orgânica que institui a elaboração do Plano Estadual como instância obrigatória para a gestão executiva da política pública de cultura na Bahia e assim norteia o seus princípios. Todas as ações, metas e diretrizes previstas no Plano são consonantes à Lei 12.365/2011. Veremos na seção 1.3, a seguir, aquelas ações que são do interesse desta pesquisa, por traçarem estratégias para a organização da Comunicação em prol da Cultura. Ali é possível perceber o mesmo direcionamento para a ampliação da manifestação tanto da diversidade de expressões culturais como de meios e mecanismos de comunicação contido na Meta 45, bem como em outras propostas no PNC. Há certo alinhamento das principais demandas da área.

A estratégia 15, prevista no Capítulo V do Plano Estadual, por exemplo, propõe “Promoção da apropriação social das tecnologias da informação e da comunicação para ampliar o acesso à cultura e suas possibilidades de produção, difusão e fruição”. E como ações ela cita:

- a) apoiar as políticas públicas de universalização do acesso gratuito de alta velocidade à internet em todos os municípios;
- b) estimular o compartilhamento pelas redes digitais de conteúdos que possam ser utilizados livremente, estimulando a produção de conteúdo independente para as diversas plataformas de comunicação.

É fato que a comunicação humana como um todo foi profundamente alterada com o advento das novas tecnologias e suas convergências – já estabelecidas também como meios de comunicação da cultura – o que exige do poder público uma dedicação especial no processo

de formulação de políticas, já que ampliam o potencial de participação popular. Estas devem estar consoantes com o novo modo de produção, calcado em meios digitais e com estímulo a iniciativas de amplo uso tecnológico, conforme preconiza o Plano.

Michel Bauwens, em “A Economia Política da Produção entre Pares”<sup>5</sup> (Apud BENTES), aponta que à medida que os sistemas sociais, econômicos e políticos se transformam em redes distribuídas, surge uma nova dinâmica produtiva: o modelo *peer to peer* (P2P), ponto a ponto. “Mais que uma nova tecnologia de comunicação é um modelo de funcionamento de novos processos sociais” (2006)<sup>6</sup>.

Arranjos colaborativos em rede como o Iteia, Mídia Livre, Mídia Ninja e Circuito Fora do Eixo, tanto fora e como dentro da internet, são exemplos gritantes de como esse movimento de constituição de redes é consistente e prolífico, além de já ter se consolidado como uma forma de fazer simples e usual, ainda que não tão amplamente conhecida. Suas características mais importantes, segundo Bauwens<sup>7</sup>, são:

produção de valor de uso através da cooperação livre entre produtores que têm acesso ao capital distribuído; administração pela comunidade de produtores e não por mecanismos de alocação do mercado ou por uma hierarquia empresarial (“terceiro modo de autoridade”); disponibilizar livremente o valor de uso segundo um princípio de universalidade, através de novos regimes de propriedade comum (“modo de propriedade distribuída ou entre pares”) (2006, p. 01).

A realidade de meios digitais e tecnológicos hoje em dia amplificou as possibilidades da comunicação em termos globais. Com os avanços nos equipamentos e seus usos, houve uma liberação dos meios de produção e transmissão, com câmeras de qualidade a baixo custo, softwares para edição, smartphones com tecnologia de conexão 4G, plataformas domésticas de produção digital, material de estúdio e para gravação audiovisual, programação em

---

<sup>5</sup> “*The Political Economy of Peer Production*” disponível em <http://www.ctheory.net/articles.aspx?id=499> e em [www.p2pfoundation.net/](http://www.p2pfoundation.net/)

<sup>6</sup> Texto produzido para o projeto “Seminário A Constituição do Comum”, que integrou o programa Cultura e Pensamento 2006.

<sup>7</sup> Apud BENTES.

*crowdsourcing*<sup>8</sup> e, junto a tudo isso (e em boa medida também por causa disso), um aumento exponencial na capacidade de replicação de informações e de livre circulação do conhecimento.

Dentre as possibilidades favorecidas pelas novas tecnologias estão a descentralização da produção, a diversificação das mensagens e uma maior aproximação entre os “emissores” (produtores) e os “receptores” (fruidores) das mensagens (informações, expressões culturais). Essas novas tecnologias, por sua vez, favorecem e dinamizam as formas de intervenção dos sujeitos sociais e dão visibilidade a suas causas e projetos transformando-se numa “trincheira” de poder e resistência contra-hegemônica.

Por outro lado, um órgão gestor governamental não pode desprezar outras formas de conhecimento e tecnologias de cunho social que não tenham se adequadado ao formato digital. O mais importante é garantir formas para que a produção ocorra e seja distribuída adequadamente fazendo-se chegar aos seus públicos e, de igual forma, esteja disponível para aquele que queira acessá-la em momento oportuno, em forma de acervo. Tudo isso é comunicação e não podemos esquecer que, antes de qualquer tecnologia, ela deve estar calcada no social e fundamentada na cultura.

Reconhecer essa realidade é de grande importância para o desenvolvimento de ações de formação para a produção crítica de comunicação, promovendo uma rede de comunicadores populares que valorize a diversidade cultural. Por outro lado, não suplanta a importância e o papel dos meios analógicos de comunicação, que também devem comparecer como objeto de políticas culturais, na perspectiva de democratização dos meios e do acesso à comunicação e a promoção de infra-estrutura e meios adequados para abrigar, trafegar e disponibilizar a produção cultural produzida nestes ciclos de formação, é de fundamental importância para que as vozes envolvidas pela “cultura do silêncio”<sup>9</sup> possam ganhar mundo (MINC, 2012, p. 19).

---

<sup>8</sup> Processo de obtenção de serviços, idéias ou conteúdo necessários solicitando contribuições de um grupo variado de pessoas e, especialmente, a partir de uma comunidade on-line, ao invés de usar fornecedores tradicionais como uma equipe de funcionários contratados (wikipedia, disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Crowdsourcing>, acesso em 14/10/2014).

<sup>9</sup> Citação a Paulo Freire.

A defesa do investimento em infraestrutura tecnológica não pode prescindir a criação de estruturas sociais para que os processos ocorram. Isso coloca a mobilização social e a formação e capacitação de capital humano em um lugar de importância talvez até maior que os recursos técnicos. Nenhuma abertura de canal funcionará se se não houver mensagem que transite por ele. É preciso, portanto e mais que tudo, fortalecer o diálogo, independente de por quais canais ele ocorre. É preciso observar e ter bem definidos quais são os entes sociais a interagir em cada contexto e quais os fatores motivadores dessa interação.

A maioria das sociedades contemporâneas já vive em um ambiente de sociedade-rede (CASTELLS, 1996, apud SEMPERE).

“A capacidade das redes para introduzir novos atores e novos conteúdos no processo de organização social, com relativa independência dos centros de poder, aumentou ao longo do tempo com a mudança tecnológica e, mais concretamente, com a evolução das tecnologias da comunicação” (CASTELLS, 2009, p. 48).

Quando os diferentes atores se apropriam das diferentes mídias e sistemas de comunicação em uma sociedade, é sinal de que esta tem o domínio sobre seus próprios conteúdos e expressões. Podemos dizer que uma sociedade que domina sua “capacidade de se comunicar”, rege sua própria identidade cultural e condições de pertencimento e territorialidade. E segundo Alfons Sempere, “Da mesma forma, o exercício das funções comunicativas em proximidade ajuda a criar um tecido social e de relações de confiança tão importantes nos processos de criação de desenvolvimento” (2010, p. 35).

### **2.3 COMO COMUNICAR A CULTURA**

“Uma nova forma de entender a cooperação no campo da comunicação deve incorporar formas e metodologias que aumentem a participação dos grupos, das comunidades e das sociedades envolvidas. Ações de fomento do acesso às mídias da sociedade da informação necessitarão de investimentos em infraestrutura a serviço do interesse geral e da capacidade de fomentar espaços comunicativos com um alto índice de liberdade. Políticas compensatórias pelas dificuldades estruturais (e geográficas) ou de descentralização são imprescindíveis para oferecer a toda população a garantia democrática do acesso à informação como direito fundamental” (SEMPERE, 2010, p. 36).

No artigo “Ibero-América: Novas Fórmulas de Cooperação em Cultura e Comunicação”, Alfons Martinell Sempere apresenta algumas propostas, como a colocada acima, que ratificam a ideia da disposição da sociedade em redes de comunicação para o fortalecimento da cultura. “Em um panorama em que os fluxos de informação e os intercâmbios culturais são múltiplos e complexos, não podemos esquecer que a maioria desses processos ocorre no âmbito local”, diz (IDEM, p.38).

Ainda segundo ele, uma releitura da potencialidade e das dinâmicas de proximidade regional é imprescindível para futuras estratégias de teor econômico, do que podemos depreender que é mesmo na valorização das realidades locais postas em contato que está a chave da organização para o desenvolvimento. E isso será feito à luz de uma relação mais intensa entre cultura e comunicação, como aponta Martín-Barbero:

À luz desta nova perspectiva conceitual e metodológica da comunicação, a redefinição da cooperação adquire sua verdadeira magnitude como prática da interculturalidade, ou seja, de uma relação entre culturas já não unidirecional e paternalista, mas sim interativa e recíproca (2007, apud SEMPERE).

Para o *Ministerio de Asuntos Exteriores y Cooperacion*, da Espanha, em documento intitulado “*Estrategia de cultura y desarrollo de la cooperación española*”, um primeiro cenário de possibilidades de incorporação da comunicação à agenda da cooperação deve conter como objetivos:

1. potencializar processos autônomos próprios no âmbito comunicativo, conforme a realidade de cada contexto;
2. contribuir para a inserção dos diferentes setores que compõem a comunidade nas diversas dimensões das dinâmicas e processos comunicativos;
3. trabalhar na formação de públicos e na melhoria da distribuição das mídias e do acesso às mesmas. Gerar novas indústrias culturais e estimular processos que evoluam da cooperação para a coprodução (MAEC, 2007, p. 25).

Essas três ideias podem ser tomadas como “diretrizes” para a instrução das bases de construção de uma Política de Comunicação para a Cultura é o primeiro passo para estabelecer uma atuação mais efetiva no setor. O Grupo de Trabalho para a Formulação de

Políticas Transversais na Área de Cultura e Comunicação, criado em 2012 no âmbito do Ministério da Cultura do Brasil, também formulou o que sugere como diretrizes básicas específicas para esse fim:

- (a) Promoção de infraestrutura de comunicação, como conexão banda larga e equipamentos tecnológicos, em especial, no contexto da radiodifusão e internet;
- (b) formação da sociedade em educomunicação e na apropriação do uso das tecnologias para a produção de informação e conteúdos, visando ao autorregistro cultural e produção de comunicação alternativa, mediante o uso das novas mídias e em diversos suportes (analógicos, impressos e digitais, utilizando, preferencialmente, softwares e tecnologias livres);
- (c) produção de conteúdos sobre a cultura brasileira e sua diversidade pelos próprios atores culturais;
- (d) produção de conteúdo comunicacional, informativo e cultural para mídia impressa, rádio e internet, contemplando as diversas regionalidades e as especificidades dos interesses culturais do setor; e
- (e) disponibilização do conteúdo em plataforma online, que reunirá num ponto da Internet a multiplicidade de produções realizadas, garantindo espaços de circulação, ampliando o acesso dos agentes da cultura aos meios de comunicação, diversificando a programação dos veículos, e ainda, potencializando o uso dos canais alternativos para estimular as redes públicas.

Essas cinco indicações orientam de modo amplo os principais pontos a serem abordados por uma política de Comunicação para a Cultura. As diretrizes dão substância, objetivam o olhar sobre as principais questões, mas não conformam a atuação em si. Para isso, é preciso organizar estrategicamente as ações em um plano de trabalho que as unifique e coordene em busca do pleno exercício do direito à comunicação e à expressão da diversidade de manifestações da cultura. Partiremos então para uma análise mais prática de ações implementáveis no âmbito dos territórios, unidade eleita na política pública de cultura na Bahia como base para a descentralização de investimentos.

Dentro dessa perspectiva, vejamos os seis eixos propostos para o Programa Comunica Diversidade<sup>10</sup>, do MINC, que servem tanto como modelo de organização para a elaboração

---

<sup>10</sup> O Programa Comunica Diversidade é o principal desdobramento do Seminário de Indicação de Políticas Públicas para Cultura e Comunicação, realizado em 2012 e citado muitas vezes nesta pesquisa por meio do seu Relatório Final. Ele visa principalmente à implementação de ações para o cumprimento da Meta 45 do

de políticas em contextos específicos, como de baliza aos que forem buscar no Ministério da Cultura respaldo para suas ações. Eles são: 1) Educar para Comunicar, 2) Produção de Conteúdos Culturais, 3) Distribuição de Conteúdos Culturais, 4) Meios para a Comunicação, 5) Comunicação e Protagonismo Social e 6) Comunicação e Renda.

Em conjunto, os eixos envolvem toda a cadeia da comunicação, da possibilidade mais primária de expressão e do preparo para tal até suas consequências práticas no âmbito social, passando pela infraestrutura através da qual esse fluxo se dá. Para investigar “Como comunicar a Cultura”, proposta desta seção, os eixos 3 e 4 são os que mais interessam. Localizados na parte central dessa “cadeia comunicativa”, a “Distribuição de Conteúdos Culturais” e os “Meios para a Comunicação” mantêm o foco na circulação de informações e conteúdos e nos veículos e espaços onde se dá o compartilhamento.

O Eixo 3, com 28 ações específicas previstas, visa:

Garantir a distribuição e circulação dos conteúdos produzidos pelos comunicadores populares e da rede midialivrista. Com o fortalecimento crescente do campo da comunicação pública, por meio de suas rádios e TVs e, ainda, estabelecendo parcerias com as TVs e rádios comunitárias e universitárias, vislumbra-se a possibilidade de acessar esses canais para a distribuição dos conteúdos, na construção de parcerias mais expressivas. Este é um eixo estruturante do processo que garante amplitude de acesso aos conteúdos produzidos, que passam a ganhar a vida cotidiana das brasileiras e brasileiros.

No Eixo 4 são 38 ações específicas e os objetivos são:

Iniciar a construção de um processo estratégico de promoção de infraestrutura e meios adequados para produzir, abrigar, trafegar e disponibilizar a produção cultural preconizando a democratização do acesso à banda larga, os softwares livres, a aquisição de equipamentos, a construção de soluções para integrar e armazenar acervos já existentes, provimento e manutenção de infraestrutura para a digitalização dos acervos, dentre outros.

---

PNC. Comunica Diversidade foi também o nome fantasia dado ao Seminário e pelo qual todo o acervo gerado naquela ocasião pode ser encontrado na internet, pelo endereço:

<http://culturadigital.br/comunicadiversidade/>. Um terceiro e mais recente uso para o nome Comunica Diversidade, no esteio dos dois primeiros, é dado ao Edital Comunica Diversidade 2014.

Os movimentos que foram capazes de se articular dentro dessa nova realidade de coletivização dos esforços e apropriação dos meios de produção e difusão da comunicação, sem nenhuma espécie de tutela intelectual ou econômica, “formando uma rede produtiva que dá trabalho, ocupação e sentido para uma vida (BENTES, 2006, p.03)”, são os verdadeiros agentes de transformação de realidades locais. E são também, ainda segundo BENTES, “modelos embrionários de transformação radical das políticas públicas”.

Comunicação e cultura tornaram-se estratégicos para a sociedade civil (Id., Ibid). Esses movimentos da sociedade apropriados dos meios de produção e difusão da cultura são os primeiros elementos de interesse para a constituição de políticas, programas ou ações dentro de um novo paradigma de desenvolvimento. São eles que, uma vez já atuantes na “transformação de realidades” e mais capazes de multiplicar os efeitos das políticas, devem ser postos em rede e funcionar como as células iniciais do diálogo entre sociedade civil e poder público.

Dentre as ações propostas pela Oficina de Indicação de Políticas Públicas para Cultura e Comunicação (MINC, 2012) salientamos aqui aquelas que melhor colaboram para a sistematização de redes para troca de informações e conteúdos culturais, que tanto acreditamos ser o pilar básico para a construção de políticas, como a maneira mais efetiva de comunicar a cultura.

Da lista de 66 intervenções de comunicação apontadas nos eixos 3 e 4 do Relatório (MINC, 2012), relacionamos aqui as 34 ações que mais se aplicam às realidades de grupos e instituições com trabalho voltado para a cultura em seus territórios. Como a experiência da maioria destes grupos carrega traços em comum, tanto do ponto de vista das oportunidades como das dificuldades, partimos do pressuposto de que as políticas públicas a serem implementadas precisam favorecer seus processos de criação, consolidação e fortalecimento de vínculos e de co-responsabilidades, numa perspectiva de participação do poder público como um elo forte dessa cadeia.

Das 28 ações propostas no Eixo 3, apreciamos 19<sup>11</sup>:

---

<sup>11</sup> A relação completa encontra-se nas páginas 50 a 52 do Relatório (MINC, 2012).



1. Criar um órgão responsável pela assessoria e planejamento de projetos de distribuição de conteúdos culturais;
2. Criar um portal público que integre e disponibilize conteúdos sob licenças flexíveis, metodologias e formatos;
3. Implantar um Núcleo de Produção colaborativa e catalogação de conteúdos didáticos para a promoção da diversidade cultural, por meio de publicações com distribuição ampla, em plataforma digitais (e-books);
4. Fomentar, por meio de editais adaptados à realidade cultural de cada comunidade, a produção de conteúdos para a difusão nas emissoras públicas (e comunitárias) de rádio e televisão;
5. Estabelecer parcerias com coletivos de comunicação e pontos de cultura para o registro e divulgação das reuniões dos conselhos municipais e estaduais de cultura;
6. Promover feiras de economia solidária e comercialização de conteúdos, incluindo roteiros audiovisuais, mesas de debates, rodas de conversa, em âmbito regional, entre produtores e agentes culturais e emissoras públicas, privadas e comunitárias;
7. Construir planos de comunicação regionais para difundir e orientar as ações relacionadas à diversidade cultural de grupos e comunidades, de emissoras, sites, rádios livres e comunitárias, produtoras independente, pontões;
8. Mapear as ações, iniciativas e produções culturais das comunidades tradicionais e populares;
9. Fazer seminários anuais itinerantes das estéticas da diversidade cultural, visando repensar o padrão de produção cultural;
10. Garantir a difusão da produção artística e cultural junto a Rádios e Tvs públicas, por meio da atuação de Conselhos de Cultura e Comunicação;
11. Criar mecanismos públicos de distribuição física e de fomento à criação compartilhada;
12. Abrir espaços na programação dos diversos meios (Rádio, TV, Cinema e jornal) para a difusão dos produtos culturais em línguas indígenas;
13. Promover as tecnologias e produções científicas da universidade em comunidades e grupos culturais de interesse que tenham ligação com a produção da obra;
14. Impulsionar cineclubes à distribuição de conteúdos, instituindo que toda a produção audiovisual realizada com recursos públicos tenha uma versão da obra disponível para download ou logística de envio em mídia para exibição nos cineclubes;
15. Digitalizar os acervos para acesso universal e gratuito;
16. Produzir tutoriais, material didático e de divulgação online que fortaleçam as iniciativas de capacitação e fomento ao uso de meios digitais;

17. Fomentar a produção de uma revista de ampla circulação, com foco em um observatório cultural com a contribuição de grupos tradicionais;
18. Organizar em rede as universidades para promover a circulação, a distribuição e a troca de conteúdos produzidos entre comunidades, movimentos culturais e faculdades, visando as tvs e rádios universitárias;
19. Catalogar e disponibilizar o acervo para troca de conteúdos digitais entre a rede de formação popular.

Da mesma maneira, das 38 presentes no eixo 4 extraímos 15<sup>12</sup>:

1. Criar uma rede formada por tvs e rádios comunitárias, para acesso aos conteúdos;
2. Divulgar todas as ações e programas através das rádios e TVs comunitárias e dos mais diversos meios de comunicação que realmente atingem a população;
3. Garantir recursos para o acesso público e manutenção dos acervos;
4. Garantir o desenvolvimento e acesso às tecnologias para publicação e difusão das produções a partir dos acervos locais;
5. Fomentar a criação e manutenção de laboratórios locais de audiovisual para produção colaborativa de conteúdos que atendam as demandas da diversidade cultural;
6. Promover parcerias com universidades e centros de documentação, por exemplo, para digitalização do acervo da memória cultural de modo a permitir o acesso público;
7. Criar uma plataforma que ofereça cursos específicos para formatação de projetos culturais a serem disponibilizados gratuitamente via internet, bem como, criar e disponibilizar kits com o material didático;
8. Criar programas que ofereçam equipamentos para armazenamento e disponibilização de acervo digital relativo à memória comunitária.
9. Fomentar a parceria entre pontos de cultura, ação griô e demais comunidades tradicionais e universidades para o reconhecimento e promoção de tecnologias específicas a estes grupos, no sentido de ampliar o universo do conhecimento e produção científica;
10. Apoiar a criação de rádios e TVs de baixa potência com viés educativo e cultural, que inclua a participação e criação das comunidades em seus entornos;
11. Construir uma plataforma livre de áudio, na dimensão das rádios, em rede, integrada e online, para as rádios web e comunitárias compartilharem e trocarem conteúdos;
12. Construir um canal de compartilhamento de conteúdos oriundos do processos formativos e colaborativos integrado aos acervos;

---

<sup>12</sup> A relação completa encontra-se nas páginas 53 a 56 do Relatório (MINC, 2012).

13. Comprar equipamentos para a produção gráfica e torre para a cópia de CDs a serem distribuídas nas localidades com maior dificuldade de acesso à produção e fruição da cultura produzida localmente para aquela região;
14. Customizar da plataforma para intercâmbio de conteúdos digitais (RNP) para a disponibilização e troca de acervos audiovisuais para tv e rádio que abrigará num ponto da rede as diversas produções de conteúdo advindas dos produtores independentes, comunitários e populares;
15. Desenvolver soluções tecnológicas (softwares livres) para interação de conteúdos produzidos com demais conteúdos existentes e complementares.

Estes dois eixos tem uma responsabilidade central porque criam aberturas e oferecem soluções prévias para a realização de diversas outras propostas. Convém registrar que as ações específicas debatidas e propostas pela Oficina de Indicação de Políticas de Cultura e Comunicação foram desdobradas de uma triagem feita sobre o Plano Nacional de Cultura.

É interessante notar que a temática das ações, nesses eixos como os outros, gira em torno de algumas questões essenciais, como o fomento à mídia livre. Sua identificação é bastante reveladora de quais as atividades mais esperadas pela sociedade civil, quais as demandas mais presentes, quais são as oportunidades para a atuação empreendedora da sociedade e brechas para a elaboração de políticas públicas por parte do estado.

Da mesma forma observamos as ações previstas no Plano Estadual de Cultura da Bahia e no relatório da V Conferência Estadual de Cultura. Também ali é possível perceber que há certa recorrência. No Plano Estadual, novamente sublinhamos as ações que visa, a cooperação entre agentes públicos e da sociedade civil, bem como a troca de conteúdos e experiências, fortalecimento de identidades e valores e a colaboração produtiva.

Primeiro é importante entender que o Plano Estadual está articulado em seis capítulos. Neste estudo nos interessa exatamente o capítulo V, que trata “Da Estrutura - Eixos, Estratégias, Linhas de Ação” e contém 07 diretrizes, 20 estratégias e 62 ações. Cada diretriz traz suas estratégias e estas, por sua vez, aponta sobre quais ações está montada. Assim, nos interessam:

**Diretriz I** (Do estado e da participação social: fortalecer a institucionalidade da cultura e a participação da comunidade e da sociedade civil) -

- Estratégia 2 (Diretriz I): Aprimoramento da gestão de políticas públicas, através das seguintes ações:
  - a) territorializar a atuação da Secretaria de Cultura em todo o estado; e
  - d) estimular a criação de Câmara Temática de Cultura no Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) e nos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (Codeters).
  
- Estratégia 3 (Diretriz I): Implantação do Sistema de Informações e Indicadores Culturais como instrumento de acompanhamento, avaliação e aprimoramento da gestão e das políticas públicas de cultura, através das seguintes ações:
  - a) cadastrar, mapear e sintetizar as informações culturais, a fim de orientar a coleta pelo Estado e Municípios de dados relacionados à gestão, formação, produção, difusão, circulação, fruição e reflexão de obras, atividades e expressões culturais;
  
- Estratégia 5 (Diretriz I): Ampliação dos mecanismos de participação social no processo de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura, por meio das ações: (...)
  - b) articular os sistemas de comunicação, com os processos e as instâncias de consulta, participação e diálogo para a formulação e o acompanhamento das políticas culturais; e
  - c) potencializar os equipamentos e espaços culturais como canais de comunicação e diálogo com os cidadãos, ampliando sua participação na gestão destes equipamentos.

**Diretriz III** (Da diversidade: reconhecer, valorizar, proteger e promover as expressões culturais).

- Estratégia 11: Promoção por meio de políticas de formação, pesquisa e difusão, estímulo à produção e circulação, formação de acervos e repertórios, através das seguintes ações:
  - a) criar políticas de apoio, reconhecimento e transmissão dos saberes e fazeres das culturas;
  - b) apoiar o mapeamento, documentação e preservação de sítios de valor simbólico e histórico;
  - e
  - c) mapear, preservar, restaurar e difundir os acervos históricos e culturais.
  
- Estratégia 12 (Diretriz III): Ampliação da circulação da produção cultural e dinamização das políticas de intercâmbio e difusão das culturas no estado da Bahia, no país e no exterior; (...)
  - b) fomentar atividades de intercâmbio interterritorial, interestadual, internacional e residências culturais de estudantes e profissionais da cultura em instituições estaduais, nacionais e estrangeiras.

**Diretriz IV** (Do acesso: universalizar o acesso à cultura) -

- Estratégia 13: Desenvolvimento e ampliação dos espaços culturais existentes na Bahia, inclusive os da Secretaria de Cultura do Estado, através das seguintes ações:
  - a) ampliar e diversificar as ações de formação e fidelização de público, qualificando a fruição e o contato com as culturas; e
  - b) promover a disponibilização de repertórios, de acervos, de documentos e de obras de referência.
  
- Estratégia 14 (Diretriz IV) - Estabelecimento de redes de equipamentos culturais, através das seguintes ações:
  - a) estabelecer sistemas de integração de equipamentos culturais, fomentando, inclusive, programas de amparo e apoio à manutenção e gestão em rede de equipamentos culturais, potencializando investimento e garantindo padrões de qualidade; e
  - b) instituir programas em parceria com instituições culturais e organizações civis para a ampliação da circulação de bens culturais.
  
- Estratégia 15 (Diretriz IV) - Promoção da apropriação social das tecnologias da informação e da comunicação para ampliar o acesso à cultura e suas possibilidades de produção, difusão e fruição, através das seguintes ações:
  - a) apoiar as políticas públicas de universalização do acesso gratuito de alta velocidade à internet em todos os municípios; e
  - b) estimular o compartilhamento pelas redes digitais de conteúdos que possam ser utilizados livremente, estimulando a produção de conteúdo independente para as diversas plataformas de comunicação.

**Diretriz V** (Da economia da cultura: ampliar a participação da cultura no desenvolvimento) -

- Estratégia 16: Incentivo à criação de modelos de desenvolvimento sustentável e solidário que reduzam a desigualdade regional e ampliem a diversidade cultural, por meio das ações: (...)
  - d) estimular, por meio de parcerias com entidades da sociedade civil e do poder público, a economia solidária no campo da cultura.
  
- Estratégia 17 (Diretriz V): Ampliação das atividades culturais, por meio da expansão, diversificação e qualificação de sua capacidade produtiva e ampla ocupação, estimulando a geração de trabalho, emprego, renda, promovendo a profissionalização do setor e o fortalecimento da economia, através das seguintes ações:
  - a) fortalecer e articular as redes produtivas que formam a economia da cultura; (...).

**Diretriz VI** (Da formação: ampliar e qualificar a formação em cultura) -

- Estratégia 18: Disseminação do conhecimento e ampliação da apropriação social do patrimônio cultural, através das seguintes ações: (...)
  - b) desenvolver uma rede de cooperação entre instituições públicas federais, estaduais e municipais, instituições culturais e demais organizações civis para promover o conhecimento sobre cultura; e
  - c) estabelecer parcerias com instituições de ensino técnico e superior, bem como parcerias com associações e órgãos representativos setoriais, para a criação e o aprimoramento contínuo de cursos voltados à formação e capacitação de trabalhadores da cultura, gestores técnicos de instituições e equipamentos culturais.

**Diretriz VII** (Da transversalidade: fomentar a articulação da cultura com outras áreas) -

- Estratégia 20: Promoção da articulação das políticas públicas de cultura com as de outras áreas governamentais, através das seguintes ações: (...)
  - c) estimular e consolidar a apropriação, pelas redes públicas de ensino, do patrimônio cultural, estimulando novas vivências e práticas educativas, propiciando, também, que as escolas atuem como centros de produção e difusão cultural da comunidade; (...) e
  - f) realizar programas, em parceria com os órgãos de comunicação, para que atuem como centro de produção e difusão cultural.

Embora de teor menos prático, não devemos deixar de considerar que na V Conferência Estadual de Cultura da Bahia<sup>13</sup>, saíram três propostas de cunho comunicacional. Ressalte-se que a Secretaria de Estado elaborou uma metodologia para objetivar a discussão e definir um número mais restrito de propostas, após um debate mais aprofundado sobre as demandas de cada área da Cultura. Da Roda de Conversa sobre Cultura e Comunicação saíram duas propostas de ação em nível estadual e uma terceira que foi levada para discussão na III Conferência Nacional:

1. Que a SecultBA articule junto com a Secretaria de Comunicação (Secom-BA) e com representantes dos colegiados (instituídos e por instituir) e dos conselhos de cultura e comunicação a criação de um Fórum Permanente de Cultura e Comunicação, com a finalidade de desenvolver e encaminhar políticas para cultura e comunicação;

---

<sup>13</sup> Realizada em 11 e 12 de Outubro de 2013.

2. Fomentar, através de editais e/ou prêmios, experiências na área de comunicação e cultura;
3. Para a III CNC: Articular junto ao Congresso e ao Ministério das Comunicações a imediata regulamentação da comunicação pública como direito de acesso a todos os brasileiros, para que ela seja disponibilizada em todas as possibilidades de transmissão (satélite, banda larga, etc), contemplando a diversidade cultural e os recursos de acessibilidade.

Já na III Conferência Nacional, realizada em novembro de 2013, das vinte propostas priorizada, apenas duas, ambas do Eixo 2 “Produção Simbólica e Diversidade Cultural”, estão ligadas à temática da Comunicação:

3ª) Proposta 2.30.

Aprovar o Marco Regulatório das Comunicações no Brasil, o Marco Civil da Internet (garantindo a neutralidade da rede como regra), a Lei da Mídia Democrática, e modificar a Lei 9.612/98, garantindo o respeito aos Direitos Humanos, à diversidade e à participação social nos processos de revisão desses Marcos Regulatórios, considerando o disposto no Estatuto da Igualdade Racial, com regulamentação imediata dos artigos relativos à comunicação aprovados na Constituição de 1988. Incluir mais canais de rádio e TVs públicas, comunitárias, educativas, universitárias, culturais e de cidadania, no espectro eletromagnético e digital do Brasil, disponibilizando recursos públicos para viabilizar a sustentabilidade dessas emissoras, assim como para aquisição e renovação de infraestrutura tecnológica. No caso das rádios comunitárias, promover o aumento de seu alcance, potência, altura de antena e canais, e que seja disponibilizado recursos públicos para viabilizar a sustentabilidade dessas emissoras. Ampliar o diálogo e protagonismo do Ministério da Cultura dentro deste processo decisório.

5ª) Proposta 2.26.

Criar e garantir editais específicos para ampliar e democratizar a infraestrutura tecnológica, bem como fomentar a criação e circulação de conteúdos independentes (sites, rádios, mídia impressa, audiovisual, telecentros, televisões, mídias públicas e comunitárias, laboratórios em rede, núcleos de arte, tecnologia e inovação, museus, internet e SMS), sempre adequados aos princípios de acessibilidade de cada meio/mídia. Garantir também 20% da verba publicitária para mídias impressas, rádio e TVs comunitárias, universitárias, educativas, promovendo a sustentabilidade das mesmas, potencializando a difusão da Arte, Inovação e Cultura Digital por meio do uso de software e hardware livres, de banda larga aberta/gratuita e da internet sem

rio, nas cidades, comunidades, espaços públicos, organizações e instituições culturais de todo o país, priorizando os Estados com o maior déficit de acesso às redes de informação.

Reúne-se assim todo o cabedal proposto nas principais instâncias de diálogo realizadas nos últimos anos sobre como comunicar a cultura. De maneira geral, percebemos que as ideias de base nas ações de comunicação para a cultura são as mesmas na totalidade dos documentos analisados, vistas à luz da construção e consolidação de redes de agentes. Da formação de vínculos à efetiva cooperação para o desenvolvimento coletivo, estas propostas evidenciam como principais demandas:

1. Vontade de apropriação popular das universidades;
2. Mapeamento e registro de artistas, grupos, atividades, produtos e serviços culturais;
3. Disponibilização e acesso facilitado aos acervos culturais;
4. Acesso a informações pela internet;
5. Divulgação de eventos;
6. Reconhecimento à relevância, importância e independência do conhecimento popular;
7. Preservação de acervos;
8. Formação e qualificação de comunicadores populares;
9. Uso de softwares livres;
10. Criação e apropriação de meios de comunicação comunitária;
11. Disponibilização de recursos para ações de comunicação comunitária;
12. Interação com as escolas;
13. Consolidação de “Parcerias externas”;
14. Fomento por meio de editais de financiamento;
15. Reserva de cotas do financiamento para amenizar distorções (municípios pequenos e grupos em situação de acesso precária);
16. Promoção de encontros para troca de saberes e produtos;
17. Possibilidade de obtenção de renda.

A composição de uma Rede de Comunicação para a Cultura nos territórios de identidade da Bahia, na condição de foro permanente para tratar dos temas acima propostos deve ser encarada como a questão primordial e basilar da elaboração de políticas públicas de Cultura e



Comunicação. A Rede pode aparecer como um fim, um objetivo a ser buscado, mas é – antes disso – um meio de transmissão de ideias, informações, manutenção de diálogos, transferência de conteúdos e tecnologias e troca de serviços. Esse fortalecimento das esferas de participação social, sim, é que pode ser posto como o objetivo maior.

A rede, por ser emissora e receptora simultaneamente, revela-se como “única” instância capaz de abarcar a discussão sobre cultura em sua magnitude, porque se confunde com o próprio assunto, além de se configurar de maneira aberta e com possibilidade de expansão ilimitada. A Cultura é a Rede. E é assim que ela deve ser tratada, como o lugar em que o ciclo “Produzir – Compartilhar – Fruir” se encerra, mas também se expande e cada novo elo dessa cadeia é capaz de despertar novos laços, novas relações, novos potenciais e problemas, novos “nós”. Na condição de comunicadora, a rede expressa e difunde, e há de acontecer e se formar em qualquer hipótese, tímida ou robusta, nos mais diversos cenários. Mas cabe ao poder público o papel de garantir a sua consolidação e irrigação permanente, a começar pela própria participação em condição horizontal em relação aos demais elos.

### **2.3.1 - Redes Colaborativas de Cultura**

Uma das estratégias previstas no âmbito dos diálogo interinstitucionais no **Plano Nacional de Cultura** é:

Fortalecer a gestão das políticas públicas para a cultura, por meio da ampliação das capacidades de planejamento e execução de metas, a articulação das esferas dos poderes públicos, o estabelecimento de redes institucionais das três esferas de governo e a articulação com instituições e empresas do setor privado e organizações da sociedade civil (SPC, 2013, p.174).

Partindo da ideia de que é preciso comunicar a cultura e do entendimento já posto de que as redes formam o melhor caminho para tal, e tendo em vista as diretrizes já apontadas pelo PNC e demais documentos articuladores de políticas, investimos nesta subseção em investigar o estabelecimento das redes em si. Como reconhecer interações existentes, fomentar o surgimento de novas e consolidar a atuação em conjunto. E junto a isso, nos interessam as articulações e ações cooperativas entre o Estado e a sociedade civil, visto que queremos propor que o poder público seja viabilizador das estratégias para o empoderamento social através de redes.

É lógico que a atuação em rede potencializa o poder de execução dos seus entes pela união de forças. As redes têm multifuncionalidade e colaboram para a construção e melhoria das realidades mais diversas. Mas além da atuação finalística, as redes são, antes de tudo, canais. É preciso manter em foco que elas são também ferramentas, que conduzem, favorecem, facilitam, permitem. Que ligam pontos.

Os caminhos para formar redes são vários. Aqui pretendemos investir em um modelo que se aproxima mais das estratégias de mobilização social. De quais estímulos podemos dispor para fomentar esse processo? O que de fato mobiliza os públicos? Desejo é, talvez, a melhor resposta. E para criar esse desejo de compartilhamento de programações, experiências, conhecimento, acervos e capacitações, é preciso despertar a vontade de estar junto, de comunhão de um mesmo espaço ou uma mesma causa. São as informações que temos e os julgamentos que damos às informações que nos une ou separa ideologicamente. Fornecer informação, com mediação e acompanhamento, é portanto, o caminho inicial a trilhar.

Observamos que já existe na Secretaria de Cultura do Estado da Bahia um conjunto de ações não coordenadas entre si de formação, digitalização e difusão de acervos, mapeamento da diversidade cultural, capacitações técnicas para fins diversos, valorização da memória, e, principalmente, facilitação do acesso. Os primeiros passos já estão sendo dados para o compartilhamento de valores comuns, segundo a nossa perspectiva de formação de redes.

O compartilhamento de objetivos comuns é um dos princípios fundamentais para o funcionamento das redes, pois diante da diversidade de iniciativas e lideranças, é imprescindível que haja valores e interesses compartilhados, que exista unidade na diversidade (VILUTIS, 2013, p. 12)

Os equipamentos culturais, como teatros, arquivos públicos, museus, bibliotecas, bem como as instituições dedicadas à memória, identidade, preservação e proteção do patrimônio – que são tão fundamentais para o desenvolvimento cultural de municípios e territórios – quando estão conectados em rede têm alcance ainda maior. O compartilhamento começa já nos requisitos mais básicos, como o simples fato de viver num mesmo território. Laços de vizinhança e de naturalidade são poderosos instrumentos de criação de vínculo entre indivíduos e organizações, mas para isso precisam estar ativados.

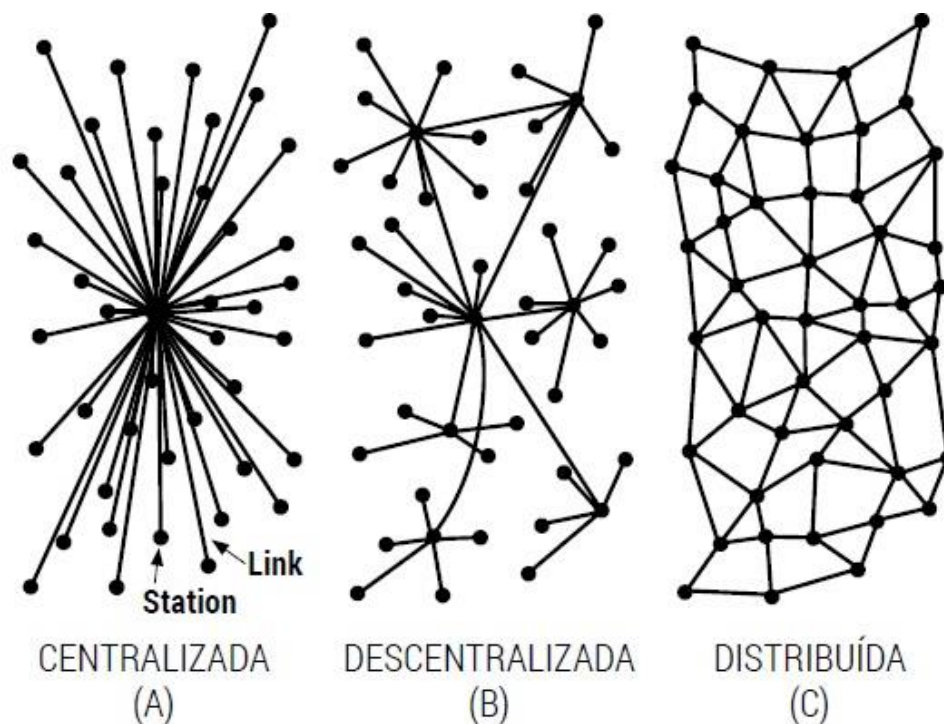
Podemos dizer que formamos, todos em sociedade, um imenso tecido criado a partir de tramas e redes de identidades e identificações variadas, que podem ou não estar “ativos”, mas que são latentes. E é mais ou menos por isso que boa parte da organização de nossas vidas hoje está arranjada em forma de rede. “As redes penetram tão fortemente nosso cotidiano que é difícil imaginar como seria nossa vida sem elas. Trabalhar sem a rede mundial de computadores ou divulgar ações culturais sem as redes sociais, por exemplo, são tarefas impensáveis no Século 21”, lembra Luana Vilutis na Cartilha “Redes e Consórcios” (2013), publicada pela SecultBA.

Por isso, pode parecer óbvio citar as redes como uma possível solução para reforçar a comunicação das temáticas culturais nos territórios baianos, mas quando falamos em redes não estamos nos referimos apenas à internet ou aos meios de comunicação.

As redes configuram estruturas abertas e com expansão ilimitada; elas superam as formas tradicionais de organização piramidal, vertical e centralizada. As ligações em rede propõe outra forma de convívio, orientada pela horizontalidade, pela descentralização e desconcentração das relações. (VILUTIS, 2013, p.10)

A horizontalidade funciona como princípio de equidade, de justiça, onde todos os pontos e elos da rede possuem o mesmo direito de integrá-la. A descentralização não significa ausência de centro, mas a existência de múltiplos centros, de diversos nós de conexão. A desconcentração trata da distribuição dessas relações, do aumento da quantidade de conexões possíveis entre os nós da rede. Quanto mais distribuída for uma rede, mais interatividade ela terá.

O diagrama de Paul Baran abaixo (BARAN, 1964, apud VILUTIS, p.11) nos ajuda a visualizar os diferentes tipos de redes:



É interessante notar como a quantidade de conexões e o desenho da rede altera-se por completo com a mudança de modelo. Nas três imagens estão marcados exatamente os mesmos pontos, em quantidade e lugar. Pode-se enxergar facilmente a diferença de “potencial” entre as estruturas, expresso pelas ligações entre pontos, bem como a evolução do (A) para o (C). As redes horizontalizadas oferecem uma riqueza maior de fluxos.

Considerando que o compartilhamento de informações e tecnologias é uma das principais formas de proteger o conhecimento e desenvolvê-lo, criar redes é, por si só, também um meio de fomentar a ciência e o desenvolvimento cultural, bem como de melhorar as estratégias da governança pública, na sua tentativa de empoderamento dos atores envolvidos com a gestão.

Dentro dessa cultura organizacional das redes, a governança vai além da criação de mecanismos que garantam a eficácia de sua ação e sua perenidade, mas apostam na sinergia de seus membros, na renovação de lideranças, no exercício da cidadania, na aprendizagem colaborativa e na autonomia de seus integrantes. (VILUTIS, 2013, p.12)

Tomando por base a característica de ação cidadã organizada das redes, os autores de “Comunicação e Estratégias de Mobilização Social” (HENRIQUES, 2007) propõem estabelecer um esquema para diagnóstico da realidade que parta da criação de canais de

diálogo com os atores sociais. Só então é possível elaborar um plano de ação baseado nos processos reais de relacionamento reunidos no contexto. “É preciso explorar o potencial educativo gerado pela participação ativa do cidadão” (HENRIQUES, 2007, p.09) e aproveitar desse exercício de cidadania para ampliar também as possibilidades de desenvolvimento da cultura.

Quando observamos o modo como a comunicação, via de regra, é pensada, planejada e organizada hoje, percebemos a predominância do uso de mecanismos de divulgação e “lançamento” de notícias (via release) por indivíduos, artistas, empresas, governos que já se mostraram falhos em construir uma comunicação propositiva e que de fato sirva como recurso representativo das diversas vozes que compõem a sociedade. Mesmo as redes sociais e a internet, tão capazes de amplificar a capacidade de expressão, não são por si sós suficientes para garantir um verdadeiramente fim social. Começa a ganhar lugar a visão dos diversos públicos como “agrupamentos em rede, essencialmente flexíveis, que precisam ser compreendidos como complexos sistemas de relacionamento” (p.12).

A questão principal com que se defrontam esses movimentos de renovação da comunicação e da consolidação de “agrupamentos” é como manter os sujeitos motivados e interessados em preservar o seu vínculo fundamental. “Isso só ocorrerá a partir de uma profunda convicção sobre o valor da causa” (p.13). São os fatores de identificação que serão responsáveis por estabelecer os sentimentos de co-responsabilidade e solidariedade entre os atores sociais e possíveis componentes de uma determinada rede. Este é o trabalho fundamental ao qual deve dar atenção todo aquele que queira se dedicar a firmar redes e parcerias.

A construção da Rede passa pelo reconhecimento de se compartilhar um mesmo “horizonte ético”, que começa na sensação de pertencimento a um campo comum, percepção de que talvez tenhamos os mesmos problemas e questões a resolver e que podemos ter mais poder juntos. A sinergia se conquista a partir da ação concreta de cooperação. O mais difícil é mesmo dar início ao processo de mobilização para que os movimentos não se tornem “simples sequências de ações e reações desarticuladas de pouca representatividade” (CASTELLS, 1999, p.02, apud HENRIQUES, p. 20).

A proposta organizada por HENRIQUES para dar início ao trabalho de formação de redes, e que acreditamos ser a forma mais eficaz para uma mobilização territorial nesse sentido, é a integração das seguintes funções:

- 1) difundir informações, a fim gerar reflexão e debate;
- 2) promover a coletivização, quando os próprios entes da rede se tornam fontes de novas informações;
- 3) registrar a memória, que serve para manter firme o horizonte ético e uma base de referência para a ação; e
- 4) fornecer elementos de identificação com a causa, que “possibilita transcender objetivos instrumentais, mais imediatos” (p.24), ao mesmo tempo em que realimenta o ciclo.

“O grande desafio da comunicação, ao mobilizar, é tocar a emoção das pessoas, sem contudo manipulá-las” (p.37). Todo o planejamento e coordenação de ações para a mobilização de redes deve se basear, portanto, na construção de co-responsabilidades. Cabe aos governos interessados em estabelecer estratégias de governança pública mais eficazes e uma comunicação mais eficiente com seus diversos públicos assumir a dianteira desse processo e gerar, a partir de planos e objetivos determinados, as demandas capazes de agrupar os diversos atores sociais em torno daquelas questões que lhe são caras. E estar aberto ao debate que daí se inicia e pode por em xeque suas próprias teses.

### **3. CULTURA, GOVERNANÇA E TERRITÓRIOS**

#### **3.1 A SECRETARIA E A GOVERNANÇA EM CULTURA**

Como sempre foi tradição no Brasil, a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA) na quase totalidade de sua história esteve atrelada a outras pastas da gestão governamental, principalmente à Educação, da qual a área comumente ainda é tratada como acessório. O primeiro passo numa direção de entendimento das peculiaridades da cultura no estado foi dado em 1972, quando a Lei nº 3.095 reorganizou a então Secretaria da Educação e Cultura e criou a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB) como órgão gestor da política

cultural, mas ligada à administração centralizada da Educação. Inspirada na Fundação Cultural de Brasília, em seu surgimento a FUNCEB ficou responsável pela administração das bibliotecas, museus e do Teatro Castro Alves (TCA), além de fomentar a produção nas linguagens artísticas: artes visuais, audiovisual, dança, literatura, música e teatro.

Em julho de 1987, o Governo do Estado<sup>14</sup> criou pela primeira vez, em reforma administrativa da gestão executiva, uma pasta específica para a cultura. De acordo com o texto institucional disponibilizado na página da SecultBA na internet<sup>15</sup>, “o surgimento deste órgão visava proporcionar autonomia ao segmento da cultura, antes veiculado à função educação, além de abrir um canal mais direto de entendimento com o recém-criado Ministério da Cultura – MinC.” Além de criar a Secretaria da Cultura, a Reforma alterou o nome da Fundação Cultural para Fundação das Artes, vinculando-a à estrutura da nova pasta.

A dita autonomia, no entanto, só durou até 1991, quando o governo de Antônio Carlos Magalhães modificou mais uma vez a Administração Pública Estadual, retornando, no caso da cultura, à mesma estrutura de 1972. Neste mesmo período, em âmbito federal, o presidente Fernando Collor desativou o Ministério da Cultura.

Em 1995, uma lei estadual sancionou a criação da Secretaria de Cultura e Turismo. A estrutura desta secretaria sofreu modificações a partir de 2002, com a incorporação do Instituto de Radiodifusão da Educativa da Bahia – IRDEB e a transferência do sistema de Arquivos e Bibliotecas Públicas do Estado para a Fundação Pedro Calmon (FPC). Nesse mesmo período, as atividades dos Museus passaram a ser de responsabilidade do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC).

Por mais de dez anos, a associação entre cultura e turismo manteve a primeira à mercê dos interesses, principalmente econômicos, da segunda, e a cultura da Bahia era vista predominantemente como um passaporte para incentivar o turismo no estado. Esta situação só começou a mudar a partir de 2007, no governo de Jaques Wagner (novamente alinhado com o plano federal), com a recriação da Secretaria autônoma e a ampliação do entendimento de

---

<sup>14</sup> Gestão do governador Waldir Pires.

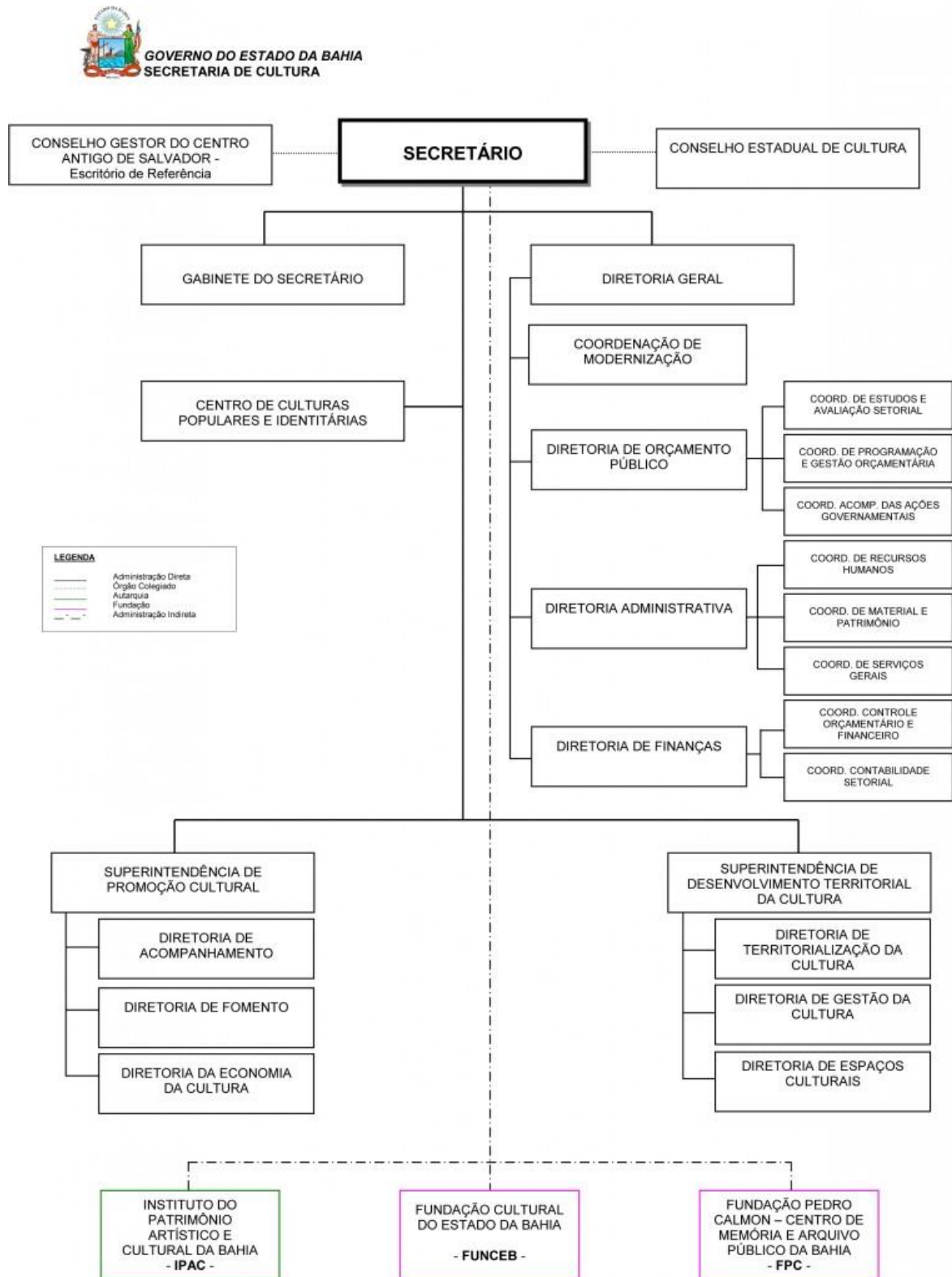
<sup>15</sup> [www.cultura.ba.gov.br](http://www.cultura.ba.gov.br)

cultura, mais ligado a conceitos antropológicos, o que determinou novas metas para o setor e, no plano mais visível, uma nova forma de gerir a cultura.

Depois de algumas alterações em sua estrutura, realizadas no início da gestão atual, em 2011, chegamos a esse modelo. Fazem parte da administração direta da Secult duas Superintendências: a Suprocult – Superintendência de Promoção Cultural (políticas de fomento e Economia da Cultura) e a Sudecult – Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura (políticas de institucionalização, territorialização, pontos de cultura e espaços culturais); e o Centro de Culturas Populares e Identitárias – CCPI – referência na área que o próprio nome diz e também responsável pela dinamização cultural do Centro Antigo de Salvador.



A organização da Secretaria de Cultura hoje é a seguinte:



Como podemos ver, a SecultBA administra indiretamente três autarquias: FUNCEB (políticas para as linguagens artísticas), FPC (sistema de bibliotecas e arquivos e políticas para o livro,

leitura e memória) e IPAC (patrimônios e museus) e possui ainda como órgão vinculado, porém autônomo, o Conselho Estadual de Cultura.

É dentro deste cenário que a SecultBA coloca como missão formular e implementar, de forma articulada com a sociedade, políticas públicas que expressem a centralidade da cultura na transformação e no desenvolvimento social e valorizem a diversidade de manifestações e expressões do estado, em suas dimensões territorial, simbólica, econômica e de cidadania. Desde 2007, ela vem colocando em prática uma política cultural que tem como diretriz básica, segundo consta na descrição institucional em seu site, “a construção de uma cultura cidadã, que permita a todos o acesso às diversas modalidades de experimentação e fruição culturais, participação na construção da política estadual de cultura e a ampliação da cidadania e dos direitos culturais”.

Os princípios norteadores do desenvolvimento de políticas e programas na Secretaria poderiam ser agrupados nos seguintes eixos:

- Fortalecimento da institucionalidade e organização do campo cultural;
- Ampliação dos diálogos interculturais e alargamento das transversalidades;
- Territorialização das políticas culturais;
- Colocação como referência na formação e qualificação em Cultura no Brasil;
- Desenvolvimento da Economia da Cultura;
- Inovação e ampliação na oferta de seleção pública e editais da cultura;

A este estudo interessam principalmente o aprofundamento da territorialização da cultura, o fortalecimento da institucionalidade cultural, a ampliação do diálogo intercultural e o alargamento das transversalidades da cultura. É neste viés da atuação da entidade que melhor se situam as questões da colaboração para o desenvolvimento, que pensamos enquanto melhor caminho para abordar políticas de comunicação para a cultura. As iniciativas que visamos na construção de redes de agentes e instituições de cultura situam-se neste ponto, dentro do escopo conceitual das ações da Secult.

Nesse sentido, a Secretaria já vem adotando ações que concorrem para a efetivação dessas ideias, a ver:

- a) Criação de novas instituições, reforma e revitalização das instalações existentes e dinamização dos espaços culturais próprios e em parceria;
- b) Implantação do Sistema Estadual de Cultura e da Lei Orgânica da Cultura;
- c) Organização dos Colegiados Setoriais, de Consórcios Intermunicipais de Cultura, Câmaras Técnicas de Cultura nos Colegiados de Territoriais, Associação de Dirigentes Municipais de Cultura (Adimcba) e de outras entidades e fóruns culturais;
- d) Criação do Fórum do Pensamento Crítico da Bahia;
- e) Estímulo à adesão dos municípios da Bahia ao Sistema Nacional de Cultura, por meio da criação dos seus próprios sistemas municipais;
- f) Adoção da divisão político-administrativa do estado em 27 territórios de Identidade;
- g) Instituição dos Representantes Territoriais de Cultura;
- h) Criação dos editais Territórios Culturais, Dinamização de Espaços Culturais, Economia Criativa, Formação e Qualificação em Cultura, com cotas destinadas a alcançar todos os territórios e identidade;
- i) Qualificação continuada dos RTCs e periódica dos gestores municipais, agentes e produtores culturais no interior;
- j) Concepção e atuação de Caravanas Culturais, em que uma comitiva da Secult composta pelo próprio secretário, seus assessores e representantes dos órgãos visitam e despacham com a população de diversas cidades nos macroterritórios do estado;
- k) Atuação do projeto Funceb itinerante, similar às Caravanas, mas composto por membros da Fundação Cultural do Estado, e com perfil mais voltado às linguagens artísticas;
- l) Busca da ampliação da abrangência das atividades dos Centros Culturais vinculados à Diretoria de Espaços Culturais sobre os territórios em que estão instalados e os adjacentes.

Apesar de notarmos um grande esforço de abrangência das principais demandas do campo da cultura e da constatação de que a quase totalidade dessas ações foi implementada (se não a contento, ao menos criou-se estrutura para tal), percebemos que nessas ações – que a própria Secretaria aponta como fundamentais – não notamos a presença da comunicação de forma

direta. Tampouco notamos um direcionamento das políticas para conduzir a população e seus grupos a um processo mais acentuado de trocas de informações, experiências, conhecimento e serviços entre si, sem a participação do Estado.

Não podemos negar que muitos espaços para o diálogo foram abertos, sobretudo se considerarmos a evolução diante do antigo quadro de extremo paternalismo, clientelismo, unidirecionalidade e autoritarismo. Tivemos, sim, muitos avanços, como a realização de modo sistemático de conferências territoriais, setoriais e estaduais; o apoio à criação e manutenção da Associação dos Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia (Adimcba); a democratização do Conselho Estadual de Cultura, por meio de eleições diretas e reserva de cota para a representação do interior; e mais recentemente, a realização de encontros com Dirigentes Municipais e Conselheiros, em 2013, e destes acrescidos de legisladores, em 2014. O estímulo à consolidação de instâncias permanentes de discussão, como o Fórum de Legisladores, também ocorreu, mas vale observar que estas, via de regra, têm sido articuladas apenas na esfera do poder público, ou com a participação essencial deste como no caso das conferências e do encontro de conselheiros.

Podemos dizer, assim, que a abertura de oportunidades, entretanto, não foi suficiente para vencer a inércia histórica em todos os setores que tratem das institucionalidades da cultura. O fato está para além da movimentação política ou da vontade executiva deste ou daquele secretário. Tem a ver com a forma como o governo está organizado, com vícios do poder público, algo de burocracia mal arregimentada e precariedade do serviço público também, mas principalmente, com a falta de tradição em gestão participativa, com a inclusão da sociedade civil na tomada de decisões. É uma questão de *governança*.

Na visão que temos aqui, a governança pública vai além da governabilidade e está associada a uma ideia de mudança, de novos arranjos e inovação na gestão política. Ela requer, necessariamente, a participação coletiva e o empoderamento dos diversos atores integrantes do processo de gestão, estejam eles envolvidos direta ou indiretamente, na esfera pública ou na privada. A Governança é a “capacidade” de um “governo”, gestor ou gestão, organizar todos os mecanismos para que funcionem como um organismo: com todas as partes ativas e otimizadas, com independência e elevada capacidade de comunicação, negociação e confiança. É quase um processo de autogestão,

uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que têm como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando uma solução inovadora dos problemas sociais e criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes. (Löffler, 2001, apud KISSLER; HEIDEMANN)

A governança é também uma alternativa para a gestão baseada na hierarquia, forma ultrapassada e cada vez menos capaz de oferecer bons resultados. Há nela um entendimento amplo da interdependência e da necessidade de cooperação entre cidadãos, iniciativa privada, poder público e terceiro setor.

A governança local, como configuração regional da governança pública, é, assim, "uma forma autônoma (self-organizing) de coordenação e cooperação, por meio de redes interorganizacionais, que podem ser formadas por representantes de organizações políticas e administrativas, associações, empresas e sociedades civis, com ou sem a participação estatal (Jann, 2003, p.449, apud KISSLER; HEIDEMANN).

Essa definição é bastante adequada ao caso específico da política de desenvolvimento territorial, na medida em que se trata de uma inovação administrativa da gestão pública – em especial na sua adequação à área cultural, já que além de tocar outros setores do governo, demanda ampla participação social. Segundo Leo Kissler e Francisco G. Heidemann,

Os atores locais e regionais desenvolvem ação conjunta movidos pela expectativa de que conseguem avaliar melhor os problemas de sua região do que os atores nacionais ou supra-estaduais. As expectativas políticas e sociais geradas pela cooperação entre os agentes regionais são significativamente elevadas, por exemplo, no campo do mercado de trabalho e das políticas de emprego, desenvolvimento municipal, combate à pobreza etc. (2006, p. 482)

O arranjo ao qual serão submetidas as políticas da Secretaria de Cultura, até pela condição desta ser uma pasta “nova”, inscrevem-na num contexto que, para além da busca por eficiência e eficácia na gestão e de efetividade de suas ações, requer a concepção de novas fórmulas, meios e canais de interação com seus públicos e parceiros de toda ordem, a fim de poder conformar a diversidade da sua agenda.

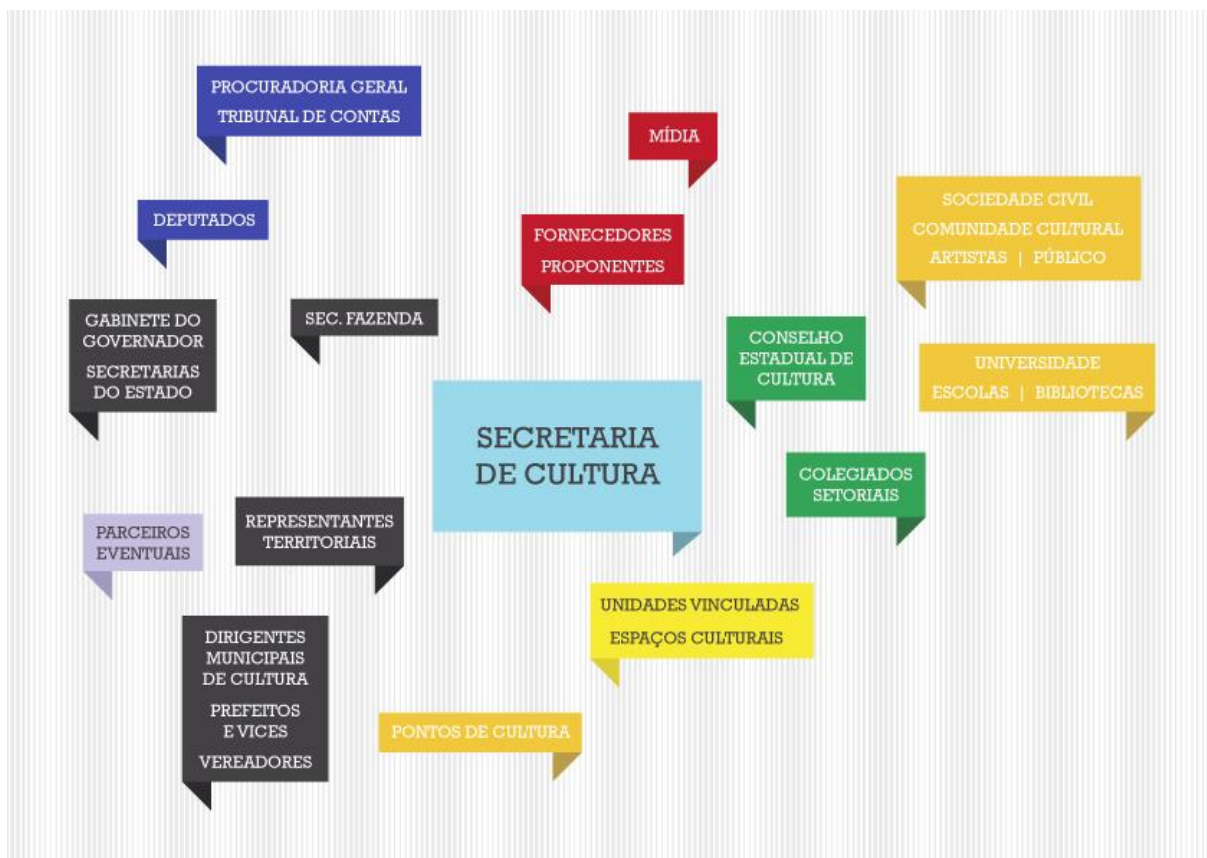
A gestão pública, especialmente aquela dedicada à cultura, tende a ser multidisciplinar por razões naturais, mas deve prezar pela “interdisciplinaridade”, na análise da professora Cátia

Lubambo<sup>16</sup>. Mais do que múltiplos pontos de vista, é importante colocar em prática em quais aspectos essas visões do processo se tocam, a fim de reduzir assimetrias e contribuir para a desejada mudança institucional, o que só será possível com o empoderamento social e aumento do poder de barganha dos vários atores envolvidos na gestão. Isto posto, podemos analisar o mapa organizacional da SecultBA sob outra óptica, diferente do organograma, com informações sobre os fluxos institucionais da secretaria e as relações que ela trava nos ambientes interno e externo.

O modelo está simplificado, mas é bastante esclarecedor. Mostra como a realidade da Secretaria vai além do seu universo particular, extrapolando o campo da cultura, e o quanto é necessário estabelecer bons princípios para uma governança eficiente. Observamos que a SecultBA relaciona-se diretamente com vários stakeholders, interna e externamente. Há de se considerar que, para além das variadas circunstâncias em que eles interagem individualmente com a Secult, eles interagem também entre si e em muitos momentos a interação com a Secretaria é coletiva.

---

<sup>16</sup> Exposição feita durante a aula de Gestão Pública, no sétimo módulo do II Curso de Formação para Gestores Culturais dos Estados do Nordeste, proferida em setembro de 2014, na Academia Santa Gertrudes, cidade de Olinda-PE.



Dos públicos externos, os de maior impacto são o próprio Estado, com peso bastante representativo na Secretaria da Fazenda, e a comunidade cultural, composta por artistas, produtores, gestores e agentes culturais, sejam eles individuais ou representados por associações, organizações não governamentais, Colegiados Setoriais e o próprio Conselho Estadual de Cultura, que nesse caso ocupa uma função ambígua: embora associado à Secretaria e financiado por esta, mantém-se independente e com olhar externo à sua atuação, por vezes na função de regulador. Do lado de dentro, as entidades vinculadas à administração centralizada, os colaboradores de cada setor, as diretorias, assessorias e área meio com seus programas e objetivos específicos dentro da engrenagem central.

A Comunidade Cultural, como podemos chamar a porção da sociedade civil mais aproximada da Secult, bem como a que sofre impacto mais rápido e direto de suas ações, está entre os principais agentes de influência ao trabalho da Secretaria. Ela é, em boa medida, ponto de partida e de convergência das ações, programas e políticas desenvolvidas, com uma dinâmica de participação na formatação da política pública de cultura que oscila do concenso ao conflito, mas, de toda forma, tem influenciado decididamente a definição de caminhos na gestão desde 2007, quando foi criada a Secretaria de Cultura.

A Cultura Organizacional que a Secult vem construindo, reconhecidamente marcada pela abertura ao diálogo, transparência, democratização, descentralização e desconcentração de poder, além do respeito e valorização da diversidade e das diferenças, tem contribuído para uma política de portas abertas onde tanto o consenso quanto os conflitos têm seu espaço de existência preservados, resultando em soluções e decisões de amplo alcance, contemplando as necessidades macro dos vários segmentos da comunidade cultural e, naturalmente, contrariando outros, principalmente os que se manifestam como interesses individuais ou de grupos específicos. A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, ao menos em que pese a atual transparência de suas ações, conseguiu exterminar verdadeiramente o sistema de privilégios que sempre regeu a gestão pública de cultura no estado.

Isso é muito importante de afirmar, pois reflete o ambiente institucional que cederá ou não espaço para a criação de novas estrutura de reflexão, inflexão e ação política. É como produto dessa forma de gerir, com tentativa ampla de escuta e participação da comunidade, que foi possível à Bahia avançar na implementação da Lei Orgânica da Cultura, no crescimento gradativo e contínuo dos investimentos no incentivo e fomento à produção e fruição culturais, na formação e qualificação no setor cultural, dentre outras ações, inclusive a instituição de uma política de territorialização que conta com Representações Territoriais de Cultura.

Mas se do lado da SecultBA e de seu relacionamento com a sociedade temos um lugar de bastante abertura e de intensificação das relações democráticas que significam avanços a passos largos, especialmente se considerarmos o tempo do fator burocracia estatal contraposto aos apenas sete anos de criação da secretaria, do lado do relacionamento com o Governo do Estado o progresso não tem sido tão rápido. O Governo é, como a sociedade civil, um potente *stakeholder*, de duplo espectro de influência: por um lado pressiona por resultados positivos e crescentes e tem demonstrado alguma sensibilidade com a cultura quando nomeia Secretários fortemente vinculados à área e com grande domínio técnico do assunto; por outro tem sido um pesado instrumento de restrições do ponto de vista financeiro quando, por meio da Secretaria de Fazenda, que controla o orçamento da Cultura, limita e dificulta a liberação de recursos, diante do que, frequentemente provoca a pressão da Comunidade Cultural, da mídia e opinião pública em geral, sobre a gestão da Secult. Mais que isso: a mesma sensibilidade que se



demonstra no momento de definir bons quadros para a gestão da pasta não encontra par ou respaldo na definição do orçamento da Cultura.

Essa é uma realidade que impacta sobre toda a atividade da Secult e acarreta uma relativa precarização do trabalho na cultura, não somente dentro da Secretaria, mas com reflexos nas condições do próprio mercado de trabalhadores, produtos e serviços culturais. O estado é a maior fonte de recursos e principal referência desta área, não restam dúvidas. Por isso, há de se esperar que, no empenho de resolver os problemas e estabelecer uma qualificação cada vez maior e crescente do campo cultural, enfrente também as questões de deficiência de pessoal, sobrecarga de trabalho, deficiência de infraestrutura física, baixos salários, dentre outros, que fazem com que esse “*stakeholder*” tenha reduzido o seu potencial de impacto positivo na administração.

A Secretaria de Cultura conta com o privilégio de ter uma equipe comprometida com a causa. Os ideais em torno da cultura têm uma força mobilizadora considerável e pode-se dizer até que parte dos avanços conquistados nestes sete anos de atuação da SecultBA deve-se a esse fator. O sentimento de acreditar-se fazendo parte do novo e transformador é capaz de, momentaneamente compensar certas carências funcionais como as mencionadas. Mas não pode, nem deve, sustentar esse cenário no longo prazo.

Considerando que estes primeiros anos de implantação de uma política pública para a cultura, de fato, no estado da Bahia, foram importantes sobretudo do ponto de vista da sua institucionalização – o ponto de partida da gestão pública, talvez este agora seja mesmo o momento mais apropriado para trabalhar o reforço dos meios de interação entre este poder público recém-institucionalizado e a sociedade civil organizada. Uma parte desses meios, como já falamos, já está estabelecida. Citamos, por exemplo, a realização de conferência e a democratização do Conselho Estadual de Cultura. Também a instuição de colegiados setoriais é um importante mecanismo, reforçado no final deste 2014 pelo mesmo processo de eleição direta pelo qual passa o Conselho.

Os exemplos são claros em mostrar que, igualmente à política cultural em si, os mecanismos de interação vão bem do ponto de vista da institucionalização. A demanda agora é acertar as formas de dinamizar as atividades e quais outros instrumentos podem ser criados a fim de

criar um amplo empoderamento popular, de trazer a população para participar da gestão e, especialmente, de fazer com que a sociedade civil, entre si, possa dialogar sobre a política e, quem sabe, ter um lugar de resolução e deliberação instituído.

Lamentavelmente, as dificuldades enfrentadas pela Secretaria de cultura, especialmente do ponto de vista orçamentário, não a coloca em situação estrutural favorável para uma investida mais decisiva rumo a tantos planos. As carências de recursos técnicos, humanos e financeiros não permite que seja exercido o potencial de realização almejado pela SecultBa em seus planejamentos, defendidos pelo seu Secretário Brasil afora e discutidos exaustivamente nas reuniões e encontros promovidos pela Secretaria tanto interna como externamente.

Apesar disso, há um grande esforço pela melhoria dos procedimentos. A Secult, em todos os seus níveis de gestão – estratégico, tático e operacional – tem revelado grande criatividade na superação das limitações que lhe são impostas pela realidade, graças ao corpo de funcionários comprometidos com a causa. Fato que comprova a efetividade do compartilhamento de um horizonte ético na busca de determinado objetivo, como defendido no subcapítulo 2.3.1, quando abordamos a formação de redes colaborativas para a cultura.

### **3.2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA CULTURA**

Depois de toda uma história de concentração de investimentos na capital e um persistente “esquecimento” da cultura no interior, finalmente a Secretaria de Cultura da Bahia reorganizou-se para a distribuição de recursos e implantação de políticas para o setor por todo o estado. As medidas para isso começaram já no início da atividade da nova pasta, ainda em 2007, com a descentralização dos recursos, que na capital costumava somar mais de 90% do total. Garantiu-se então, pela primeira vez, que pelo menos 50% da verba destinada ao fomento e apoio a projetos seria distribuída para o interior.

Mas nenhuma política de cultura que se preze se basta das ações de fomento. A política de descentralização avançou para além dos recursos financeiros e podemos citar aí uma série de medidas como 1) a Caravana da Cultura, em que o próprio Secretário viaja acompanhado de comitiva para despachar nas cidades de interior e conhecer um pouco mais de sua produção

cultural; 2) a criação da Celebração das Culturas dos Sertões, com intuito de valorizar e colocar no centro do debate político a presença marcante da cultura sertaneja no estado; e 3) o estímulo à criação do Fórum dos Dirigentes Municipais de Cultura. Nenhuma ação, porém, teria resultado objetivo para além do factual se não estivesse em curso na Bahia a política de territorialização, com a instituição de territórios de identidade.

É importante lembrar que a política de territorialização, embora completamente apropriada pela Secult, foi engendrada na Secretaria de Planejamento do Estado. Com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir das realidades local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar. Existem ainda algumas questões em curso de serem acertadas, como a representatividade dos nomes de alguns territórios e a possibilidade de subdivisão de alguns outros – considerados muito grandes e diversos. O fato é que pensar políticas para um estado tão grande como a Bahia, com 564.733,177 km<sup>2</sup> de área total e 417 municípios, do ponto de vista de territórios agrupados pelo seu contexto histórico, geográfico e cultural é algo que, entre o genial e o óbvio, está mais para o segundo.

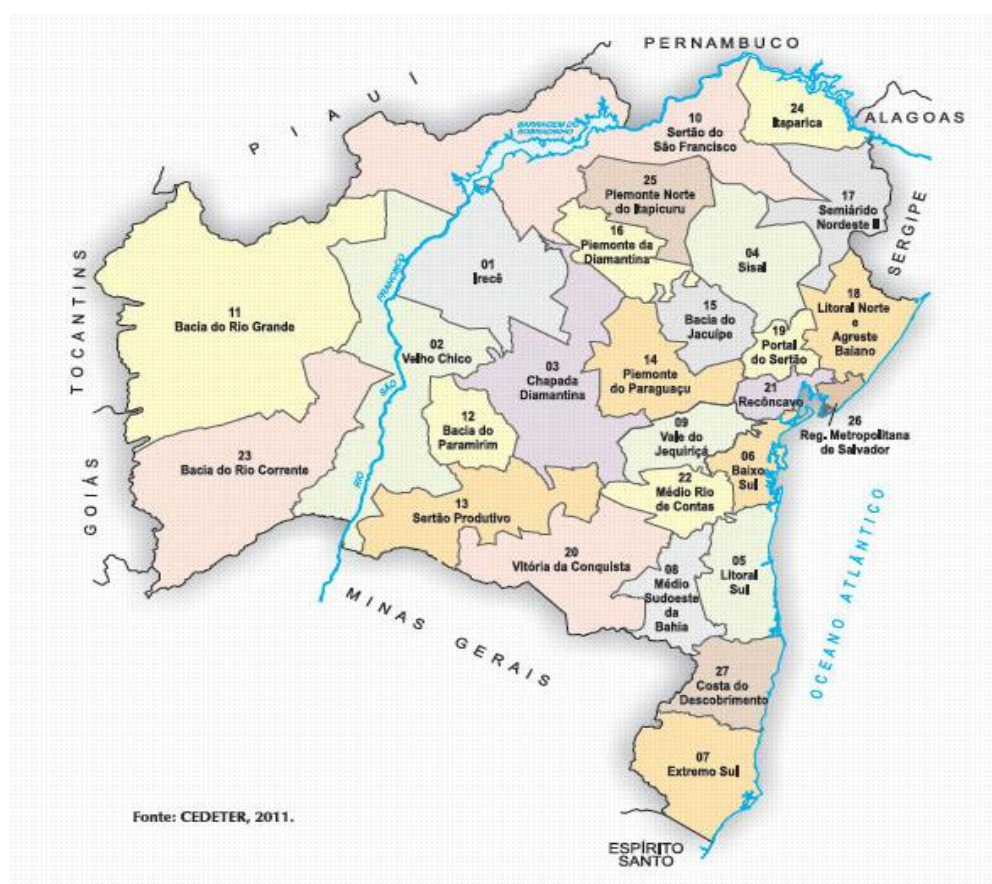
O que se tinha posto em prática mais próximo a isso, antes, era uma divisão mal acabada, com finalidades turísticas, e que mal cobria o território total do estado. Há também divisões em macrorregiões geográficas usada comumente para divulgar a “previsão do tempo”, aglomerações em torno das cidades-pólo que levam seus nomes, ou ainda a clássica divisão cardeal (norte, extremo-oeste, extremo sul, região central etc.). Todas de baixa representatividade e que não acrescentam informação alguma ao pensamento sobre as regiões.

Quando a Seplan decide, em 2007, instituir a atual divisão em “Territórios de identidade”, seu objetivo era, primeiramente qualificar o olhar da gestão sobre a grande diversidade de realidades presentes no contexto estadual. Segundo a página da Secretaria do Planejamento na internet, o objetivo foi

identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o

Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar.

O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial.



Mas é importante ter em mente que a delimitação político-administrativa do espaço geográfico é o que menos importa na definição de um território. Para Jaime Urrutia (2009, p. 09, apud VALENCIA; OLIVEIRA), “o território é a base primeira de qualquer identidade cultural. A partir dele constroem-se referenciais simbólicos e relatos históricos que permitem a um grupo humano compartilhar as mesmas tradições e expressões culturais”. Ele é antes um “espaço de vida, construído pelas relações que estabelecemos e a partir das quais é possível

alcançar nossos objetivos, assim como contribuir com os objetivos dos outros” (VALENCIA; OLIVEIRA, 2013, p.08). E por isso é tão caro ao campo da cultura.

Portanto, reconhecer os diferentes territórios que constituem o estado colabora para reforçar os laços de solidariedade e fraternidade na construção conjunta de novos caminhos para o desenvolvimento. A divisão do estado em Territórios de Identidade coaduna-se com os princípios da governança pública, conforme analisado na primeira parte deste capítulo. Enquanto unidade política, eles representam “lugares de convivência a partir de onde é possível pensar, inovar, planejar e executar ações para melhorar as condições de vida de seus cidadãos” (Id, Ibid.), mas para isso

é necessário que sociedade civil, governantes e os representantes dos setores produtivos e empresariais se articulem com o propósito de identificar e potencializar os atributos e capacidades dos territórios, e destes no conjunto do Estado. O aproveitamento dessas capacidades e atributos contribuirá para diminuir as desigualdades entre os territórios da Bahia e entre eles e outras regiões (Id., Ibid.).

Toda essa gama de boas intenções e reunião de interesses, no entanto, não significam que os territórios sejam ambientes livres de conflito. Pelo contrário, a circunstância de convivência obrigatória dos diversos grupos em um mesmo território faz deste espaço o lugar de excelência para o aprendizado do convívio e da aceitação da diferença, “elemento central para a formação da cidadania cultural”, na análise do professor José Márcio Barros no Seminário de Indicação de Políticas Públicas para a Cultura e Comunicação. Ele aponta que a reinvenção das mediações colabora para uma nova forma de relação sócio cultural pautada pela cultura. Essa é, então, uma das chaves para a abordagem das divergências e conflitos num território e deve, por essa razão, ser abordada nas políticas para o desenvolvimento territorial.

Ao falar da dimensão cultural do desenvolvimento territorial podemos pensar em dois tipos de abordagens complementares. A primeira coloca a cultura como a dimensão fundamental na determinação do tipo de desenvolvimento de cada território e a segunda identifica os recursos culturais, sejam materiais ou imateriais, como atividades econômicas. Conforme Rafael Echeverri (2009, apud VALENCIA; OLIVEIRA), “a cultura, além de determinar em grande proporção os processos de desenvolvimento, determina os mecanismos da organização social, os incentivos para inserção política, as motivações e as possíveis explicações para que as condições subjetivas do desenvolvimento convertam-se em fundamentos de determinada

estratégia política”. Fato é que qualquer estratégia de desenvolvimento territorial precisa considerar a cultura como recurso e caminho para alcançar êxito.

### **3.2.1 REPRESENTAÇÃO TERRITORIAL DE CULTURA**

Para tratar dessa realidade mais de perto, a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia criou a Representação Territorial de Cultura. Uma presença institucional, localizada hoje (apenas) na figura de um profissional, encarregado de, em nome do estado, percorrer todo o seu território cumprindo agenda pública e tentando estabelecer ações dentro da política de cultura. Sua demanda mais específica até hoje, além de construir as relações que mantém com a Comunidade Cultural em sua região de atuação e da representação institucional, foi – como em toda a Secretaria – a busca por ampliar a institucionalização do campo da cultura no estado, especialmente por meio da implantação do sistema. Qualquer ponto além disso terá sido, muito provavelmente, por iniciativa individual do Representante.

O representante territorial atua como articulador nas relações dos segmentos culturais entre os municípios do Território na consolidação do Sistema Estadual de Cultura. Seu trabalho é fundamental na consolidação da política cultural em todo o estado, exigindo contato permanente com os agentes culturais de todos os municípios baianos. Sua presença permite que a Secretaria possa contar com uma dinâmica já estabelecida de interações com outras instituições e com a própria sociedade no interior.

Este posto avançado da Secretaria de Cultura nos Territórios de Identidade da Bahia tem como atribuições:

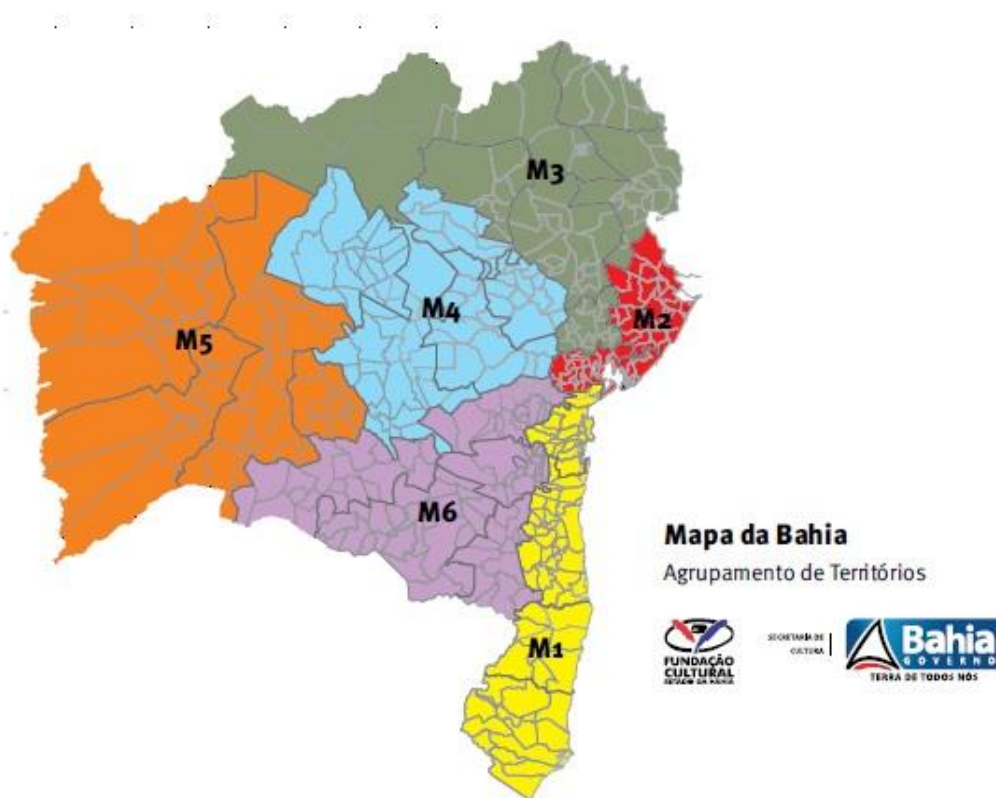
- a) Articular relações dos segmentos culturais entre os municípios do Território com vistas à consolidação do Sistema Estadual de Cultura;
- b) Estimular a gestão participativa da cultura nos municípios do Território;
- c) Promover e apoiar a articulação e o diálogo contínuos com representações do Estado e organizações da sociedade civil no Território;
- d) Difundir e divulgar ações e projetos da Secult;
- e) Dar suporte para que ações da Secretaria se concretizem;

- f) Captar as demandas da sociedade civil e promover sua integração nos planos territoriais de cultura e nas ações da Secult;
- g) Acompanhar o funcionamento do Fórum de Dirigentes de Cultura da Bahia no que diz respeito às articulações e interlocuções desenvolvidas;
- h) Difundir e apoiar projetos de cultura em outras áreas de conhecimento e da atuação do Estado, em especial em educação e meio ambiente;
- i) Exercer outras atividades correlatas.

De acordo com Mireya Valencia e Humberto Oliveira, ao tomar o território de identidade como unidade de planejamento, uma das mais relevantes tarefas é promover a integração das políticas públicas, com base no processo de gestão territorial, que inclui planejamento ascendente, protagonismo dos atores e novas institucionalidades.

O território passa a ser o “ponto de encontro” para onde convergem os esforços de cada política pública setorial, permitindo as complementaridades, as articulações e a efetividade das ações e, por fim, a oferta de serviços integrados à comunidade, com ganhos institucionais para todos (2013, p. 23).

Há também, na Bahia, uma outra divisão, de cunho prático, paralela e menos usual, em seis macroterritórios, que vêm a ser e reunião de grupos de territórios de identidade conforme sua localização geográfica, como podemos ver no mapa a seguir:



### 3.2.2 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE CULTURA

Dentro da Secretaria de Cultura, a política de territorialização está localizada na Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura (Sudecult), embora a visão de todo o trabalho desenvolvido pela pasta passe pela perspectiva territorial. Por sua vez, a Sudecult mantém esta função aos cuidados da Diretoria de Territorialização da Cultura (DTC/Sudecult).

A DTC faz parte da Superintendência de Desenvolvimento Territorial, juntamente com mais duas diretorias: DEC – Diretoria de Espaços Culturais, e DCC – Diretoria de Cidadania e Cultura, e está estruturada em cinco coordenações: Coordenação de Sistemas, Coordenação de Produção Cultural, Coordenação Administrativa, Coordenação de Fomento e Coordenação de Articulação Institucional. Sua missão é contribuir para o desenvolvimento da Política Cultural nos 27 territórios de identidade do Estado.

As atividades e projetos desenvolvidos pela DTC têm como norte a política de territorialização da cultura, que engloba ações de estímulo à integração dos agentes culturais



municipais de cada um dos 27 territórios de identidade, bem como o acompanhamento e fiscalização de projetos e programas que promovam o desenvolvimento territorial da cultura.

Neste sentido, a diretoria apoia os municípios baianos na implantação dos seus Sistemas Municipais de Cultura; realiza oficinas de elaboração de projetos em Cultura; coordena a atuação dos 27 representantes territoriais de cultura da SecultBA; a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Territorial da Cultura; e a realização de Conferências Territoriais, Setoriais e Estadual de Cultura, a cada dois anos, como pontos principais. A DTC é responsável também pelos acordos de cooperação com agentes territoriais dos governos federal, estadual e municipal e por ações de fomento por meio do edital Territórios Culturais.

Adicionalmente, a diretoria estimula a implantação e fortalecimento das câmaras temáticas dos Conselhos de Desenvolvimento Territorial (CODES) e desenvolve com a Assessoria de Formação e parceiros externos atividades de qualificação em Política e Gestão Culturais para os próprios representantes e outros agentes da cultura no interior do estado.

A Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura cuida também da Gestão dos Espaços Culturais do Estado e da execução do Programa Cultura Viva na Bahia, bem como de projetos ligados a essas áreas. Como já visto, a DTC trata das questões dos territórios, Representantes e da institucionalização da política ao redor do estado. Por sua vez, a Diretoria de Espaços Culturais (DEC) encarrega-se por gerir os 17 centros de cultura sob responsabilidade direta do governo sob supervisão da SecultBA, na capital e no interior, bem como por desenvolver uma política que contemple outros espaços, quais sejam públicos ou privados. Cabe a ela empenhar-se em fazer dos Espaços centros de referência da cultura daquele território em que esteja implantando – tarefa nada simples e até hoje tangida de maneira muito superficial.

Por fim, a Diretoria de Cidadania Cultural (DCC), é a responsável por toda a atenção aos Pontos de Cultura da Bahia, lançamento dos editais, prestação de contas, acompanhamento e assessoria aos conveniados etc. Cabe à DCC também a gestão das ações do programa Jovens Multiplicadores e dos Pontinhos de Cultura, versão em forma de prêmio que é dedicada a projetos para as culturas da infância e adolescência.

Cabe ao Superintendente articular os princípios e diretrizes norteadores do trabalho da Sudecult. Estes são planejados anteriormente em reuniões de Núcleo de Dirigentes, com o Secretário e demais gestores de topo da SecultBA. Isso confere à Superintendência um caráter estratégico na hierarquia da organização, próxima à administração central, lugar de definições e tomadas de decisão em âmbito geral.

Pode-se dizer que cabe a ela um papel empreendedor dentro da estrutura, uma vez que mais do que planejar e organizar, tem também função executiva. Isso faz da Sudecult um espaço de antemão privilegiado dentro da Secretaria para quaisquer intenções de atuação dentro dos territórios.

Por fim, a Sudecult tem contemplado no seu plano de trabalho o fortalecimento do diálogo com outras instituições dedicadas ao desenvolvimento territorial do estado, como a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR); o CEDETER – Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial, vinculado à Seplan; e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia (CODES), vinculado à Secretaria de Relações Institucionais. A superintendência almeja ainda aproximar-se de outras áreas do governo, bem como das universidades.

Antiga “Superintendência do Desenvolvimento da Cultura”, a Sudecult é um dos locais mais proeminentes para o diálogo com a Sociedade Civil dentro da Secretaria. Suas diretorias têm como atividade fim o relacionamento com as diversas instâncias da população, organizadas ou não, sejam os produtores, artistas e grupos nos espaços culturais; as instituições vinculadas ao Programa Cultura Viva e os participantes de seus projetos; ou dirigentes municipais, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, conselheiros de cultura e a população ávida por orientação sobre os meandros da política cultural do estado.

Somente por meio da criação e fortalecimento dos canais de diálogo será possível desenvolver e ampliar o protagonismo dos atores sociais dos territórios. Para Mireya Valencia e Humberto Oliveira (2013), esta é uma das questões centrais das políticas de desenvolvimento territorial. “É ao mesmo tempo meio, como parte de um processo desejável de tomada de decisões participativas, e também é um fim, sendo a ampliação da democracia um dos principais resultados esperados do desenvolvimento sustentável”. Na cartilha “Território e Identidade”,

eles sustentam que o conceito de Território de Identidade utilizado no Brasil já reconhece o protagonismo dos atores sociais (ou necessidade de mantê-lo), na medida em que considera os fatores históricos, sociais e culturais construídos, bem como o conjunto de experiências comuns com seus êxitos e fracassos acumulados, como constituintes da identidade do território.

O protagonismo social não é uma diretriz ou resultado a posteriori, na gestão territorial. Ele é parte de todo o processo, desde a sua concepção.

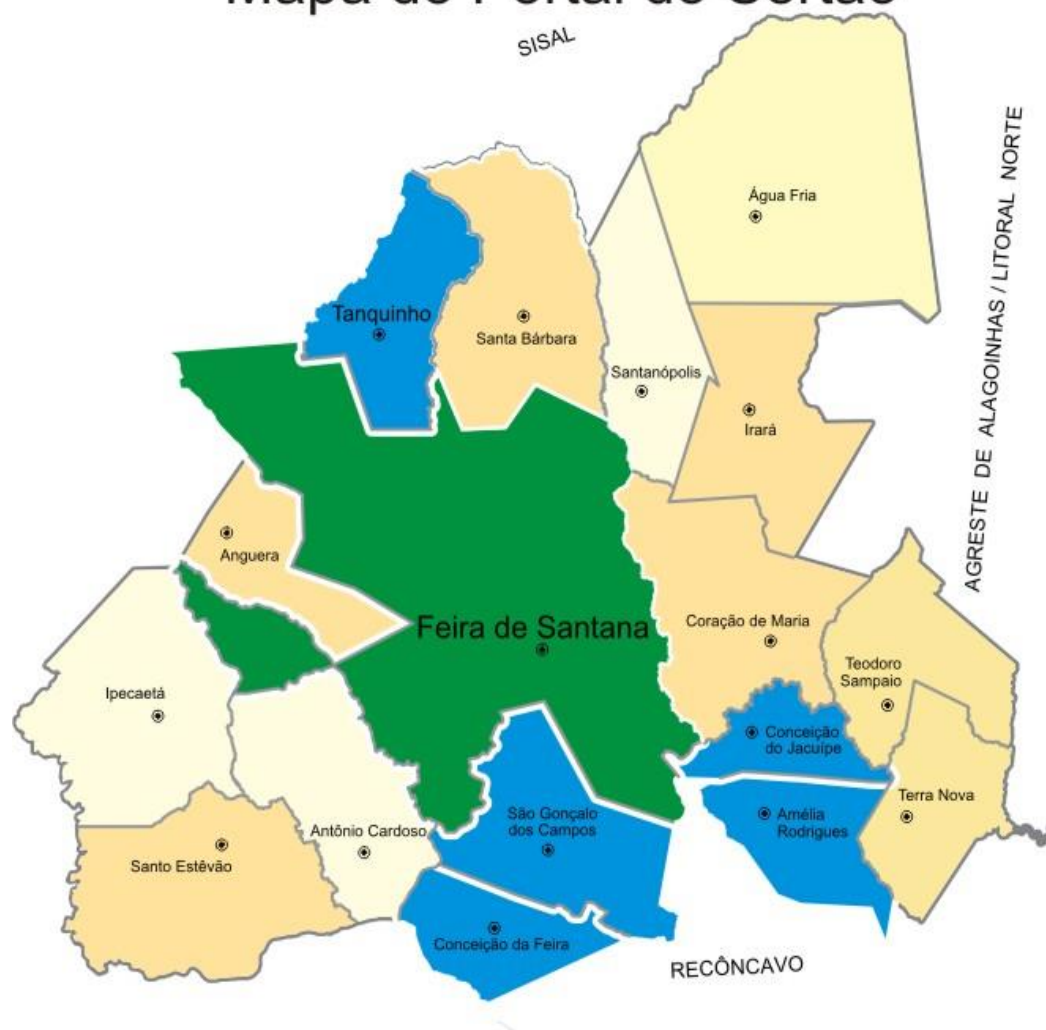
Por essa razão o território de identidade, carregado de protagonismo, pode transformar sentimento de pertencimento em compromisso com o desenvolvimento. Assim, é muito importante que os programas de desenvolvimento territorial tenham considerado os atores locais na definição dos recortes territoriais (quantos e quais os municípios que o compõem) e na denominação dos territórios (Id., p. 20).

### **3.3 O TERRITÓRIO PORTAL DO SERTÃO (TPS)**

E então chegamos ao Portal do Sertão, alvo da nossa atenção para pensar em como se pode arranjar uma rede de comunicação para a cultura que seja meio de troca de notícias, informações, experiências, produtos, tecnologias e serviços culturais. Onde haja, efetivamente, empoderamento e participação social e em que os diversos atores que vivem o dia a dia da cultura no território possam ser e sentir que são peça fundamental do sistema de valores ali presente.

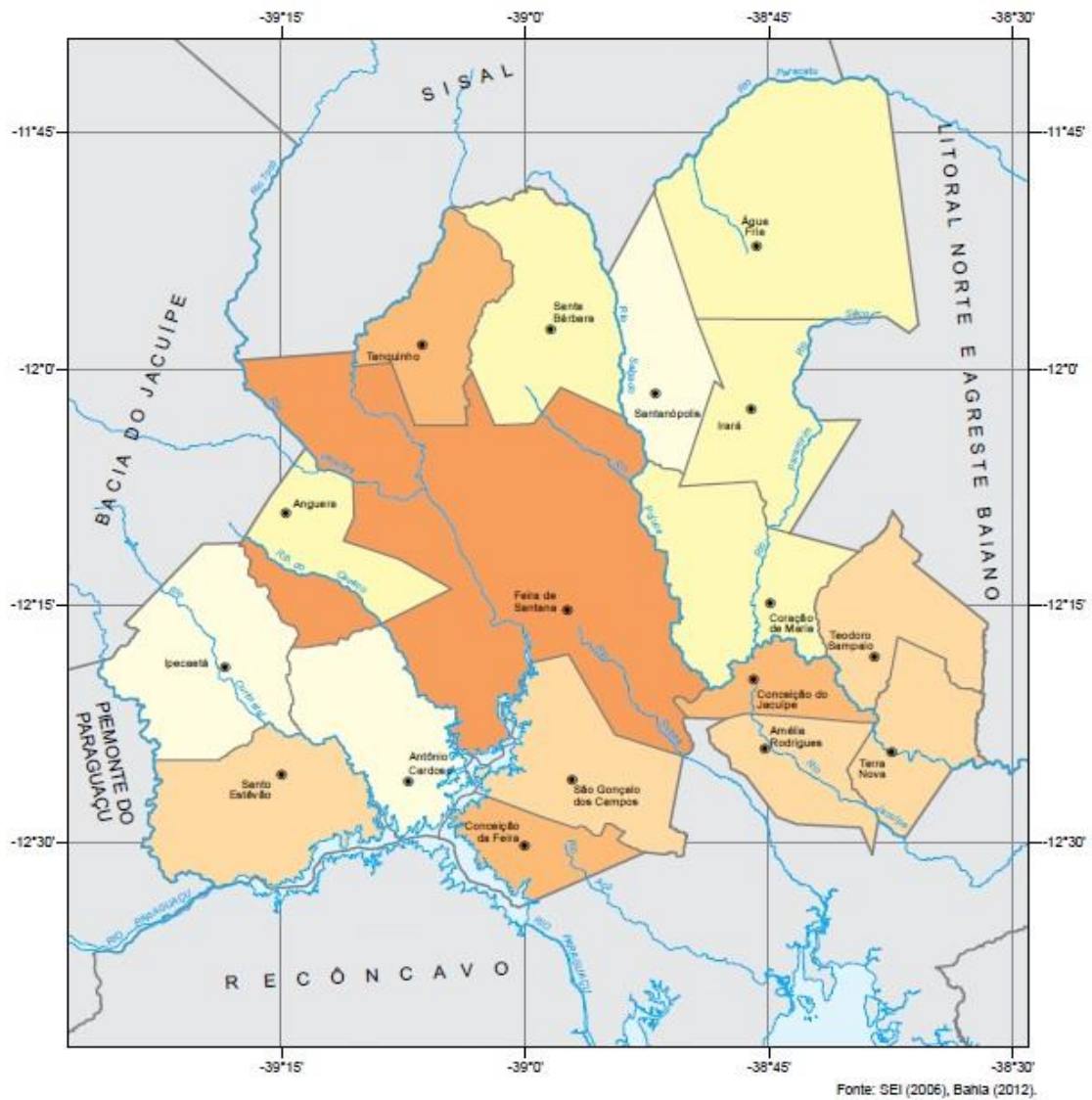
O Território de Identidade Portal do Sertão está inserido na macrorregião Semiárido, macroterritório Norte, e compreende uma área de 10.718,0 km<sup>2</sup>, equivalente a 2,9% do território do estado. Formado por 17 municípios, o Portal está formalmente inserido no bioma Caatinga, onde de fato se localiza a maior parte de suas terras, embora esta seja ainda uma área de transição, com circulação intensa de massas de ar úmido que fazem aquela paisagem assimilar-se em muitos pontos ao agreste ou zona da mata. Isso se dá principalmente em sua parte mais oriental, onde toca os territórios do Recôncavo e Agreste e Litoral Norte. É também uma região muito próxima ao mar, distando cerca de 45 Km em seu ponto mais próximo, e 100km em média.

## Mapa do Portal do Sertão

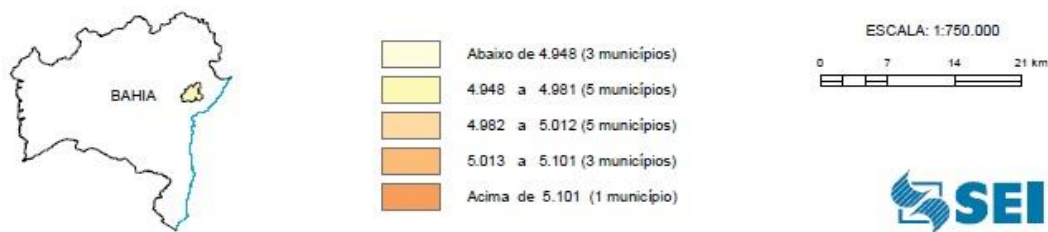


O Território de Identidade Portal do Sertão é formado pelos municípios de: Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antonio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova. Das 17 cidades que o compõem, 14 estão organizadas no CDS PORTAL DO SERTÃO – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Portal do Sertão, um dos primeiros Consórcios Intermunicipais criados na Bahia.

O Território Portal do Sertão contém população total de 872.780 habitantes<sup>17</sup> – 681.967 destes residindo em áreas urbanas – distribuídos entre os seus 17 municípios. Podemos observar abaixo o mapa do adensamento demográfico local.



<sup>17</sup> IBGE 2014.



O município mais populoso deste território é Feira de Santana, com 556.642 habitantes, sendo 510.635 (92%) residindo em áreas urbanas. Feira de Santana é, de longe, o maior, mais importante e mais influente município ali e exerce seu destaque não apenas no território, como em grande parte do estado e talvez até fora dele.

O segundo município mais populoso é Santo Estevão, com 47.880 habitantes, sendo 27.690 (58%) residindo em áreas urbanas. A enorme diferença populacional entre primeiro e segundo maior município do território é notável<sup>18</sup>. Santo Estevão, apesar de ser o segundo mais populoso, possui o equivalente a menos de 10% da população de Feira (que é também o segundo mais populoso da Bahia, atrás apenas da capital, Salvador). Feira de Santana possui nível de Capital Regional B, de acordo com a pesquisa do IBGE (2008), abaixo em hierarquia apenas da capital Salvador, que é Metrópole Regional. Os demais municípios, todos, são Centros Locais, estando diretamente ligados a Feira de Santana.

<sup>18</sup> Os dados da tabela são referentes à contagem de população do IBGE (2007). A consolidação dos dados e o desenho da tabela foram retirados da publicação “Estatísticas dos Territórios Baianos – fascículo 3”, da Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia – SEI/ SEPLAN.

População recenseada, por situação do domicílio e sexo, segundo o Território de Identidade e municípios – Bahia – 2007

Território de Identidade e municípios	População recenseada, por situação do domicílio e sexo							Território de Identidade e municípios	População recenseada, por situação do domicílio e sexo						
	Total <sup>(1)</sup>	Urbana			Rural				Total <sup>(1)</sup>	Urbana			Rural		
		Total <sup>(1)</sup>	Homens	Mulheres	Total <sup>(1)</sup>	Homens	Mulheres			Total <sup>(1)</sup>	Homens	Mulheres	Total <sup>(1)</sup>	Homens	Mulheres
Portal do Sertão	871.922	153.974 <sup>(2)</sup>	73.296	80.537	145.951 <sup>(2)</sup>	73.137	72.480	Ipecaetã	16.055	2.381	1.150	1.231	13.674	6.824	6.842
Água Fria	14.810	5.219	2.491	2.728	9.591	4.982	4.609	Irarã	25.012	9.053	4.208	4.834	15.959	7.964	7.839
Amélia Rodrigues	22.096	18.822	9.120	9.692	3.274	1.666	1.608	Santa Bárbara	19.440	8.025	3.755	4.242	11.415	5.787	5.588
Anguera	9.523	4.104	1.993	2.109	5.419	2.728	2.687	Santanópolis	9.199	1.544	739	801	7.655	3.784	3.867
Antônio Cardoso	12.074	2.584	1.271	1.313	9.490	4.714	4.773	Santo Estêvão	44.532	23.558	11.097	12.436	20.974	10.222	10.743
Conceição da Feira	19.091	12.109	5.769	6.324	6.982	3.509	3.450	São Gonçalo dos Campos	29.205	14.343	6.733	7.581	14.862	7.368	7.485
Conceição do Jacuípe	27.522	20.867	10.020	10.847	6.655	3.369	3.261	Tanquinho	7.589	5.410	2.592	2.818	2.179	1.165	1.014
Coração de Maria	23.161	8.543	3.998	4.533	14.618	7.351	7.214	Teodoro Sampaio	8.306	6.549	3.150	3.399	1.757	953	804
Feira de Santana <sup>(3)</sup>	571.997	-	-	-	-	-	-	Terra Nova	12.310	10.863	5.210	5.649	1.447	751	696

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Contagem da População 2007.

(1) Inclusive a população estimada nos domicílios fechados e nos domicílios provenientes de setor censitário cujo arquivo foi danificado.

(2) Os totais da população Urbana e Rural não inclui o município de Feira de Santana.

(3) População estimada dos municípios que não entraram na contagem de 2007.

Falar do Portal do Sertão é, portanto, em boa medida, falar do poder gravitacional de Feira de Santana sobre o território. Poder que faz com que aquele município reúna tanto as pessoas dos diversos cantos do território e do estado, com todo seu arcabouço cultural, como uma dinâmica econômica que permite que Feira possa irradiar a sua produção sobre outras regiões.

Aliás, a vocação para “trocas” é o traço mais marcante da história local. Desde os primórdios do povoamento, a partir da criação de gado e instalação de currais para engorda, a região tornou-se um centro de crescente afluência de pessoas, que culminou na formação de pequenas vilas e arraiais e, conseqüentemente, na implantação de vias e rotas ligando o sertão ao litoral. As feiras foram se afirmando no cenário econômico territorial, de modo que o comércio veio a se tornar sua marca mais forte. A maior e mais importante delas, no século XIX foi elevada a categoria de cidade com o nome de Cidade Comercial de Feira de Sant'Anna<sup>19</sup>.

### 3.3.1 FEIRA DE SANTANA

Portadora de uma economia diversificada, que vem se ampliando desde a segunda metade do século XX, Feira de Santana é uma cidade de atração demográfica, polo educacional, de geração de emprego, renda, e de grandes oportunidades de negócios em todos os setores de atividades econômicas, principalmente no imobiliário, comercial e industrial. Feira de Santana

<sup>19</sup> Informações do site da Câmara Municipal de Feira de Santana: [www.camarafeiradesantana.ba.gov.br](http://www.camarafeiradesantana.ba.gov.br).

exerce papel proeminente em uma ampla região da Bahia pelo fato de possuir uma importante economia de aglomeração. A cidade encontra-se no principal entroncamento rodoviário do Norte-Nordeste brasileiro e segundo do Brasil, atrás apenas de São Paulo. É lá onde ocorre o encontro das BRs 101, 116 e 324, além de seis rodovias estaduais, o que faz com que a região funcione como ponto de passagem para o tráfego que vem e vai do Sul, Sudeste e do Centro-Oeste em direção a Salvador e outras capitais nordestinas, bem como à circulação interna do estado.

O município é o terceiro maior arrecadador de ICMS do Estado da Bahia e o segundo maior no ranking IPC na Bahia, o maior do interior do Norte/Nordeste e Centro Oeste e o 47º do Brasil com um consumo de mais de 8,4 bilhões ao ano (2014). Com PIB *per capita*/ ano de R\$ 14.704,55 e PIB total de 8,27 bilhões, é o município mais rico de todo interior da região Nordeste, o 3º mais rico da Bahia; o 12º mais rico do Nordeste e o 73º mais rico do país.

Por conta do enorme poder de influência, crescimento a passos largos e o processo de expansão urbana acelerado nos últimos anos, em 6 de julho de 2011 o governador Jaques Wagner sancionou a Lei Complementar Estadual nº 35 (LCE 35/2011), que instituiu a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS). A proposta inicial era de englobar 15 municípios baianos, a quase totalidade do Território de Identidade Portal do Sertão, mas da forma como foi estabelecida a região engloba apenas seis municípios: Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho.

A ideia é que sejam anexados mais dez cidades numa segunda fase, segundo o projeto de lei complementar 106 de 2011: a Área de Expansão Metropolitana de Feira de Santana, na qual estão incluídos os municípios de Anguera, Antônio Cardoso, Candéal, Coração de Maria, Ipecaetá, Iará, Riachão do Jacuípe, Santa Bárbara, Santanópolis e Serra Preta. Comparando com o Território de Identidade, ficam de fora Santo Estevão, Teodoro Sampaio, Terra Nova e Água Fria. A RMFS, por outro lado, acrescenta as cidades de Candéal, Riachão do Jacuípe e Serra Preta, que não fazem parte do TI.

Segundo dados do IBGE, a Região Metropolitana de Feira de Santana, hoje, concentra os seguintes números:



Área	2.265,426 km <sup>2</sup>
População	739.615 hab (IBGE/2014)
Densidade	326,48 hab/km <sup>2</sup>
IDH	0,687 (médio)
PIB	R\$ 9.456.903 mil (IBGE/2011)

### 3.3.2 INFRAESTRUTURA PARA A CULTURA

Feira de Santana é o principal centro urbano, econômico, tecnológico, comercial, administrativo e financeiro, da região, como podemos ver, mas também político, educacional e cultural. Como grande polo educacional<sup>20</sup>, Feira possui uma rede de ensino ampla e diversificada, com mais escolas que algumas capitais do país, como Natal, Aracaju, Florianópolis, Maceió, Cuiabá, João Pessoa, e colégios particulares considerados dentre os melhores do país, de acordo com o ranking de notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

#### Matrícula inicial na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, segundo o Território de Identidade e municípios – Bahia – 2007

Território de Identidade e municípios	Matrículas			Território de Identidade e municípios	Matrículas		
	Educação infantil	Ensino fundamental	Ensino médio		Educação infantil	Ensino fundamental	Ensino médio
Bahia	497.386	2.637.057	655.329	Ipecaetá	828	4.068	702
Portal do Sertão	28.595	153.102	36.742	Irará	1.038	6.137	1.252
Água Fria	797	3.901	857	Santa Bárbara	775	4.700	791
Amélia Rodrigues	1.342	4.731	911	Santanópolis	477	2.274	288
Anguera	332	1.719	362	Santo Estêvão	1.510	9.930	1.976
Antônio Cardoso	256	3.067	346	São Gonçalo dos Campos	1.321	5.955	849
Conceição da Feira	1.002	4.068	625	Tanquinho	464	1.557	315
Conceição do Jacuípe	1.308	5.246	1.342	Teodoro Sampaio	526	1.613	371
Coração de Maria	1.122	5.210	1.018	Terra Nova	690	3.140	560
Feira de Santana	14.807	85.786	24.177				

Fontes: Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

É lá que está a sede da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), um campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e mais de 30 Faculdades particulares. Ainda no ensino superior, a cidade conta também com instituições de educação tecnológica como o Instituto Federal da Bahia (IFBA) e o Centro de Educação Tecnológica do Estado da

<sup>20</sup> Dados da tabela abaixo também oriundos da publicação “Estatísticas dos Territórios Baianos – Fascículo 3”, SEI/ SEPLAN.

Bahia (CETEB). Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), medido pelas Nações Unidas é de 0,712 (alto), o que lhe coloca numa posição de qualidade de vida superior a 72,24% dos municípios brasileiros. No Portal do Sertão, além de Feira, somente o município de Coração de Maria possui unidade de ensino superior, com a presença de um campus da Universidade do Estado da Bahia/UNEB.

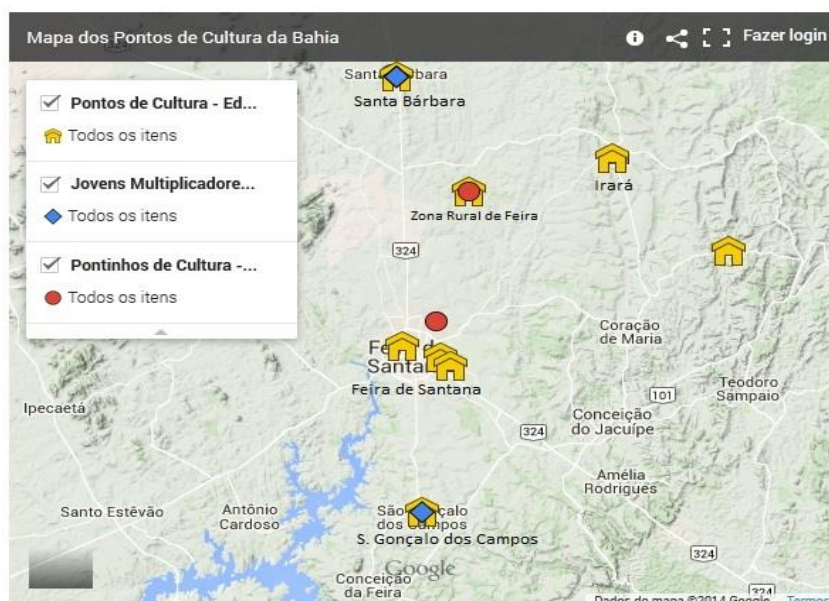
Da infraestrutura mantida pela SecultBA na região, além do Representante Territorial de Cultura, que no caso do Portal do Sertão está sediado em Feira de Santana, temos também nesta mesma cidade o Centro de Cultura Amélio Amorim, cuja gestão conta com coordenação local vinculada à Diretoria de Espaços Culturais da Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura (Sudecult). Existem também, no território, 10 Pontos de Cultura (8 conveniados com a SecultBA e 2 com o Minc) que mantêm laços estreitos com a Secretaria, visto que ela é a instituição responsável pelos convênios e pela proposta de articulação dessas instituições em rede.

A imagem abaixo mostra a localização dos Pontos conveniados com o estado<sup>21</sup> dentro da área do território. Aparecem também, com marcações em vermelho e azul, o projeto Jovens Multiplicadores e o Prêmio Pontinhos de Cultura, também administrados pela Diretoria de Cidadania Cultural da SecultBA. No mapa, vemos que eles ainda são poucos diante do tamanho do Portal do Sertão e que não abragem todos os municípios.

---

21

A imagem – retirada do blog da Diretoria de Cidadania Cultural da SecultBA – não marca a localização dos dois Pontos de Cultura conveniados com o Minc. Ambos ficam em Feira de Santana, sem alterar, portanto a análise sobre sua concentração geográfica.



Por meio de seus editais e seleções públicas, a Secretaria de Cultura do Estado pode estabelecer uma rede de contatos com instituições locais de modo a contar com um levantamento prévio de quais seriam os possíveis parceiros em busca de objetivos comuns. Destacam-se aí, sobretudo, as bibliotecas – único equipamento cultural (juntamente com as rádios de frequência AM) existente em todos os municípios do território. O trabalho de mobilização desses equipamentos deve por aqueles contempladas com verbas do Programa Mais Cultura para modernização das bibliotecas públicas municipais (em Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos, Irará e Santo Estêvão). O fundo foi gerido pela Fundação Pedro Calmon (FPC) – entidade vinculada à SecultBA, que manteve e mantém, em maior ou menor grau, alguma aproximação com elas, fator facilitador do processo.

Junto a essas bibliotecas, há também sete instituições implantadas pela FPC nos últimos oito anos e ainda aquelas comunitárias – de total interesse de integração na rede e já catalogadas pela Representação Territorial de Cultura. No mesmo caminho da leitura, podemos contar ainda com os 10 Pontos de Leitura e os 27 agentes de leitura do TPS, todos ligados à Pedro Calmon.

Outra qualidade de instituição com a qual se pode facilmente abrir um diálogo no TPS são espaços culturais contemplados pelo Edital de Dinamização de Espaços (um dos poucos que têm cotas territoriais distintas para cada uma das 27 regiões do estado). Os editais e seleções acabam por funcionar como um filtro a congregam elementos com objetivos semelhantes.

Uma pesquisa que pretenda se aprofundar ainda mais nesta questão, pode-se debruçar em amiudar toda a larga lista de instituições e agentes qualificados a compor uma rede territorial para a cultura, classificando-as por grupos como: Conselhos de Cultura, Dirigentes e órgãos municipais; equipamentos culturais públicos e privados; professores, escolas, grêmios estudantis e Diretoria Regional de Educação; rede SESC e afiliados; Produtores e Artistas; grupos, sindicatos, agremiações e associações rurais; promotores culturais com vínculo religioso, igrejas e salões paroquiais; as Universidades, seus núcleos e as faculdades particulares; jornalistas, radialistas, editores, veículos de comunicação de massa e meios de comunicação comunitária.

Um rápido levantamento dessas entidades de interesse nos conduz a mais alguns nomes:

- SECEL – Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer (Feira de Santana);
- Fundação Cultural Municipal Egberto Costa (Feira);
- Museu Parque do Saber (Feira de Santana);
- SESC – Feira de Santana;
- TV Olhos D'água (UEFS);
- Museu Casa do Sertão (UEFS);
- Centro Universitário de Cultura e Arte – CUCA (UEFS);
- Diretoria Regional de Educação 02 – Secretaria de Educação do Estado (SEC).

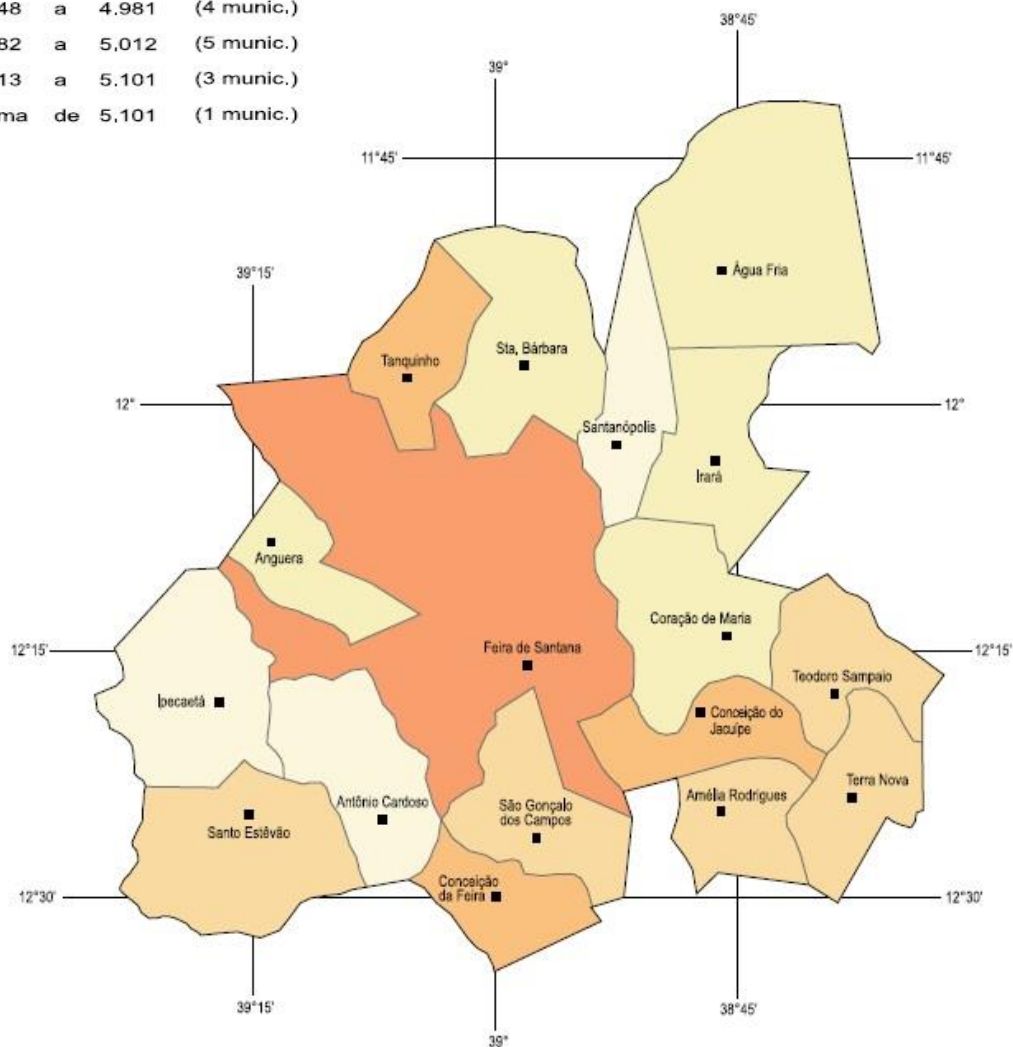
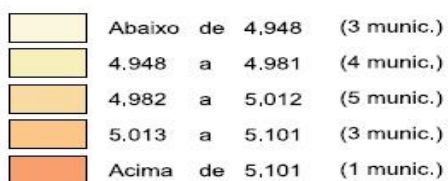
São instituições e núcleos que podem ser considerados “*players*” importantes para a área cultural no Território. Tal como os Pontos de Cultura, essas entidades dinamizam o cenário da cultura em suas localidades de origem e são muitas vezes as únicas responsáveis por manterem vivos os aspectos da cultura que divergem da perspectiva exclusivamente eventual e festiva. Chamamos a atenção para a possíveis participantes cujo trabalho se desenvolve em contextos ligados à religião, como a Rede Cáritas e a Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE. As atividades produzidas por essas duas organizações vão além do papel catequista, tendo por base justamente o exercício da expressão – em boa medida artística – do lúdico e da experimentação do simbólico.

### **3.3.3 CAMINHOS NO PORTAL DO SERTÃO**

A posição privilegiada em termos logísticos e econômicos, entretanto, não é indício de que a região viva em um “mar de desenvolvimento” ou em um quadro de bem-estar social geral, nem que Feira de Santana, ao atuar como “motor do progresso” do território, seja capaz de distribuir igualmente as oportunidades. Se por um lado o crescimento econômico a taxas asiáticas na última década dotou Feira e entorno de uma infraestrutura de cidade grande, este mesmo crescimento não foi desacompanhado da elevação das mazelas típicas, como índices de poluição maiores, degradação ambiental, sensação de insegurança, aumento nos números de homicídios, roubos e criminalidade de modo geral, caos urbano etc.

E se a pujança da indústria mantém-se na dianteira desse desenvolvimento, curiosamente ainda é a economia agrícola o principal setor gerador e concentrador de riquezas no território (apresentando-se em menor proporção apenas no município Feira de Santana, cujos setores secundários e terciários estão bastante desenvolvidos). Isso faz com que, alguns dilemas apareçam, junto com as possibilidades. Por exemplo, os municípios menores passam a incorporar gradativamente a presença incipiente dos setores de serviços e indústria leve, atraídos pela baixa qualificação profissional, incentivos fiscais e falta de uma política para o emprego, o que resulta em salários abaixo da média das categorias e relações precarizadas de trabalho.

O mapa abaixo representa o Índice de Desenvolvimento Social em cada município do Portal (SEI, 2006):



Com efeito, e paradoxalmente aos níveis mais altos de desenvolvimento da região, o acesso insuficiente a oportunidades que atendam aos seus direitos culturais (incluindo o universo digital), à elevação de escolaridade, à qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, dentre outros, se constitui como fator de “esfacelamento social”, vez que ainda dá lugar a fluxos migratórios (nesse caso, especialmente para Feira de Santana e Salvador) e afastamento dos indivíduos da sua comunidade de origem. Em alguns casos, esses vínculos, uma vez fragilizados ou rompidos, podem representar uma perda irreversível para o capital humano do município/ território, que vão perdendo as possibilidade de investimento em protagonismo social.

Considerando que o território Portal do Sertão não dispõe de recursos institucionais e financeiros suficientes para a definição de uma política da abrangência de suas demandas culturais, podemos pensar propostas que aproveitem o seu potencial e vocação natural para as trocas, que parecem ainda inexplorados. Ao pensar alguns dos caminhos que vem sendo apontados pela Secretaria de Cultura nos últimos anos, como possibilidades de abordagem das questões culturais em suas dimensões econômica, cidadã e simbólica, sugerimos três eixos para se trabalhar esta temática no Portal do Sertão: 1) as transversalidades da cultura com outros focos de desenvolvimento, como o comércio, por exemplo (dimensão econômica); 2) a promoção de direitos culturais, com enfoque na infância e juventude (de viés mais urbano) e nas populações rurais, para o desenvolvimento de suas capacidades de expressão (simbólica); e 3) empoderamento social a partir do investimento na criação de espaços político-institucionais territoriais para a discussão permanente e troca de experiências sobre cultura e cidadania na região.

Este terceiro eixo, de caráter bem mais prático que os outros dois, estaria centrado no estímulo e apoio à participação de organizações e movimentos sociais em instâncias político-institucionais de definição, como conferências e conselhos, mas também mantém a intenção de coordenar uma sistemática de troca de informações em rede, de modo independente. Essa associação entre os agentes da cultura seria capaz até mesmo de facilitar a viabilização dos dois primeiros eixos. Esta metodologia poderia influenciar positivamente as agendas de trabalho das entidades da sociedade civil, do poder público e organizações sociais dos municípios integrantes do Território, de modo que elas também se sentissem convidadas a participar da rede.

O enfoque territorial é uma estratégia essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção, e tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento, na valorização da cultura local e na inclusão social, as bases fundamentais para conquista da cidadania (MDA, 2005).

De acordo com o levantamento feito pelo IBGE e lançado na Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2009<sup>22</sup> – a MUNIC, a realidade institucional básica dos municípios do Território de Identidade Portal do Sertão era de órgãos gestores subordinados ou

---

<sup>22</sup> Esta foi a última MUNIC com levantamento específico das questões culturais.

excessivamente vinculados a outras pastas administrativas e de Conselhos de Cultura quase inexistentes:

<b>CIDADE</b>	<b>ÓRGÃO GESTOR</b>	<b>CONSELHO</b>
<b>Água Fria</b>	Secretaria em conjunto com outra política	Não
<b>Amélia Rodrigues</b>	Secretaria em conjunto com outra política	Não
<b>Anguera</b>	Secretaria em conjunto com outra política	Não
<b>Antonio Cardoso</b>	Secretaria em conjunto com outra política	Não
<b>Conceição da Feira</b>	Secretaria em conjunto com outra política	Não
<b>Conceição do Jacuípe</b>	Secretaria em conjunto com outra política	Sim (2009)
<b>Coração de Maria</b>	Secretaria em conjunto com outra política	Não
<b>Feira de Santana</b>	Secretaria em conjunto com outra política	Sim (2008)
<b>Ipecaetá</b>	Secretaria em conjunto com outra política	Não
<b>Irará</b>	Secretaria em conjunto com outra política	Não
<b>Santa Bárbara</b>	Setor subordinado a outra secretaria	Não
<b>Santanópolis</b>	Secretaria em conjunto com outra política	Não
<b>Santo Estevão</b>	Setor subordinado diretamente à chefia do executivo	Sim (2005)
<b>São Gonçalo dos Campos</b>	Secretaria em conjunto com outra política	Não
<b>Tanquinho</b>	Secretaria em conjunto com outra política	Não
<b>Teodoro Sampaio</b>	Secretaria em conjunto com outra política	Não



<b>Terra Nova</b>	Secretaria em conjunto com outra política	Não
-------------------	---	-----

O trabalho de incentivo à institucionalização promovido pela SecultBA, no entanto, parece ter surtido bom efeito a julgar pelo levantamento realizado pela Representação Territorial de Cultura em novembro de 2013 e divulgado pela Sudecult no começo de 2014. Este diagnóstico<sup>23</sup> aponta para:

**PORTAL DO SERTÃO**

Nº de municípios: **17**

Municípios que aderiram ao SNC: **13**

Municípios com Sistema Municipal de Cultura implantado (Órgão, Conselho, Fundo e Plano): **05**

Municípios com órgão exclusivo de cultura: **00**

Municípios com Conselho de Cultura criado: **09**

Municípios com Fundo de Cultura criado: **02**

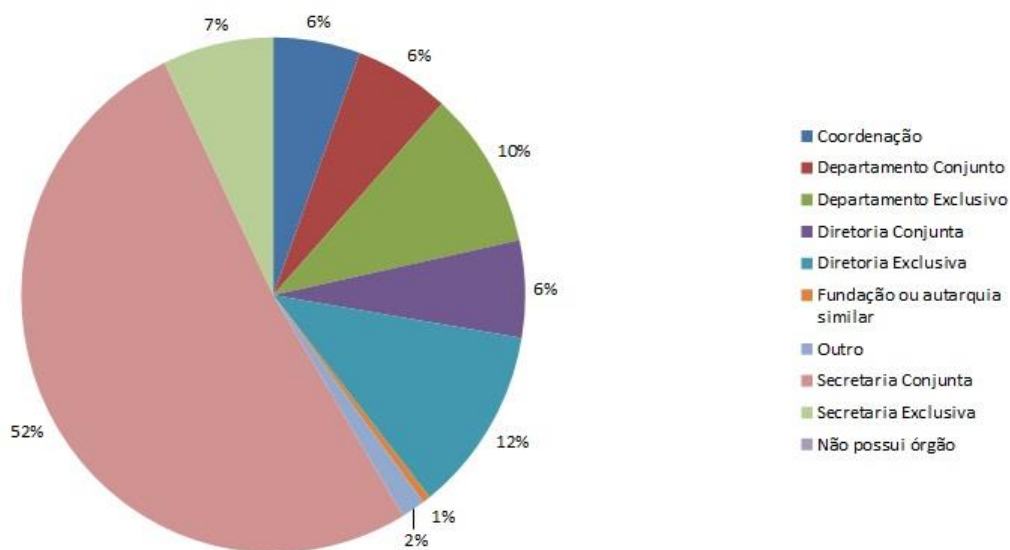
Municípios com Plano de Cultura aprovado: **00**

É uma realidade ainda em transição, como se pode perceber. Principalmente no que tange aos órgãos gestores de cultura, que em nenhum dos casos conseguiu evoluir para instâncias exclusivas na administração da pasta. Isso impacta, segundo alguns dos entrevistados deste trabalho, especialmente do ponto de vista dos recursos. Menos pela questão matemática simples, da necessidade de uma divisão de uma verba que é finita, e mais pela falta de ingerência dos Dirigentes sobre qual destino dar ao seu uso. O RTC da Chapada Diamantina, Vinicius Morende, avalia que os gestores, na maioria das vezes entendem as questões e identificam os problemas, “mas a resolução deste, na escala municipal, passa necessariamente pela confrontação, o que, na maioria das vezes, é evitada”. Vejamos a situação referente aos órgãos gestores no contexto estadual:

---

<sup>23</sup> Os documentos emitidos pela Sudecult estão disponíveis no endereço eletrônico [territoriosculturaisbahia.wordpress.com](http://territoriosculturaisbahia.wordpress.com) e colocados em anexo a este trabalho.

### Natureza dos Órgãos



Um possível alvorecer de solução para isso é a adesão ao Sistema Nacional de Cultura e a criação de Conselhos, Fundos e Planos de cultura, que eliminaria, em tese, a possibilidade de tanta influência política (ou politiqueira) pelo menos nos processos mais ordinários do campo cultural. No Portal do Sertão, como visto acima no diagnóstico da Sudecult, esse é o tema sobre o qual ocorreu talvez o maior avanço: 13 municípios aderiram ao SNC, 05 criaram o seus próprios Sistemas Municipais, dois seus Fundos e – outro grande salto – o território saiu de três (em 2009) para nove municípios com Conselhos Municipais de Cultura. Os Planos é que, apesar de algumas discussões já terem começado, continuam no zero<sup>24</sup> (SUDECULT).

Panorama por Território							
Território de Identidade	Cidades por Território	Conselho de Cultura	%	O município possui Plano Municipal de Cultura	%	Possui Fundo Municipal de Cultura	%
Bacia do Jacuípe	14	8	57,1	5	35,71	1	7,14
Bacia do Paramirim	9	0	-	0	-	0	-
Bacia do Rio Corrente	11	4	36,4	1	9,09	4	36,36
Bacia do Rio Grande	14	5	35,7	2	14,29	3	21,43
Baixo Sul	15	9	60,0	6	40,00	6	40,00

<sup>24</sup> O gráfico em barras refere-se ao panorama do “CPF da Cultura” no estado, baseado nos totais da tabela.

Chapada Diamantina	24	9	37,5	3	12,50	3	12,50
Costa do Descobrimento	8	3	37,5	2	25,00	2	25,00
Extremos Sul	13	1	7,7	0	-	1	7,69
Irecê	20	7	35,0	2	10,00	2	10,00
Itaparica	6	0	-	3	50,00	0	-
Litoral Norte e Agreste Baiano	22	7	31,8	3	13,64	5	22,73
Litoral Sul	26	12	46,2	3	11,54	4	15,38
Médio Rio de Contas	16	5	31,3	0	-	1	6,25
Médio Sudoeste da Bahia	13	6	46,2	1	7,69	2	15,38
Metropolitano de Salvador	10	6	60,0	0	-	5	50,00
Piemonte da Diamantina	10	3	30,0	0	-	0	-
Piemonte do Paraguaçu	13	4	30,8	2	15,38	2	15,38
Piemonte Norte do Itapicuru	9	4	44,4	3	33,33	1	11,11
<b>Portal do Sertão</b>	<b>17</b>	<b>9</b>	<b>52,9</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>11,76</b>
Recôncavo	20	15	75,0	5	25,00	4	20,00
Semiárido Nordeste II	18	4	22,2	0	-	1	5,56
Sertão do São Francisco	10	6	60,0	1	10,00	5	50,00
Sertão Produtivo	19	2	10,5	1	5,26	1	5,26
Sisal	20	6	30,0	4	20,00	3	15,00
Vale do Jiquiriçá	20	4	20,0	3	15,00	4	20,00
Velho Chico	16	2	12,5	3	18,75	0	-
Vitória da Conquista	24	6	25,0	0	-	2	8,33
<b>TOTAL (BAHIA)</b>	<b>417</b>	<b>147</b>	<b>35,3</b>	<b>53</b>	<b>12,7098321343</b>	<b>64</b>	<b>15,35</b>

Vejam os um pouco mais detalhadamente a situação de cada município no que se refere à implantação do Sistema<sup>25</sup>:

<sup>25</sup> Idem, Ibidem.

1. Território de Identidade	2. Município	3. Possui Sistema Municipal de Cultura?	3.1. Caso não possua, em que estágio se encontra o processo de criação do Sistema Municipal de Cultura?	3.2. Caso possua, em que estágio se encontra a sua implementação?	3.2.1. Caso possua, quais os componentes do Sistema?
Portal do Sertão	Água Fria	NÃO	O dirigente fez o projeto de lei mas ele ainda não foi enviado à Câmara Municipal		
Portal do Sertão	Conceição da Feira	NÃO	O processo ainda não foi iniciado		
Portal do Sertão	Coração de Maria	NÃO	O processo ainda não foi iniciado		
Portal do Sertão	Feira de Santana	SIM		O Sistema encontra-se em implementação	Órgão Municipal de Gestão, Conselho Municipal de Cultura
Portal do Sertão	Terra Nova	NÃO	O processo ainda não foi iniciado		
Portal do Sertão	Santa Barbara	NÃO	O projeto de lei foi enviado à Câmara Municipal, mas ainda não foi votado		
Portal do Sertão	Santo Estevão	NÃO	O processo ainda não foi iniciado		
Portal do Sertão	Irará	SIM		O Sistema encontra-se em implementação	Órgão Municipal de Gestão, Fundo Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Cultura
Portal do Sertão	Anguera	NÃO	O dirigente fez o projeto de lei mas ele ainda não foi enviado à Câmara Municipal		
Portal do Sertão	Conceição do Jacuípe	SIM		A Lei do Sistema Municipal de Cultura foi criada mas ainda não foi implementada	Órgão Municipal de Gestão
Portal do Sertão	Ipecaetá	NÃO	O processo ainda não foi iniciado		
Portal do Sertão	Tanquinho	NÃO	Outro		
Portal do Sertão	Teodoro Sampaio	NÃO	Outro		
Portal do Sertão	Antonio Cardoso	NÃO	Outro		

Portal do Sertão	Amélia Rodrigues	SIM		O Sistema encontra-se em implementação	Órgão Municipal de Gestão, Fundo Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Cultura
Portal do Sertão	Santanópolis	SIM		O Sistema encontra-se em implementação	Órgão Municipal de Gestão, Conselho Municipal de Cultura
Portal do Sertão	São Gonçalo dos Campos	NÃO	O dirigente fez o projeto de lei mas ele ainda não foi enviado à Câmara Municipal		

Como vimos discutindo, a melhor institucionalização do campo da cultura ainda não é suficiente para dar conta da dinâmica de suas demandas. É preciso colocar o campo em contato, ampliar os diálogos, conectar as transversalidades. E isso só se faz se sabemos “quem” é que faz a cultura do lugar, quem são os atores, de modo geral, que compõem e vivenciam o cenário cultural do território, e os agentes – aqueles mais dedicados à transformação do campo.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de redes consistentes, atuantes e com um grau elevado de co-responsabilidade entre seus membros está intimamente ligada ao desenvolvimento de atividades que elevem a força de seus vínculos e a sensação de compartilhamento de um mesmo horizonte ético, de pertencimento a uma mesma causa. Diante do que expomos aqui, e considerando todo o trabalho que vem sendo feito pela Secult com o propósito de organizar o campo da cultura, com consideráveis ganhos do ponto de vista institucional, avaliamos que boa parte do suporte necessário para a implantação de uma rede de comunicação para a cultura no Portal do Sertão está posto. As garantias em termos de marcos legais e reconhecimento da demanda de um lado, e da vontade e necessidade de ampliar as trocas de informações, experiências e tecnologias do outro também. É um caso de “unir o útil ao agradável”, mas que esbarra neste que tem sido o maior entrave para o desenvolvimento da cultura no país, que é a carência de recursos.

Como bem nos alerta o Representante Territorial de Cultura Vinicius Morende, na entrevista para este trabalho,

é difícil prever que uma rede do tipo se forme por meio de contatos à distância. São necessárias visitas, reuniões, conversas, planejamento coletivo, enfim, uma grande mobilização de energia, o que ainda não é possível fazer com recursos limitados que a SecultBA oferece, por exemplo. É necessário também que a rede tenha capacidade e autonomia de produzir resultados efetivos.

Entendemos que para fomentar a criação e ocupação desses espaços de compartilhamento que são as redes, é preciso criar oportunidades reais de encontro, de troca direta de informações, de conhecimento e reconhecimento de pares. O ciclo de mobilização passa por 1) estudar conjuntamente a realidade de interesse, como fizemos com o TPS; 2) diagnosticá-la e planejar uma ação; 3) implementar o planejamento, acompanhar e avaliar resultados; 4) executar projetos, prestar contas e comemorar publicamente os resultados; e 5) aproveitar esses dados gerados como novo fator de mobilização.

Observamos nesse sentido uma série de ações que já vem sendo adotadas ao longo dos últimos anos na Secretaria de Cultura e poderiam estar coordenadas em prol do desenvolvimento de uma política de comunicação. Desde as visitas que se façam aos Pontos de Cultura, à realização de reuniões e encontros de teor deliberativo, fomento à criação de fóruns, oficinas de orientação sobre editais, eventos temáticos, Caravanas da Cultura pelo interior, edição da revista Bahia Terra da Cultura, produção de vídeos institucionais: quase nada disso se aproveita de modo coordenado ou com visão clara dos propósitos a longo prazo, com finalidades que não se encerrem em si próprios. E todas elas são, em maior ou menor grau, potenciais elementos na construção de uma política ou programa de comunicação para a cultura.

É essa ideia de visão sistêmica sobre a comunicação, para muito além das divulgações, que é preciso implantar. Tornar a rede latente de agentes culturais do Território, em uma articulação constantemente ativa em prol da comunicação na região, de modo a tornar-se um meio, um canal onde as expressões diversas da identidade cultural local tenham espaço a se manifestar e igualmente se informar sobre os interfluxos culturais ao redor de si. Uma rede capaz de melhorar o aproveitamento das oportunidades geradas no âmbito da cultura e de sua esfera institucional.

Para criar esse “canal” é precisamos mobilizar os possíveis elos que o irão compor, a começar pelo diagnóstico local. Convém lembrar que o resultado da estruturação de uma rede não reflete a simples soma de suas entidades participantes, consultivas e de possíveis parceiros. É preciso fazer essa “lista” funcionar de fato, para se ter um resultado concreto. E então começa a fase mais complicada: criar coesão entre os elos e estabelecer um horizonte ético comum, capaz de manter a motivação e a continuidade dos trabalhos.

Essa tarefa, como explicitado no decorrer do trabalho, exige como dado primordial o compartilhamento de informações ou de um espaço comum, capaz de gerar processos de identificação. Consideramos que a atividade formativa é uma das ferramentas mais adequadas a isso, pois tende a criar fatores de coesão entre seus participantes e facilita uma abertura para a continuidade do processo de mobilização da rede.

Ao colocar os diversos grupos e agentes em contato direto para a troca e aprendizagem de saberes, produtos e serviços, ela promove o sentimento de pertencimento a um grupo, desvela similitudes nas questões de trabalho, nos problemas, e abre a possibilidade de aproveitamento de experiências do outro em nosso próprio ofício. A opção pela promoção de atividades formativas justifica-se ainda por ela fortalecer naturalmente os vínculos e estimular a participação, uma vez que é, há seguidos anos, uma das principais demandas da sociedade civil nos processos de consulta abertos pela Secretaria na Bahia – e possivelmente o é também fora do estado.

Tanger a vontade de participação social é o que alimenta e realimenta este ciclo que começa no 1) compartilhamento de um dado comum – espaço físico, localização geográfica, setor de atuação ou problema –; 2) é transformado pelo acréscimo de informações ao dado inicial e pela qualidade de julgamentos que se faz insoladamente a partir de então; 3) possibilita a criação e o fortalecimento de vínculos quando novas ideias são estimuladas – onde cabe o papel de um mediador, como numa atividade formativa; 4) decorre em uma melhoria do nível de participação dos componentes da rede. A participação social – elo mais desejado dessa cadeia – é origem, meio e fim dessa prática que se deseja implementar no território a fim de consolidar as tramas já existentes. Um exercício da cidadania que só é possível com liberdade de expressão, informação e comunicação, e quando ocorre acaba por melhorar estes mesmos índices.

A ampliação dos diálogos interculturais e fortalecimento de iniciativas transversais da cultura, como propõe conceitualmente a SecultBA, demandam uma infraestrutura que está além dos muros da Secretaria. O Estado já dispõe de parte do necessário para o desenvolvimento e apoio a ações e políticas culturais e de comunicação para a cultura no Território de Identidade Portal do Sertão. É preciso integrar essa estrutura e coordenar as ações desenvolvidas, como já falado, mesmo naquilo que não faz parte do corpo da Secretaria.

Falamos do Representante Territorial de Cultura, do Centro de Cultura Amélio Amorim, da possibilidade de interação com outros espaços (em especial os apoiados pelo edital de Dinamização de Espaços da Secult), bibliotecas, Pontos de leitura e Pontos de cultura. Esta seria uma primeira conformação de “Rede de Comunicação para a Cultura no Território Portal do Sertão”. Os Pontos de Cultura, por exemplo, ressentem-se de não atuarem de fato como rede, conforme idealizado no projeto inicial do Programa, e manifestam abertamente sua



vontade de ver isso acontecer. Essa é a opinião unânime dos quatro representantes de Pontos de Cultura que foram consultados pela pesquisa, como revela a fala de Lula Dantas, do Ponto de Cultura ACAI – Associação do Culto Afro Itabunense (Território Litoral Sul):

A rede possui seus mobilizador@s/ provocador@s/ Mediador@s, possui grupos que trabalham com esses temas, mas a formação prometida nunca aconteceu e a expertise da Rede nunca foi utilizada para formação da Rede, apesar dos inúmeros planejamentos e exemplos de solidariedade/ proatividade isolados, como os do Portal Itéia e do Circo do Capão (ANEXO C).

Lula também critica a “questão territorial” e analisa um dos possíveis motivos para a desarticulação parcial entre os Pontos de Cultura, em relação à coesão do movimento antes de 2010:

A questão Territorial é importante, tem que ser considerada num estado com a dimensão da Bahia, mas as questões temáticas e identitárias que promoviam ações e articulações estaduais e nacionais, antes de inventarem os “Territórios de Identidade/Cidadania” foram ignoradas, tanto pela SecultBA, quanto pelo MinC, com a suspensão e até cancelamento de Editais de fomento às Ações Temáticas que compõem o Programa Cultura Viva(...). Como exemplos: Cultura Digital, Matriz Africana, Ação Griô, Livro e Leitura, Criança e Adolescente, Cultura Indígena, Teatro, Dança, Culturas populares, Rádio e Comunicação Comunitária, Pontões e Redes, Cultura Popular, dentre outras... (IDEM)

A fala do “ponteiro” reforça nosso entendimento de que, mais do que uma Rede de agentes cercados pelas fronteiras, é preciso encontrar as causas que os unem. Os Pontos de Cultura, de maneira geral, mostram-se bastante articulados nas conexões com outros agentes da cadeia de cultura próximos, como instituições vizinhas, escolas, rádios comunitárias etc. É da natureza dos Pontos associar-se. “O que Célio Turino tinha como meta quando criou os Pontos de Cultura era poder fazer esta ponte entre Sociedade Civil Organizada e artistas populares/movimentos/ grupos culturais”, salienta Lívia Castro, do PACE (Pé de Arte, Cultura e Educação), de São Gonçalo dos Campos – Portal do Sertão, que este ano aprovou projeto escrito a seis mãos no edital Territórios Culturais, juntamente com os Pontos “Mais Circo”, de Feira, e Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Santa Bárbara, ambos no TPS.

O Mestre Asa Filho, do Ponto ORCARE, situado no povoado de Tiquaruçu, zona rural de Feira de Santana, conta que sem orientação eles conseguem boas parcerias, como as que costuma celebrar com a Fundação Egberto Tavares Costa, Secretaria de Cultura, Centro Universitário de Cultura e Arte e Instituto Oduodara, além de diálogos com outros órgãos culturais, a exemplo da Funarte, Fundação Palmares, Sepromi, Funceb, MinC etc. O que não dá para eles fazerem é custear a consolidação dessa rede, de modo amplo, sobretudo ponderando-se valores de deslocamento, diária, alimentação, principalmente quando alguns reclamam de mal conseguirem bancar suas contas regulares. Então, a atuação tende a ficar restrita às realidades locais.

Os Pontos de Cultura, com o *know-how* e experiências acumulados nos últimos anos com o programa Cultura Viva, mesmo que passível de críticas, podem e devem servir como base para a formação da Rede pretendida aqui. É o mais adequado e justo para com os Pontos e o mínimo a se esperar de uma Secretaria que não consegue ainda dar o devido suporte e atenção à Rede Cultura Viva no estado: que no momento de se pensar estratégias para a consolidação de redes territoriais de cultura, quais sejam os fins, que se ponha os Pontos de Cultura em primeiro lugar.

O fato do Cultura Viva não abranger todo o TPS, junto com a análise de dados da MUNIC 2009, leva-nos a crer que a segunda categoria de entidades a serem mobilizadas para a Rede de Comunicação é a das Bibliotecas, sejam elas municipais, estaduais (ligadas a escolas) ou comunitárias. Conforme levantado, mais da metade dos municípios não tem museu, teatro, cinema ou centro de cultura mantido pelo poder público local, mas todos possuem Bibliotecas.

É uma possibilidade inclusive para dinamizar os usos desses espaços e renovar a velha visão de que se tratam simplesmente de ambientes de leitura, ao invés de cumprirem com sua verdadeira vocação de espaço responsável pelo direito cultural ao conhecimento, seja qual for o meio. Já existe, para tanto, um catálogo destas instituições elaborado entre as atividades da Fundação Pedro Calmon (Modernização de Bibliotecas, Pontos e Agentes de Leitura) e da Representação Territorial, convém lembrar.

Avançando sobre a rede latente que contempla agentes com algum nível de relacionamento já estabelecido com a Secult, temos também: Conselhos Municipais de Desenvolvimento

Sustentável, Grupos de Cultura Popular aprovados em editais do CCPI (Centro de Culturas Populares e Identitárias), os Artistas Credenciados pela Diretoria de Espaços Culturais e os proponentes e articuladores de projetos aprovados nos Editais Dinamização de Espaços e Territórios Culturais. Importante ter em mente que, quanto maior a variedade de discursos dentro da Rede, mais rico é o processo de troca.

Devemos então considerar a necessidade de congregar nesta rede outras instituições e organizações, das esferas pública e privada, que entendemos como “interessantes”, especialmente por já atuarem como agentes realizadores no campo da cultura. Por isso, a participação de entidades ligadas a contextos religiosos, como a Rede Cáritas e a Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE, já organizadas nesse sentido da atuação social, mas possivelmente terreiros e centros espíritas também – quiçá alguns núcleos evangélicos. Nesse lugares é comum o desenvolvimento de atividades voltadas para a dimensão simbólica da cultura.

É preciso estar aberto à participação dos mais diversos atores e não fechar a proposta, como costuma ocorrer, na “gente da cultura”, como explicam KISSLER e HEIDEMANN:

Redes sociais que ampliam seu raio de ação, incluindo, por exemplo, empresas privadas, mas também organizações sem fins lucrativos do terceiro setor e, no âmbito municipal, associações comunitárias e cidadãos individuais. É assim que a concepção de governança pública e o novo modelo de modernização da "comunidade de cidadãos" caminham lado a lado (2006, p. 492).

Há uma série de outras categorias que podem ser contempladas na formação da rede, *a posteriori*. Escolas públicas, em especial aquelas onde são desenvolvidas atividades do projeto Mais Cultura nas Escolas; as Universidades com suas unidades e programas voltados à cultura; os Dirigentes Municipais de Cultura da região, Equipamentos Culturais, Artistas, grupos e coletivos; Veículos de Comunicação Comunitários e profissionais ligados aos veículos de mídia de massa.

Não podem, contudo, ficar de fora a articulação com órgãos “externos” ao campo da cultura, como os escritórios da EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola), os sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos sociais (como o MST) e outros órgãos estaduais (CAR, secretarias do turismo e do planejamento, por exemplo) e federais (IFBA, Iphan, ICMBio,

CPRM). Segundo o RTC Vinicius Morende, em contextos isolados, os contatos de parceria firmados com eles se mostram mais eficientes até do que com aqueles ligados à Cultura.

A experiência dos Pontos de Cultura e a vivência dos Representantes Territoriais de Cultura nos mostram, no entanto, que para formar Redes é preciso muito mais que afinidade e boa vontade. União de forças e vontade de mudar podem ser o pontapé inicial, mas é preciso criar uma estrutura de participação, como define o Representante Morende.

No geral, todos se mostram dispostos a contribuir, mas é preciso uma capacidade maior de mobilização para manter a demanda em evidência. Acredito que qualquer ação que tenha uma estratégia contínua tem potencial de dar resultados satisfatórios. Mas há necessidade de apropriação da demanda pelas partes envolvidas.

É importante, por isso, ter em mente que, embora fomentada pela Secult, a rede pensada para a comunicação não pode servir como espaço de divulgação, visibilidade ou de legitimidade da Secretaria. O contrário, porém, é válido: A Secult pode e deve ser, além de elo desta rede, um agente de divulgação, visibilidade e legitimidade para ela. Mas jamais poderá fazê-lo sozinha: no ciclo de realimentação de valores e consolidação de vínculos, a Secult só ocupará este lugar se estiver legitimada pela própria rede.

Percebemos, por exemplo, como uma amostra da falta de coordenação das ações da SecultBA e do malefício causado pela ausência de uma política de comunicação para a cultura, a baixa repercussão do lançamento das duas edições da revista Bahia Terra da Cultura, editada pela Secretaria. O curioso aí é que, num *métier* que se resente da carência de veículos de comunicação em termos quantitativos e qualitativos, o órgão máximo da cultura no estado empenha-se na publicação, *data venia*, de relatórios. E perde-se, então, um potencial caro à difusão de informações capazes de abrir espaços de diálogo, processos de identificação, estimular a participação social e, principalmente, construir um horizonte ético compartilhado motivador da continuidade na busca de objetivos comuns.

A proposta de construção e consolidação de uma Rede de Comunicação para a Cultura no Território Portão do Sertão, dentre tantos “ecos” (divagações e distorções) possíveis à área cultural, pode se condensada da seguinte maneira esquemática:

1. Promoção de Atividades Formativas regulares;
2. Publicação de periódico com funções de registro da memória da Rede; difusão de temas, notícias e informações; divulgação de ações, produtos e serviços; compartilhar conhecimento, formas de fazer e “tecnologias sociais” - sempre com enfoque territorial (as mesmas características caberiam numa publicação com olhar para a Bahia como um todo, mas em prazo que fosse necessariamente mais esticado);
3. Criação de uma agenda regular mínima para encontros gerais, quais fosse mensais, bi, tri ou semestrais (no mínimo), com suporte dado pela Secult;
4. Estabelecimento de uma agenda comum de trabalho, onde se previssem ações como estabelecer contatos com veículos de mídia do território, responsabilizar-se pela extensão das informações compartilhadas na rede; identificação e convite de possíveis novos membros;
5. Emissão de cartilha com orientações para ações de comunicação no território e de relacionamento em rede;
6. Estabelecimento de critérios de avaliação e indicadores para os resultados alcançados com a consolidação da Rede;
7. Sistematização e Divulgação dos resultados obtidos com o estabelecimento da Rede e o necessário compartilhamento interno, com um momento de encontro para análise.

De 2007 até agora, a gestão da SecultBA foi reconhecidamente marcada por suas crenças e valores fundamentados na abertura ao diálogo, na transparência, democratização, descentralização e desconcentração de poder, além do respeito e valorização da diversidade e das diferenças. Pode-se dizer que, apesar de toda a fragilidade criada pela carência de recursos financeiros, a SecultBa conseguiu pavimentar o caminho para as novas ações e políticas que serão implantadas na Bahia. Esses primeiros oito anos careceram de uma política mais decisiva de comunicação para a cultura, mas entendemos que havia realmente muito a ser feito e com meios reduzidos pra tal. Houve, sim, muito debate, mas com muitas ideias já prontas também e pouco espaço para a argumentação. Com as institucionalidades bem assentadas e as primeiras batalhas vencidas, é chegada a hora. Hora de horizontalizar.

## REFERÊNCIAS

BAHIA (Estado). Lei nº 12.365, de 30 de novembro de 2011. **Lei Orgânica da Cultura**. Salvador, BA, Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/06/Lei-12.365-de-30-11-2011-Lei-Organica-da-Cultura.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

BAHIA (Estado). Lei nº 20.864, de 05 de novembro de 2014. **Plano Estadual de Cultura**. Salvador, BA, Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/PROJETO-DE-LEI-Plano-estadual-de-Cultura.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2014.

BAHIA. SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. (Ed.). **Estatísticas dos Territórios Baianos**. Salvador: Egba, 2010. (Bahia de Todos os Cantos). Fascículo 3.

BAHIA: Terra da Cultura – Publicação da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Ano 1 – Nº 1. Salvador: EGBA, 2014.

BANDEIRA, Messias G. **A Hipermídia e as Novas Formas de Produzir e Experimentar a Cultura**. 2009. Disponível em: <<http://politicasculturais.files.wordpress.com/2009/04/texto-2-messias-bandeira-hipermidia-e-cultura.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

BARROS, José Márcio; OLIVEIRA JUNIOR, José. **Pensar e Agir com Cultura: Desafios da Gestão Cultural**. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2011.

BENTES, Ivana. **Redes Colaborativas e o Precariado Produtivo**. 2006. Apresentado no Seminário “A Constituição do Comum: Cultura e Conflitos no Capitalismo contemporâneo” - Programa Cultura e Pensamento. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/culturaepensamento/debates/a-constituicao-do-comum-cultura-e-conflitos-no-capitalismo-contemporaneo/>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

BRASIL. Constituição (2010). Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010. **Plano Nacional de Cultura (pnc)**. Brasília, Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc->>. Acesso em: 15 ago. 2014.

CANELA, Guilherme; SIQUEIRA, Alexandre Bujokas de. Regulação para o Pluralismo e a Diversidade na Mídia. In: BARROS, José Márcio; KAUARK, Giuliana. **Diversidade Cultural e Desigualdade de trocas: Participação, Comércio e Comunicação**. São Paulo: Itaú Cultural, Observatório da Diversidade Cultural, Pucminas, 2011. p. 83-99. (Observatório Itaú Cultural)

CARTA CULTURAL IBERO AMERICANA. 2006. Disponível em: <<http://segib.org/cumbres/files/2006/01/Carta-cultural-ibero-americana-PORT.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2014.

COGO, Denise. Mídias, Identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais. In: PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Vozes Cidadãs: aspectos teóricos e análises das experiências de comunicação popular e sindical na América Latina**. São Paulo: Angellara Editora, 2004.

CUMMING, Mariana (org.). Relatório 2009/ 2010 – Fundação Cultural do Estado da Bahia. Salvador: EGBA, 2010.

De LIMA, Venício A. Para Desocultar Verdades Escondidas. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/-para-desocultar-verdades-escondidas>>. Acesso em: 15 out. 2014.

FERREIRA, Juca. A Centralidade da Cultura no Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/12/13/a-centralidade-da-cultura-odesenvolvimento/>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

FISHER, D. O Direito de Comunicar – Expressão, informação e liberdade. Brasiliense, SP, 1984.

FONSECA, Ana Lúcia Reis; SILVA, Carmen Azevedo Melo da; PEREIRA, Manoel Passos Rocha; ALVES, Maria das Graças Câmara Teixeira; LIMA, Simone Rubim de Pinho (orgs.). Memória da Cultura: 30 anos da Fundação Cultural do Estado da Bahia. Salvador: EGBA, 2004.

FURTADO, Celso. Cultura e desenvolvimento em época de crise, Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1984.

HENRIQUES, Márcio Simeone (Org.). **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 104 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ed.). **Perfil dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/munic2009/index.php>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, jun. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122006000300008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000300008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 14 nov. 2014.

LUBAMBO, Catia Wanderley; COÊLHO, Denilson Bandeira. **Atores sociais e estratégias de participação no Programa Governo nos Municípios**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MAEC – Ministerio de Asuntos Exteriores y Cooperación. Estrategia de cultura y desarrollo de la cooperación española. Madri: Maec, 2007. Disponível em: <[http://www.ccesd.org/IMG/pdf/Estrategia\\_CxD.pdf](http://www.ccesd.org/IMG/pdf/Estrategia_CxD.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2014.

MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Guia para o Planejamento. Brasília, DF: Novembro, 2005. Disponível em: <[http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/planosdedesenvolvimentoterritorial/file-storage/view/oficina-estadual-de-roraima/guia\\_planejamento\\_ptdrs.pdf](http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/planosdedesenvolvimentoterritorial/file-storage/view/oficina-estadual-de-roraima/guia_planejamento_ptdrs.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2014.



MEYER-BISCH, Patrice; BIDAULT, Mylène. **AFIRMAR OS DIREITOS CULTURAIS: Comentário à Declaração de Friburgo**. São Paulo: Iluminuras, 2014. 168 p. (Observatório Itaú Cultural). Tradução Ana Goldberg.

MINC – Ministério da Cultura. Propostas aprovadas da III CNC. Brasília: MINC, 2013. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/945028/Propostas+aprovadas+na+III+CNC/d4021391-7293-4005-bb6c-043bfd79ead6>>. Acesso em: 14 out. 2014.

MINC. Ministério da Cultura (Ed.). Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural. **Implementação da Convenção sobre a Proteção e a promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Relatório do Brasil – 2012. Brasília: Minc, 2012.

MINC. Ministério da Cultura (ed.). Secretaria de Políticas Culturais. **Relatório Final do Seminário e Oficina de Indicação de Políticas Públicas pra a Comunicação e Cultura**. Rio de Janeiro: Minc, 2012.

MOREIRA, Fayga; JARDIM, Gustavo; ZIVIANI, Paula. Trabalho Colaborativo e em Rede com a Cultura. In: BARROS, José Márcio; OLIVEIRA JUNIOR, José. **Pensar e Agir com Cultura: Desafios da Gestão Cultural**. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2011. p. 81-99.

ORTIZ, Renato. Um outro território: ensaios sobre mundialização. São Paulo: Olho D'Água, 1996.

PERUZZO, Cicília. Mídia local e suas interfaces coma mídia comunitária. Anais do XXVI Congresso Brasileiros de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte: Intercom, 2003. (Trabalho apresentado no Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania).

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Sistema de Informações Municipais. Governo da Bahia. Disponível em: <[http://sim.sei.ba.gov.br/sim/informacoes\\_municipais.wsp](http://sim.sei.ba.gov.br/sim/informacoes_municipais.wsp)>. Acesso em: 12 nov. 2014.

SEMPERE, Alfons Martinell. IBERO-AMÉRICA: NOVAS FÓRMULAS DE COOPERAÇÃO EM CULTURA E COMUNICAÇÃO. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, v. 09, p.31-40, jan. 2010. Quadrimestral.

SPC – Secretaria de Políticas Culturais. As metas do Plano Nacional de Cultura. Brasília, DF: Outubro, 2013. Disponível em: <<http://pnc.culturadigital.br/2013/01/01/2533/>>. Acesso em: 10 out. 14.

TERRA, Ana. 2011. A importância dos meios de comunicação para uma cultura popular. IV CONGRESO IBEROAMERICANO DE CULTURA. Disponível em <<http://www.nci.tv/index.php/menuportalvoz/submenu-dizque/1158-a-importancia-dos-meios-de-comunicacao-para-uma-cultura-popular>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

VALENCIA, Mireya E.; OLIVEIRA, Humberto. **Território e Identidade**. Salvador: P55, 2013. (Coleção Política e Gestão Culturais). Publicação da SecultBA.

VILUTIS, Luana. **Redes e Consórcios**. Salvador: P55, 2013. (Coleção Política e Gestão Culturais). Publicação da SecultBA.

## **ANEXO A – Relação de Pontos de Cultura do Território Portal do Sertão**

No Portal do Sertão existem oito pontos conveniados com o Governo do Estado e dois diretamente com o Minc, conforme relação abaixo:

Instituição: Centro de Apoio aos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana – CATRUFES  
Projeto: Educação e Cultura: Espaços de Cidadania  
Cidade: Feira de Santana

Instituição: Associação Comunitária e Centro de Apoio de Adolescente do Parque Lagoa Subaé e Adjacências  
Projeto: Cultura, Comunidade e Cidadania  
Cidade: Feira de Santana

Instituição: Cooperativa de Teatro para a Infância e Juventude da Bahia  
Projeto: Cultura Mais Circo  
Cidade: Feira de Santana

Instituição: ORCARE – Organização Cultural e Artística Reisado de São Vicente  
Projeto: Ponto De Cultura Orcare  
Cidade: Feira de Santana

Instituição: PACE – Pé de Arte, Cultura e Educação  
Projeto: Teatro de Bonecos e Griô  
Cidade: São Gonçalo dos Campos

Instituição: Associação Cultural Movimento Negro Afoxé Pomba de Malê  
Projeto: ATIBA  
Cidade: Feira de Santana

Instituição: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Bárbara  
Projeto: Vivências Sócio-culturais: resgatando raízes e valorizando os talentos da terra  
Cidade: Santa Bárbara

Instituição: Sociedade Lítero Musical 25 de Dezembro  
Projeto: Tocando e Cantando a Nossa Aldeia  
Cidade: Iará

Instituição: Galpão da Arte (convênio MINC)  
Projeto: Oficinas do Galpão da Arte  
Cidade: Feira de Santana

Instituição: IMAQ – Instituto Maria Quitéria (convênio MINC)  
Projeto: Expressões Sertanejas  
Cidade: Feira de Santana

## ANEXO B – EQUIPAMENTOS CULTURAIS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO

\*Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2009

### Feira de Santana:

Bibliotecas públicas	<b>Sim</b>
Museus	<b>Sim</b>
Teatros ou salas de espetáculos	<b>Sim</b>
Centro cultural (3)	<b>Sim</b>
Cinemas (4)	<b>Sim</b>
Videolocadoras	<b>Sim</b>
Estádios ou ginásios poliesportivos	<b>Sim</b>
Provedor de internet	<b>Sim</b>
Unidades de ensino superior	<b>Sim</b>
Shoppinceters	<b>Sim</b>
Lojas de discos, CDs, fitas e DVDs	<b>Sim</b>
Livrarias	<b>Sim</b>
Rádio AM	<b>Sim</b>
Rádio FM	<b>Sim</b>
Rádio comunitária AM ou FM	<b>Sim</b>
Geradora de TV	<b>Sim</b>
Clubes e associações recreativas	<b>Sim</b>

### Santo Estévão:

Bibliotecas públicas	<b>Sim</b>
Museus	<b>Não</b>
Teatros ou salas de espetáculos	<b>Não</b>
Centro cultural (3)	<b>Sim</b>
Cinemas (4)	<b>Não</b>
Videolocadoras	<b>Sim</b>
Estádios ou ginásios poliesportivos	<b>Sim</b>
Provedor de internet	<b>Sim</b>
Unidades de ensino superior	<b>Sim</b>
Shoppinceters	<b>Não</b>
Lojas de discos, CDs, fitas e DVDs	<b>Não</b>
Livrarias	<b>Não</b>
Rádio AM	<b>Não</b>
Rádio FM	<b>Sim</b>
Rádio comunitária AM ou FM	<b>Sim</b>
Geradora de TV	<b>Não</b>
Clubes e associações recreativas	<b>Não</b>

**Irará:**

Bibliotecas públicas	<b>Sim</b>
Museus	<b>Não</b>
Teatros ou salas de espetáculos	<b>Não</b>
Centro cultural (3)	<b>Não</b>
Cinemas (4)	<b>Não</b>
Videolocadoras	<b>Sim</b>
Estádios ou ginásios poliesportivos	<b>Sim</b>
Provedor de internet	<b>Sim</b>
Unidades de ensino superior	<b>Sim</b>
Shoppincenters	<b>Não</b>
Lojas de discos, CDs, fitas e DVDs	<b>Sim</b>
Livrarias	<b>Sim</b>
Rádio AM	<b>Não</b>
Rádio FM	<b>Não</b>
Rádio comunitária AM ou FM	<b>Não</b>
Geradora de TV	<b>Sim</b>
Clubes e associações recreativas	<b>Sim</b>

**Amélia Rodrigues:**

Bibliotecas públicas	<b>Sim</b>
Museus	<b>Não</b>
Teatros ou salas de espetáculos	<b>Sim</b>
Centro cultural (3)	<b>Não</b>
Cinemas (4)	<b>Não</b>
Videolocadoras	<b>Sim</b>
Estádios ou ginásios poliesportivos	<b>Sim</b>
Provedor de internet	<b>Sim</b>
Unidades de ensino superior	<b>Não</b>
Shoppincenters	<b>Não</b>
Lojas de discos, CDs, fitas e DVDs	<b>Sim</b>
Livrarias	<b>Não</b>
Rádio AM	<b>Não</b>
Rádio FM	<b>Não</b>
Rádio comunitária AM ou FM	<b>Sim</b>
Geradora de TV	<b>Não</b>
Clubes e associações recreativas	<b>Sim</b>

**São Gonçalo dos Campos:**

Bibliotecas públicas	<b>Sim</b>
----------------------	------------

Museus	<b>Não</b>
Teatros ou salas de espetáculos	<b>Sim</b>
Centro cultural (3)	<b>Não</b>
Cinemas (4)	<b>Não</b>
Videolocadoras	<b>Não</b>
Estádios ou ginásios poliesportivos	<b>Não</b>
Provedor de internet	<b>Sim</b>
Unidades de ensino superior	<b>Não</b>
Shoppincenters	<b>Não</b>
Lojas de discos, CDs, fitas e DVDs	<b>Não</b>
Livrarias	<b>Não</b>
Rádio AM	<b>Sim</b>
Rádio FM	<b>Não</b>
Rádio comunitária AM ou FM	<b>Não</b>
Geradora de TV	<b>Não</b>
Clubes e associações recreativas	<b>Não</b>

**Santa Bárbara:**

Bibliotecas públicas	<b>Sim</b>
Museus	<b>Não</b>
Teatros ou salas de espetáculos	<b>Não</b>
Centro cultural (3)	<b>Não</b>
Cinemas (4)	<b>Não</b>
Videolocadoras	<b>Sim</b>
Estádios ou ginásios poliesportivos	<b>Sim</b>
Provedor de internet	<b>Sim</b>
Unidades de ensino superior	<b>Não</b>
Shoppincenters	<b>Não</b>
Lojas de discos, CDs, fitas e DVDs	<b>Não</b>
Livrarias	<b>Não</b>
Rádio AM	<b>Não</b>
Rádio FM	<b>Não</b>
Rádio comunitária AM ou FM	<b>Não</b>
Geradora de TV	<b>Não</b>
Clubes e associações recreativas	<b>Sim</b>

**Conceição do Jacuípe:**

Bibliotecas públicas	<b>Sim</b>
Museus	<b>Não</b>

Teatros ou salas de espetáculos	<b>Não</b>
Centro cultural (3)	<b>Não</b>
Cinemas (4)	<b>Não</b>
Videolocadoras	<b>Sim</b>
Estádios ou ginásios poliesportivos	<b>Sim</b>
Provedor de internet	<b>Sim</b>
Unidades de ensino superior	<b>Sim</b>
Shoppinceters	<b>Não</b>
Lojas de discos, CDs, fitas e DVDs	<b>Não</b>
Livrarias	<b>Sim</b>
Rádio AM	<b>Não</b>
Rádio FM	<b>Não</b>
Rádio comunitária AM ou FM	<b>Sim</b>
Geradora de TV	<b>Não</b>
Clubes e associações recreativas	<b>Sim</b>

**Ipecaetá:**

Bibliotecas públicas	<b>Sim</b>
Museus	<b>Não</b>
Teatros ou salas de espetáculos	<b>Não</b>
Centro cultural (3)	<b>Sim</b>
Cinemas (4)	<b>Não</b>
Videolocadoras	<b>Não</b>
Estádios ou ginásios poliesportivos	<b>Não</b>
Provedor de internet	<b>Não</b>
Unidades de ensino superior	<b>Não</b>
Shoppinceters	<b>Não</b>
Lojas de discos, CDs, fitas e DVDs	<b>Não</b>
Livrarias	<b>Não</b>
Rádio AM	<b>Não</b>
Rádio FM	<b>Não</b>
Rádio comunitária AM ou FM	<b>Não</b>
Geradora de TV	<b>Não</b>
Clubes e associações recreativas	<b>Não</b>

## ANEXO C – ENTREVISTAS

### I – LULA DANTAS, Coordenador do Ponto de Cultura Associação do Culto Afro Itabunense (ACAI), Itabuna, TERRITÓRIO LITORAL SUL

#### **1. Considerando que uma rede se constitui de elementos independentes e ativos em uma proposta descentralizada de atuação, o que o senhor (a senhora) acredita que precise ser feito para que os Pontos de Cultura da Bahia constituam-se como uma rede, de fato?**

*O Programa Cultura Viva – PCV, tem como premissa a articulação em Rede dos Agentes Culturais que compõem as equipes de PCs, a formação no uso de ferramentas de comunicação livres e compartilhadas e ainda a gestão compartilhada da política. A obrigatoriedade da aquisição de equipamentos por parte das Instituições Culturais não implica no uso/bom uso destes, sem formação adequada, pois a maior parte dos PCs adquiriram equipamentos que não possuíam e/ou nunca possuíram. Na prática, faltou formação continuada e de qualidade nessas questões. (1 Ferramentas de Comunicação, para os Agentes e não apenas para o público alvo, 2 Gestão de Convênio, 3 Políticas públicas culturais). A rede possui seus mobilizador@s/ provocador@s/ Mediador@s, possui grupos que trabalham com esses temas, mas a formação prometida nunca aconteceu e a expertise da Rede nunca foi utilizada para formação da Rede, apesar dos inúmeros planejamentos...e exemplos de solidariedade/pró atividade, isolados, como os do Portal Itéia e do Circo do Capão.*

*A questão Territorial é importante, tem que ser considerada num estado com a dimensão da Bahia, mas as questões temáticas e identitárias que promoviam ações e articulações estaduais e nacionais, antes de inventarem os “Territórios de Identidade/Cidadania...” foram ignoradas, tanto pela Secul/BA, quanto pelo MinC com a suspensão e até cancelamentos de Editais de fomento às Ações Temáticas que compõem o PCV desde o início desta gestão Federal e Estadual – 2010...( Ex: Cultura digital, Matriz africana, Ação Griô, Livro e Leitura, Criança e Adolescente, Cultura Indígena, Teatro, Dança, Culturas populares, Rádio e Comunicação comunitária, Pontões e Redes, Cultur Popular, dentre outras...)*

*Vale ressaltar que na última Teia BA, em maio, quando da realização do Fórum Estadual dos PCs, conquistamos enquanto Movimento, a ampliação do número de representantes e a organização da maioria dos GTs por Colegiados, promovendo a relação de rede horizontal entre as representações e determinando iguais responsabilidades aos participantes, ainda diminuído disputas internas, mas principalmente criamos os GTs Temáticos, na tentativa de retomar os projetos e parcerias. Não cabe a Comissão Estadual dar formato a Rede, mas buscar entender em que formato a Rede se reconhece e se articula.*

*O Agente Cultural – Coordenador/dora do PC teve, durante toda a implementação da política, um papel secundário, tratado pelo Estado quase...como público alvo e não como o Articulador, Comunicador e Gestor da célula base da política e da micro Rede do PC, esta, por sua vez, conectada com as Redes Territoriais, Temáticas e pessoais por meio das Equipes, Público atendido e Parceir@s dos PCs.*

*A descontinuidade da política, os problemas de gestão dos PCs e do Estado, a criminalização dos grupos culturais por conta das exigências burocráticas excessivas, as críticas à gestão, as críticas à comunicação, tanto institucional quanto das Redes, criticada por tod@s como insuficiente, a falta de transparência na execução, a inexistência de um Portal Nacional da Política Cultura Viva, esbarram na premissa de uma política pública de cultura que alardeia promover a autonomia, o protagonismo e*



*o empoderamento da sociedade. É necessário fazer o lúdico ter evidência, é preciso ter prazer pra trabalhar com cultura, é preciso ter alegria para mobilizar o Povo da Cultura e estamos faz 10 anos apostando nesta política, pagando pra ser Ponto de Cultura. Esse descrédito da política reflete na Rede Estadual da Bahia, assim como nos outros Estados ena Rede Nacional.*

**2. Como está organizada a comunicação, o fluxo de informações, entre pontos de cultura no estado da Bahia e no seu território em particular? Você considera o modelo eficiente?**

*Os PCs tem Redes Territoriais desde a primeira formação (2009-2010), na sua maioria formados por E-grupos, grupos nas Redes sociais e blogs. Alguns Pcs tem sites, mas nenhum Pontão de articulação/Formação/Gestão de Redes, funcionando no Estado da Bahia. A mobilização de cada Rede fica quase sempre por conta de um grupo reduzido, mas eficiente de agitador@s culturais, que naturalmente recebem a função de representantes, porta voz do Movimento.*

*O Modelo não é eficiente por conta das questões já citadas, mas é real, o Fórum de maio além de repactuar os GTs Territoriais, Criou os GTs Temáticos que estão trabalhando/tecendo suas redes e teias. A Rede tem organicidade e qualquer outro modelo que venha a ser adotado, deverá ser criado pela própria rede, que se considera autônoma, pois já independe da vontade do Estado para existir.*

**3. Você consideraria que existe alguma espécie de intercâmbio de metodologias, de práticas positivas (chamemos “tecnologia social”) e produtos dos Pontos de Cultura entre si, na Bahia? Há exemplos no seu território?**

*No Território Litoral Sul, o maior da Bahia com 26 municípios, temos atualmente conveniados 02 PCs em Itabuna, 04 em Ilhéus, 01 em Itacaré, 01 em Canavieiras e nenhum nos outros municípios, apesar das boas relações entre as coordenações e diretorias dos PCs, as distâncias entre as instituições, as diferentes linguagens, o público alvo específico e as atividades restritas a um Projeto pré-definido, não promovem o intercâmbio entre produtos e serviços ofertados pelos PCs.*

*O que conseguimos foi estabelecer uma rotina de reuniões da Comissão Territorial/Estadual/Nacional. Realizamos em 2011 o I Encontro dos PCs do Território Litoral Sul, concorrendo a edital do Fundo de Cultura, outros Territórios tbm, mas poucos conseguiram estabelecer uma rotina de Teias Territoriais, sem nenhum apoio da Secult/MinC.*

*Todos os PCs produzem produtos e Serviços, mas isso não tem visibilidade, não existe uma política de distribuição, 01 Ponto de Venda Coletivo\* – que poderia ser até virtual- contendo, por exemplo, CDs, DVD, Artesanatos diversos, bijouterias, pinturas, esculturas, bordados em linha, artesanato indígena em tranças em fibras e sementes, remédios, ervas e banhos...*

*\* A Rede de PCs de Mato grosso do Sul está criando uma loja virtual coletiva com a finalidade de exhibir e comercializar os produtos e serviços ofertados pela Rede.*

**4. Qual o principal canal de comunicação entre os Pontos? Todos os Pontos de Cultura dispõem de recursos técnicos e tecnológicos suficientes para a comunicação digital online? Em sua opinião, o que podemos fazer para alcançar instituições, grupos e artistas que atuam no campo da cultura no interior do estado e que não dispõem de recursos técnicos e tecnológicos suficientes para um contato por meios virtuais?**

*O principal canal de Comunicação entre os PCs é a lista da Comissão Estadual, composta de lista aberta, aberta pra qualquer pessoa que informe pertencer/participar de algum PC e lista fechada, exclusiva da Comissão Estadual de PCs. Temos um Blog que nunca saiu da fase beta. 01 [Facebook](#) aberto com [3.621 membros](#).*

*A maioria dos PCs tem equipamentos suficientes para comunicação virtual, mas nem todos têm banda larga e uma comunicação eficiente para suportar ferramentas de Stream e Web conferência.*

*A maioria d@s Coordenador@s são da geração anterior a internet e se empenham para vencer a dificuldade em manter a rotina de comunicação em rede e o hábito de publicização das informações, mas principalmente tem dificuldade em contribuir com uma discussão na Rede. Por isso as atividades presenciais são tão importantes, pois a vivência estabelece a confiança e a solidariedade, além do nivelamento de informações, difíceis de estabelecer virtualmente.*

*Propostas:*

*01 Portal Cultura Viva – Plataforma interativa com interface para participação social e para o cidadão comum, composta por documentos do processo histórico de implementação da política, institucionais e da participação social, Ebooks, CDs, DVDs, Links dos Blogs e sites dos PCs, loja virtual...*

*02 Encarte anual – Virtual e Impresso, contemplando ações exitosas da PCV*

*03 Campanhas de publicidade da política nas mídias públicas e privadas.*

*04 Jornal Cultura Viva, com edição trimestral, informando a implementação da política, agenda futura... (virtual e impresso)*

*05 Teias Territoriais, para formação e nivelamento de informações, além da celebração.*

*06 Comitês gestores locais da Política Nacional Cultura Viva, articulados com o Comitê Gestor Estadual e Nacional*

##### **5. Os Pontos de Cultura interagem com outras instituições não contempladas pelo edital em sua comunidade, território, macrorregião ou mesmo em outras regiões do estado?**

*O que manteve o PC funcionando antes do reconhecimento e mantém o Ponto de Cultura até o momento é a sua rede de parcerias com outros grupos e com agentes, a maior parte por afinidade territorial, ideológica, identitária e/ou solidária.*

*As Redes temáticas se articulam e promovem a interação entre seus agentes e grupos em ações estaduais, nacionais e até internacionais, principalmente com os países da América Latina, por meio da Rede Cultura Viva Comunitária.*

##### **6. Quais estratégias de mobilização de público externo o Ponto de Cultura coordenado/acompanhado pelo senhor (senhora) costuma utilizar para estimular a participação nas suas atividades?**

*1 Divulgação e participação em programas de Rádio AM*

*2 Redes Sociais*

*3 Mídia Espontânea*

*4 Visita e convite presencial – No caso de Povos e Comunidades Tradicionais*

*5 Visita e convite pessoal – No caso de Lideranças de grupos Culturais*

**II – ROSA GRIÔ, Coordenadora do Ponto de Cultura CIRANDA DE BONECOS, Rio de Contas, TERRITÓRIO CHAPADA DIAMANTINA**

**1. Considerando que uma rede se constitui de elementos independentes e ativos em uma proposta descentralizada de atuação, o que o senhor (a senhora) acredita que precise ser feito para que os Pontos de Cultura da Bahia constituam-se como uma rede, de fato?**

*R: Primeiramente, poderemos citar aqui o princípio da formação do Programa Cultura Viva, que está entre criar os Pontos de Cultura e a formação de uma rede com elementos independentes e ativos e descentralizados. Porém, por questões de gestão e mudanças política em todas as esferas governamentais, a partir de 2010, o programa foi perdendo forças e quase sucumbiu se não fosse a vontade e a mobilização dos integrantes dessa rede. Na Bahia isso não foi diferente, pois, acreditando que até essa rede se formar e os Pontos entrarem num processo de sustentabilidade era necessário suporte financeiro previsto no programa. Os atrasos nas avaliações das prestações de contas e no repasse do recurso por parte do estado criaram um desânimo e um descrédito coletivo, enfraquecendo a rede que mal começava a se formar. Compromissos do Estado em formação, encontros da rede, representantes dos Pontos, TEIA para os Pontos de Cultura, não foram cumpridos. Apesar de termos conhecimentos que há um recurso específico para a rede dos Pontos de Cultura da Bahia. Diante desses fatos, não posso me furtar de acusar a gestão de ter sido pouco eficaz na contribuição da formação e manutenção dessa rede.*

*Acredito que para a rede dos Pontos de Cultura da Bahia ser de fato uma coletividade viva, é necessário que se retomem os compromissos antes acordados entre o estado o Governo Federal e proponentes. Construam de fato uma forma de fortalecer a rede através de encontros periódicos para seus representantes. Criar editais, políticas públicas de fortalecimento do movimentos dos Pontos de Cultura.*

**2. Como está organizada a comunicação, o fluxo de informações, entre pontos de cultura no estado da Bahia e no seu território em particular? Você considera o modelo eficiente?**

*A comunicação é realizada através da internet com e-mails e alguns telefonemas. Não considero essa forma eficaz.*

- 3. Você consideraria que existe alguma espécie de intercâmbio de metodologias, de práticas positivas (chamemos “tecnologia social”) e produtos dos Pontos de Cultura entre si, na Bahia? Há exemplos no seu território?**

*Há algumas trocas entre os Pontos do Território Chapada, O ponto de Cultura Grãos de luz e Griô , e o Circo do Capão , são os que mais promovem encontros e trabalhos de trocas entre os Pontos da Chapada.*

- 4. Qual o principal canal de comunicação entre os Pontos? Todos os Pontos de Cultura dispõem de recursos técnicos e tecnológicos suficientes para a comunicação digital online? Em sua opinião, o que podemos fazer para alcançar instituições, grupos e artistas que atuam no campo da cultura no interior do estado e que não dispõem de recursos técnicos e tecnológicos suficientes para um contato por meios virtuais?**

*O principal canal é a internet. Os Pontos de Cultura da Bahia, ainda carecem de recursos tecnológicos e técnicos, alguns não têm acesso a internet de qualidade, e os que têm penam para manter os custos mensais. É preciso investir em tecnologia e equipamento e em internet gratuita para todos os Pontos de Cultura.*

- 5. Os Pontos de Cultura interagem com outras instituições não contempladas pelo edital em sua comunidade, território, macrorregião ou mesmo em outras regiões do estado?**

*Sim . Os Pontos de Cultura, acabam desenvolvendo uma rede ao seu entorno e interagem,de forma colaborativa em sua comunidade, em torno e outras regiões.*

- 6. Quais estratégias de mobilização de público externo o Ponto de Cultura coordenado/ acompanhado pelo senhor (senhora) costuma utilizar para estimular a participação nas suas atividades?**

*Visitas às escolas, rádio, cartazes, flyers, internet, redes sociais, atividades nas ruas e etc....*

**III – ASA FILHO, Coordenador do Ponto de Cultura Organização Cultural e Artística Reisado de São Vicente (ORCARE), Feira de Santana (Tiquarucu), TERRITÓRIO PORTAL DO SERTÃO**

- 1. Considerando que uma rede se constitui de elementos independentes e ativos em uma proposta descentralizada de atuação, o que o senhor (a senhora) acredita que precise ser feito para que os Pontos de Cultura da Bahia constituam-se como uma rede, de fato?**

*Observo Caro Bruno que cada ponto cuida de sua vida e não vi ainda essa relação firmada, a não ser quando se criam laços de amizade. Esse processo de internet facilita ou facilitou muito para nós, tendo a possibilidade de concorrer a editais de igual para igual entre os artistas, mestres, grupos, e organizações até quando estamos no virtual sem nos conhecermos. A partir do*

*momento que nos conhecemos aí vem as escolhas que talvez prejudica essa formação da rede tão sonhada.*

**2. Como está organizada a comunicação, o fluxo de informações, entre pontos de cultura no estado da Bahia e no seu território em particular? Você considera o modelo eficiente?**

*Quase nenhuma comunicação acontece, e quando acontece direcionada ou não tem mais o propósito de dizer "o que estou fazendo" de que mesmo direcionar, talvez por sermos alguns ainda iniciantes, dificuldade de escrever, acessória de comunicação etc.*

**3. Você consideraria que existe alguma espécie de intercâmbio de metodologias, de práticas positivas (chamemos "tecnologia social") e produtos dos Pontos de Cultura entre si, na Bahia? Há exemplos no seu território?**

*Sim, o que relatei até agora falo mais por mim de que por todos. Somos muito atribuídos e temos falhado neste quesito, veja: <https://www.facebook.com/orcareisado?ref=hl> - <https://www.facebook.com/oraccultura?fref=ts>*

**4. Qual o principal canal de comunicação entre os Pontos? Todos os Pontos de Cultura dispõem de recursos técnicos e tecnológicos suficientes para a comunicação digital online? Em sua opinião, o que podemos fazer para alcançar instituições, grupos e artistas que atuam no campo da cultura no interior do estado e que não dispõem de recursos técnicos e tecnológicos suficientes para um contato por meios virtuais?**

*Até momento o que usamos como "ferramenta" além do alicate e a chave de fenda é o facebook, email, e site/blog. É preciso ser feito um canal que dialogue mesmo com os pontos entre nós sem usar os caminhos da Secult/BA uma coisa exclusiva, claro que ligado a todo o movimento estatal hierarquicamente.*

**5. Os Pontos de Cultura interagem com outras instituições não contempladas pelo edital em sua comunidade, território, macrorregião ou mesmo em outras regiões do estado?**

*Aqui temos parceria com a Fundação Egberto Tavares Costa, Secretaria de Cultura e Centro Universitário de Cultura e Arte, Instituto Oduodara. Dialogamos com outros órgãos culturais quando elaboramos projetos do nosso interesse ex: Funarte, Fundação Palmares, Sepromi, Funceb, MinC e outras.*

**6. Quais estratégias de mobilização de público externo o Ponto de Cultura coordenado/acompanhado pelo senhor (senhora) costuma utilizar para estimular a participação nas suas atividades?**

*O nosso produto predominante é a música, com foco na preservação da folia de reis com ênfase no samba de roda da caatinga e tabuleiro. O nosso movimento maior é a festa de reis do nosso Distrito de Tiquaruçu que acontece dia 6 de janeiro mais de 200 anos. Isso motivou a criação da ORCARE, resgatando o terno de reis que outrora existia. Por tanto esse é motivo de sermos ponto de Cultura.*

**IV – LÍVIA LACERDA, Coordenadora do Ponto de Cultura PÉ DE ARTE, CULTURA E EDUCAÇÃO, São Gonçalo dos Campos, TERRITÓRIO PORTAL DO SERTÃO**

- 1. Considerando que uma rede se constitui de elementos independentes e ativos em uma proposta descentralizada de atuação, o que o senhor (a senhora) acredita que precise ser feito para que os Pontos de Cultura da Bahia constituam-se como uma rede, de fato?**

*Primeiro ponto é oferecer internet gratuita aos Pontos de Cultura, este quesito nunca foi resolvido entre Ministério das Comunicações e Cultura. Manter um articulador/representante setorial a disposição dos Pontos nos micro e macroterritórios, já que eles assumem muitas funções demandadas pela Secult. Outro quesito é oferecer propostas contínuas e desburocratizadas, em termos de editais, para que este diálogo entre os Pontos de cada território possa se fortalecer.*

- 2. Como está organizada a comunicação, o fluxo de informações, entre pontos de cultura no estado da Bahia e no seu território em particular? Você considera o modelo eficiente?**

*Nunca houve um modelo formal. Nossa rede foi criada por iniciativa e dedicação de Aloma Galeano. Pois seu substituto não tem desempenhado o mesmo papel de articulador que ela. Prova que depende de um projeto mais delineado para a função do representante territorial. Essa rede criada e articulada durante os primeiros anos por Aloma, hoje sobrevive de forma muito orgânica, apesar de nos encontrarmos menos, nos correspondemos com aqueles mais hábeis com a internet.*

*Este ano aprovamos um projeto pelo edital Território Culturais que propõe um intercâmbio entre educadores dos Pontos Mais Circo, PACE e Sind. Trabalhadores de Santa Bárbara. Escrevemos juntos via internet.*

- 3. Você consideraria que existe alguma espécie de intercâmbio de metodologias, de práticas positivas (chamemos “tecnologia social”) e produtos dos Pontos de Cultura entre si, na Bahia? Há exemplos no seu território?**

*Acredito sim, mas em partes. Sobre conhecimentos, know-how adquiridos através de encontros, formações e trocas entre os educadores do Ponto de São Gonçalo e Feira, acredito que sim. Para ilustrar, durante festival de teatro infantil (FENATIFS) a PACE participa dos cursos, seus alunos apresentam espetáculos, como também nossos professores já ofereceram oficinas de arte no Mais Circo, iremos intensificar essas trocas com o Território Cultural.*

*Mas em relação a produtos não tem sido possível, pouco se faz, somente em encontros como o que houve em maio no Pelourinho.*

- 4. Qual o principal canal de comunicação entre os Pontos? Todos os Pontos de Cultura dispõem de recursos técnicos e tecnológicos suficientes para a comunicação digital online? Em sua opinião, o que podemos fazer para alcançar instituições, grupos e artistas que atuam no campo da cultura no interior do estado e que não dispõem de recursos técnicos e tecnológicos suficientes para um contato por meios virtuais?**

*Temos estes recursos, alguns conquistados através do edital do Ponto, outros por meios próprios. Mas nem todos possuem material tecnológico suficiente. O que nunca foi oferecido foram cursos mais aprofundados, como de vídeo e web. O que Célio Turino tinha como meta quando criou os Pontos de Cultura era poder fazer esta ponte entre Sociedade Civil Organizada e artistas populares/movimentos/grupos culturais. Na PACE conseguimos isso durante um tempo, valorizamos nosso grêmios, ganharam bolsa do Minc, mas este trabalho inovador, criativo e revolucionário foi vetado nas últimas gestões do Minc.*

**5. Os Pontos de Cultura interagem com outras instituições não contempladas pelo edital em sua comunidade, território, macrorregião ou mesmo em outras regiões do estado?**

*Posso falar em relação a PACE. Relacionamo-nos com rádios comunitárias, escolas públicas, Conselhos Municipais e outras ONGs, as apoiando na escrita de editais, em eventos culturais, formações de educadores, etc.*

**6. Quais estratégias de mobilização de público externo o Ponto de Cultura coordenado/acompanhado pelo senhor (senhora) costuma utilizar para estimular a participação nas suas atividades?**

*Os espetáculos teatrais da PACE fazem parte do calendário cultural da cidade, levamos anualmente cerca de três mil alunos e educadores para nossa instituição. Atendemos mais de 200 pessoas em nossas oficinas culturais e de arte educação (artesanato, música, artes visuais, teatro, costura, capoeira, leitura e escrita, inglês) que acontecem desde 2006, além de ter promovido quatro formação de educadores, com a participação de um total de 100 professores da rede pública e privada.*

**V – ADRIANA JACOB, Diretora da Assessoria de Comunicação (ASCOM), da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULTBA)**

**1. O que eu percebo, na condição de servidor justamente da área de comunicação da Secult, é que não existe uma proposição política de comunicação para a cultura na Secretaria. Você concorda? Isso é pensado em alguma instância?**

*A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia é relativamente jovem, foi criada na Gestão Jaques Wagner. Seu funcionamento, incluindo suas políticas, ações e projetos, desde 2011, é baseado nas diretrizes da Secult, a saber: Institucionalidade cultural, Diálogos Interculturais, Territorialização das políticas culturais, Economia da cultura e Transversalidades da cultura. Hoje, a Secretaria ainda não dispõe de uma política de comunicação. Por isso, nosso planejamento anual é desenvolvido a partir das diretrizes. A criação de uma política de comunicação é uma ferramenta importante para o desenvolvimento e otimização da Assessoria de Comunicação. Existe um entendimento da importância da criação dessa ferramenta pelo Gabinete, e acredito que deva ser incluída, como uma das prioridades, no plano de ação da Secult para 2015.*

- 2. Como as reuniões de Núcleo abordam a comunicação? Minha impresssão, mais uma vez, é de que o debate sobre comunicação dentro da secretaria gira basicamente em torno da divulgação, um caminho unilateral que acolhe pouco as demandas de comunicação/ expressão da chamada “comunidade cultural”. O que a senhora pensa que uma política de comunicação para a cultura poderia reunir, considerando nossos potenciais e limitações?**

*A comunicação é orgânica e perpassa projetos e ações de toda a Secretaria. Acredito que haja uma evolução na visão dos dirigentes, que já enxergam a comunicação para além da divulgação, ao pensar, por exemplo, em publicações e na produção de material institucional. Entretanto, ainda há muito a avançar se pensarmos que a comunicação deveria ser incluída em todo o processo, desde a concepção de um evento ou projeto, até a relação e articulação com seus diversos públicos, além da contratação de um profissional de relações públicas. Na estrutura de uma Secretaria que deve estabelecer um diálogo estreito com seus públicos também através de eventos, cursos e seminários, um cerimonial é necessário. Outra atividade imprescindível é a realização de treinamentos em mídia para os porta-vozes, que devem contribuir para que a política de comunicação passe a ser aplicada pelos servidores da Secretaria.*

- 3. A Secult, ao longo dos últimos anos, realizou uma série de ações que poderiam estar coordenadas dentro de uma política de comunicação para a cultura, como por exemplo: publicação de livros e revistas, ações de qualificação e formação na área cultural, realização de fóruns, encontros e conferências. Mas essas ações, até onde sei, não foram articuladas com a comunicação, do ponto de vista estratégico, para além de sua divulgação. A ASCOM já teria uma proposta de atuação articulada nessas frentes?**

*A Ascom busca, diante de suas limitações – equipe enxuta, com parte significativa de estagiários – participar do planejamento de ações da Secretaria. As reuniões semanais com o núcleo de dirigentes são momentos importantes nesse sentido. Para otimizar essa articulação, existem alguns desafios a serem superados, relacionados ao próprio contexto de criação da Secretaria. A Secult é mais jovem que suas unidades vinculadas – IPAC, Fundação Pedro Calmon e Fundação Cultural do Estado da Bahia. Ou seja, essas instituições já tinham existiam, com seus setores de comunicação, antes do surgimento da Secretaria. Para aprimorar a articulação entre as assessorias de comunicação, foi criada uma rede de assessores da Cultura, que compartilha todos os textos produzidos através de um grupo de troca e-mails e se reúne mensalmente. Articular estrategicamente as ações de todas as vinculadas com a Secult centralidade é um dos desafios a serem superados pela Secretaria.*

- 4. Qual seria a proposta da Ascom para estabelecer diálogo mais constante com parceiros externos, como outras secretarias do estado, prefeituras, ONGs, instituições culturais, comunidades e grupos artísticos?**



*A criação e o desenvolvimento de uma política de comunicação, a contratação de um profissional de Relações Públicas, maior articulação dos assessores com seus públicos afins e criação de um cerimonial.*

**5. Pensando em rede, como a Secult poderia se organizar para constituir uma malha dedicada à comunicação para a cultura, em sua opinião? Penso que existe um potencial na existência de setores de comunicação nas vinculadas e de Representantes Territoriais espalhados pelo interior do estado. A questão é: como coordená-los para que sejam canais de comunicação, e não apenas pólos emissores. O que a senhora pensa a respeito?**

*Desenvolver uma malha dedicada à cultura exige, entre outras questões, planejamento bem definido e articulação. O planejamento e a necessária política de comunicação precisariam definir os objetivos e metas dessa rede articulada, integrados às políticas culturais, projetos e ações da Secretaria. A articulação de uma Secretaria que atenda, de fato, a todo o estado é um desafio recente. A comunicação, para ser efetiva, necessita de uma equipe em consonância com os valores, visão e missão da instituição. Ou seja, antes dessa coordenação direta, é necessário haver um trabalho de discussão desses valores compartilhados, construção de metas e objetivos de trabalho. Eles precisam, também, de um período de formação e qualificação para a otimização dos resultados desejados com o trabalho. Sem dúvida, a articulação da Sudecult é fundamental nesse sentido, com a participação dos representantes territoriais.*

**6. Da prática de trabalho da Ascom, que tipo de causa se percebe ter apelo mais forte junto aos públicos, no sentido de mobilizá-los para a participação? Cursos, Fóruns, Shows, ?**

*A Secult lida com públicos e atividades muito distintas. Por vezes, em um mesmo evento, há atividades de formação e de entretenimento, como a Semana do Audiovisual Baiano Contemporâneo, que contou com debates e discussões e com mostra de filmes. Com o fortalecimento da institucionalidade cultural, as iniciativas de participação da sociedade organizada – como conferências municipais, territoriais e a estadual de Cultura – têm adesão significativa do público. Naturalmente, eventos de variadas linguagens e expressões artísticas também mobilizam o público. Já a receptividade da imprensa é mais expressiva para as atividades de entretenimento.*

**7. A rotina de divulgação feita pela Ascom revela veículos (rádios comunitárias, blogs e sites regionais) verdadeiramente dispostos a colaborar para uma melhor comunicação das pautas culturais e em construir um novo discurso em torno da cultura que fuja do estereótipo “arte, festas e eventos”? Como tem sido a relação com eles no sentido de aproveitar essa disposição?**

*De fato, existem veículos, em todo o estado, dispostos a colaborar para uma melhor comunicação das pautas culturais, porém eles são guiados pelos critérios de noticiabilidade de cada empresa de*

*comunicação. A relação com os jornalistas tem sido de diálogo transparente, com a finalidade de construir um histórico de credibilidade. Por conta desses critérios, festas e eventos com atrações mais populares conquistam mais espaço nos veículos da grande mídia. Ações de importância significativa no interior do estado, como as Caravanas Culturais, por exemplo, tiveram maior repercussão nos meios de comunicação das cidades visitadas. De forma geral, os veículos de Salvador reservam pouco espaço para as pautas estaduais, privilegiando eventos para o grande público de Salvador.*

## **VI – VINICIUS MORENDE, Representante Territorial de Cultura (RTC), Território CHAPADA DIAMANTINA**

**1. Que tipo de ação dentre as que o senhor executa no dia a dia como Representante Territorial de Cultura o senhor classificaria como de comunicação ou de mobilização? Há um direcionamento/ incentivo por parte da Secretaria para isso ou trata-se de iniciativa própria?**

*R. Creio que seja possível afirmar que, praticamente, a totalidade das atividades do RTC possa ser identificada como ações de comunicação e/ou mobilização. Há orientação da SecultBA em relação aos objetivos e o que é esperado de cada RTC a partir de cada atribuição. Há influência da secretaria na definição de estratégias, no entanto, as ações empenhadas para executar cada atividade são, na maior parte, adotadas e planejadas pelo RTC. A criação e atualização do banco de dados de contatos do território é uma iniciativa que está completamente sob responsabilidade do RTC, por exemplo.*

**2. Quais instituições o senhor identifica que poderiam compor uma rede para a troca de informações, “tecnologias” e produtos culturais em seu território (qualquer que seja o interesse: ensinar ou aprender, demandar ou oferecer etc)?**

*R. As instituições de ensino superior estaduais e federais com atuação na Chapada Diamantina, as prefeituras, câmaras de vereadores, os sindicatos de trabalhadores, o Movimento dos Sem Terra e demais organizações ligadas à luta pela terra, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (antigo Fumac – Fundo Municipal de Apoio Comunitário), as organizações representativas das cooperativas (a exemplo da Unicafes, Unisol, entre outras), EBDAs, Direcs, CAR, colegiado territorial, consórcios públicos etc. Enfim, há um volume grande de instituições que, organizadamente, poderiam compor redes do tipo.*

**3. Já existe alguma conformação desse tipo ou que ensaie assumir esse formato de rede, com tal finalidade, no território? O que a Secretaria de Cultura poderia aprender com esta experiência? O Consórcio de Desenvolvimento Sustentável (CDS) Portal do Sertão tem sido atuante nesse sentido ou pelo menos tem tido abertura para a questão da cultura?**

*R. Há tentativas de articulação, mas são incipientes. É possível que mesmo as associações comunitárias, talvez a forma de organização primeira na escala local, tenham sido criadas por conta de projetos que tinham objetivos já cumpridos. Isto é, houve estímulo para a criação, mas não houve*

*uma política eficiente que continuou oferecendo uma serventia para estas organizações que têm atuação limitada. Há o exemplo do Consórcio Público Chapada Forte, mas da mesma maneira, parece ter como objetivo atrair recursos destinados a organizações do gênero, ao invés de ter a função de se tornar uma mola mestra da articulação territorial. A organização em rede é incipiente no território. Há ações que se desenvolvem a partir de articulações de órgãos colegiados, mas a atuação destes não é estratégica no sentido de fortalecer as redes de cooperação, por exemplo.*

**4. Há interação da representação territorial de cultura com instituições como CESE, Rede Cáritas, as Direcs, CDLs (Câmaras de Dirigentes Lojistas) etc? Como ela se dá?**

*R. Das instituições citadas há interação com as Direcs, mas esta ainda é limitada, com pouco feedback por parte das diretorias que atuam nos municípios do território. A articulação com órgãos como as EBDAs, os sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos sociais e outros órgãos estaduais (CAR, representações de outras secretarias, a exemplo do turismo e planejamento) e federais (universidades, IFBAs, Iphan, ICMBio, CPRM) se mostram mais efetivas.*

**5. O que poderia dificultar a criação de uma rede assim no seu território?**

*R. Creio que a principal dificuldade é a falta de recursos para mobilização. É difícil prever que uma rede do tipo se forme por meio de contatos à distância. São necessárias visitas, reuniões, conversas, planejamento coletivo, enfim, uma grande mobilização de energia, o que ainda não é possível fazer com recursos limitados que a SecultBA oferece, por exemplo. No mais, é necessário também que a rede tenha capacidade e autonomia de produzir resultados efetivos. Por exemplo, há agentes territoriais que afirmam que antes a política do programa federal Territórios da Cidadania dava autonomia para o colegiado territorial definir como seriam investidos volumes grandes de recursos que eram investidos no território, o que não acontece atualmente. Hoje, o colegiado existe, mas possui uma importância menor, pois este poder de definição de investimentos e projetos foi descentralizado para outras instâncias.*

**6. Em sua opinião, existe alguma questão da cultura (problemática ou não) que seja capaz de unir em um mesmo discurso os diferentes agentes, grupos, instituições, artistas e associações do território em torno dessa causa? Alguma dificuldade (por exemplo) pela qual todas (ou quase) passem?**

*R. Difícil de responder. No geral, todos se mostram dispostos a contribuir, mas é preciso uma capacidade maior de mobilização para manter a demanda em evidência, mantendo também a articulação para cada ação em busca da realização de dado resultado. Demandas que não tem estratégia de encaminhamento clara ou resultados definidos acabam sendo esquecidas. Acredito que qualquer ação que tenha uma estratégia contínua tem potencial de dar resultados satisfatórios. Mas há necessidade de apropriação da demanda pelas partes envolvidas. Quando a tarefa de articular a rede é concentrada em um órgão ou pessoa, a tendência parece ser o enfraquecimento, dada a tendência de surgimento de outras demandas e menor dedicação por parte deste responsável. Na Chapada Diamantina, por outro lado, a maior parte dos dirigentes municipais de cultura passam pelo problema de não terem autonomia para gerir a maior parte dos recursos orçamentários municipais da cultura, cujos gastos são definidos diretamente pelo gabinete ou secretaria "superior". Isso faz com que todos se identifiquem com o problema, mas a resolução deste, na escala municipal, passa necessariamente pela confrontação, o que, na maioria das vezes, é evitada.*

**7. O senhor acredita que existam rádios comunitárias, blogs e sites na região dispostos a colaborar com uma possível rede de comunicação para a cultura no território?**

*R. Creio que sim. Tem uma proposta que tento amadurecer há algum tempo, que é a criação de um programa de rádio semanal que trate de vários aspectos da cultura do território, a ser distribuído e transmitido pelas rádios comunitárias do território. É uma demanda que também necessita de tempo, energia e articulação para que seja efetivada e para que tenha perspectivas de ser mantida por algum tempo.*

**VII – SEBASTIÃO CARVALHO, Secretário Municipal de Cultura de CAETITÉ, Território SERTÃO PRODUTIVO**

**1. O órgão dirigido pelo senhor costuma dialogar com escolas, grupos artísticos, grupos de cultura popular, comunidades, outros órgãos de Cultura em municípios próximos, Pontos de Cultura, espaços Culturais, ou qualquer outra instância no campo da cultura? Algum trabalho conjunto já foi feito na área cultural?**

*R – em municípios próximos ainda não. Pelo menos de forma efetiva. Tenho trocado ideias com alguns colegas e artistas, mas efetivamente nada ainda foi proposto. Ano passado, pensamos inclusive num “Corredor Cultural” que abrangeria 04 municípios, mas não progredimos.*

**2. Os dirigentes municipais de cultura de seu território se organizam de alguma forma para a troca de informações sobre as questões, demandas e produções da área cultural? Em quais meios e canais?**

*R – Infelizmente isso ainda não ocorre.*

**3. Que tipo de contribuição o senhor entende que os órgãos dirigentes de cultura no município (e o seu em particular) podem dar a uma rede colaborativa de troca de experiências, informações e notícias de cultura no seu território? E, por outro lado, em que tipo de demandas os órgãos gostariam de ter o auxílio desta rede?**

*R – Penso que a principal colaboração seria o fortalecimento da cultura local e da produção cultural local e regional. Os artistas e agentes culturais teriam maiores possibilidades de produção, divulgação, troca de informações, articulação econômica e organização enquanto classe artística.*

*Seria importante a implantação dessas redes a partir de um órgão maior que os órgãos gestores locais. Talvez os RTCs, junto com a Secult tivessem maiores condições de institucionalizar e fortalecer essas redes. Normalmente quando um município tenta “puxar” uma ação dessa os outros costumam olhar com alguma desconfiança.*

**4. O que poderia dificultar a criação de uma rede assim no seu território?**

*R – a falta de informação e principalmente a falta de interesse de alguns. Vejo que o individualismo ainda domina a classe artística local.*

**5. Em sua opinião, existe alguma questão da cultura (problemática ou não) que seja capaz de unir em um mesmo discurso os diferentes agentes, grupos, instituições, artistas e associações do território em torno dessa causa? Alguma dificuldade (por exemplo) pela qual todas (ou quase) passem?**

*R – Sem dúvida a questão econômica. O sonho de todo artista é sobreviver da sua arte! Talvez, uma mediação como essa possa favorecer o consumo (não gosto muito desta palavra) das produções artísticas in loco.*

**6. O senhor acredita que existam rádios comunitárias, blogs e sites na região dispostos a colaborar com uma possível rede de comunicação para a cultura no território?**

*R – Gostaria de acreditar, mas por aqui esse sonho ainda é distante. O que vejo são ações isoladas de um ou outro locutor ou dono de blog. No mais é mais do mesmo!*

### **VIII – ALOMA GALEANO, Dirigente Municipal de Cultura de FEIRA DE SANTANA (Diretora do Departamento de Atividades Culturais da Fundação Egberto Costa), Território PORTAL DO SERTÃO**

**1. O órgão dirigido pela senhora costuma dialogar com escolas, grupos artísticos, grupos de cultura popular, comunidades, outros órgãos de Cultura em municípios próximos, Pontos de Cultura, espaços Culturais, ou qualquer outra instância no campo da cultura? Algum trabalho conjunto já foi feito na área cultural?**

*SIM. O programa Música nas Escolas (parceria com a Secretaria de Educação Municipal – SEDUC) e a SECEL (Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer), o programa consiste em aulas gratuitas para a rede municipal de ensino de violino, flauta, canto, regência e na formação de uma orquestra infanto-juvenil. Natal Encantado, evento que integra a rede privada de Feira de Santana, a SEDUC, o Sesc, o CUCA (Centro de Cultura e Arte – UEFS) com a proposta de atrações de caráter popular e erudito, com ações gratuitas para a população feirense durante o período do Natal, saiba mais em: Festival Samba de Roda – Samba de Todos, projeto feito em parceria com a Fundação Cultural Municipal Egberto Costa, Seduc com apoio da Funarte para desenvolvimento de palestras e oficinas na área do Samba de Roda em escolas municipais da rede pública de ensino inserindo mestres de cultura popular.*

**2. Os dirigentes municipais de cultura de seu território se organizam de alguma forma para a troca de informações sobre as questões, demandas e produções da área cultural? Em quais meios e canais?**

*SIM. Existe no município mensalmente reuniões entre os dirigentes do território, além de haver representatividade e atuação na ADIMCBA de um dos representantes que fica atualmente na Secretaria de Cultura de Iará e que vem passando todas as informações para a rede. Inclusive foi aprovado um projeto feito em conjunto entre os dirigentes do Portal do Sertão no edital Territórios Culturais (SUDECULT/SECULT), cujo objetivo é criar um site para divulgar as informações culturais dos 17 municípios.*

**3. Que tipo de contribuição a senhora entende que os órgãos dirigentes de cultura no município (e o seu em particular) podem dar a uma rede colaborativa de troca de experiências, informações e notícias de cultura no seu território? E, por outro lado, em que tipo de demandas os órgãos gostariam de ter o auxílio desta rede?**

*A questão da comunicação da cultura (divulgação das informações culturais) é precária em boa parte dos municípios do território. Creio que isso deve ser uma ação colaborativa (envolvimento de todos os municípios para o repasse de informações e intercâmbios entre os grupos culturais locais) e de convencimento do setor responsável pela comunicação nos órgãos municipais. Para a rede funcionar é preciso que cada município colabore com o que é possível (transporte, alimentação, etc).*

**4. O que poderia dificultar a criação de uma rede assim no seu território?**

*Descontinuidade dos dirigentes de Cultura e falta de visão dos gestores públicos.*

**5. Em sua opinião, existe alguma questão da cultura (problemática ou não) que seja capaz de unir em um mesmo discurso os diferentes agentes, grupos, instituições, artistas e associações do território em torno dessa causa? Alguma dificuldade (por exemplo) pela qual todas (ou quase) passem?**

*Não entendi o que se refere a QUESTÃO, mas se for com relação a algum órgão creio que o Conselho Municipal de Cultura é capaz de suprir as demandas, representando os agentes culturais e instituições em torno da(s) causa(s). A dificuldade geral está relacionada a escassez de recursos destinados ao financiamento cultural e ao despreparo dos agentes culturais para com os processos de elaboração de projetos, captação de recursos e uma gestão mais qualificada de seus empreendimentos criativos e de suas instituições; apesar de acreditar que isso é uma questão de tempo, uma vez que é perceptível o esforço da Secult-Ba para ampliação de ofertas gratuitas de cursos desse caráter.*

**6. A senhora acredita que existam rádios comunitárias, blogs e sites na região dispostos a colaborar com uma possível rede de comunicação para a cultura no território? (se puder citar alguns nomes, agradeço!)**

*Em Feira de Santana existem pouquíssimos e nos demais municípios quase zero. Em feira podemos citar o: Blog da Feira, Terra do Lucas, Tv Olhos D'água. A rádio comunitária que existia foi desativada a TV e rádio Geral. Não existe rádio comunitária na cidade.*

## ANEXO D – Lista de Pontinhos de Cultura no Território Portal do Sertão

### Território Portal do Sertão

Instituição	Município	Nome da Proposta	Nota de classificação
Pé na Arte, Cultura e Educação (PACE)	São Gonçalo dos Campos	Fazendo arte e Inventando um Mundo melhor	92
ORCARE - Organização Cultural e Artística Reisado de São Vicente	Feira de Santana	Oficina de Artes da ORCARE	82
Associação Cultural e de Promoção da Cidadania Palmares em Movimento - Habitar do Sertão	Feira de Santana	Habitar do Sertão	62
Casa de Cultura, Esporte e Cidadania Dona Joana	Água Fria	Cordel dos Encantos - Nos contos e Encantos da Magia do Cordel	62



## ANEXO E – Lista de Pontos de Leitura no Território Portal do Sertão

PORTAL DO SERTÃO			
113	Antônio Cardoso	Agnaldo Carvalho de Oliveira	ILHA DE ANTÔNIO CARDOSO, Nº 37 - CENTRO - ANTÔNIO CARDOSO
114	Feira de Santana	Associação Ministério Aliança e Restauração - AMAR	AV. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, Nº 1.900 - CIDADE NOVA - FEIRA DE SANTANA
115	Santo Estêvão	Francisca Souza da Conceição Silva	FAZENDA CONGA, Nº 170 - FAZENDA CONGA - SANTO ESTEVÃO
116	Tanquinho	Jefferson Carlos Araújo Souza	RUA ANA SILVA, Nº 116 - CENTRO - TANQUINHO
117	Sao Goncalo dos Campos	Michele Garcia Carvalho	PRAÇA JUCA PEDREIRA, Nº 07 - CENTRO - SÃO GONÇALO DOS CAMPOS
118	Irará	Movimento Cultural Viva Irará	RUA PEDRO DE LIMA, Nº 06 - CENTRO - IRARÁ
119	ÁGUA FRIA	IRENICE DOS SANTOS LEAL	Rua Nova,s/n,Pataiba - 48.170-000
120	FEIRA DE SANTANA	MARCICLEYDE DOS SANTOS COSTA	Rua São João,20,Conjunto Ildes Ferreira -44.092-036
121	FEIRA DE SANTANA	MARTA LÚCIA PEREIRA	Av. Getúlio Vargas,1228,Ponto Central -44073-155
122	Água Fria	Nubivânia Batista da Silva	FAZENDA NOVA PATAIBA, Nº 182 - ZONA RURAL - ÁGUA FRIA